



**UNIVERSIDADE METODISTA UNIDA DE
MOÇAMBIQUE**

ANAIIS

da VI

**Jornada Científica da
Universidade Metodista
Unida de Moçambique-2025**

30 de Setembro - 03 de Outubro



Parceiros:



V. 18 N. 30, Sup. 3 (2025) Issn Eletrônico 2178-7018

Projeto Gráfico

Universidade Metodista Unida de Moçambique &
Copyright (c) 2025 Revista Eletrônica Mutações - RELEM



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Equipe Técnica:

Francisco Manuel Rodrigues Siueia

Comissão Científica:

Milton Baptista Gove

Sebastião Shedon Pereira José Cardoso

Fernando André Muzime

Filipe Augusto Hoguana

Rafael Laquene Zunguze

Este livro reúne os resumos e trabalhos completos apresentados durante a **VI Jornada Científica 2025**, organizada pela **Universidade Metodista Unida de Moçambique**, realizada entre os dias **30 de Setembro e 03 de Outubro de 2025**.

O principal objectivo desta publicação é **registrar e disseminar** os resultados das pesquisas desenvolvidas por estudantes, docentes e investigadores, contribuindo para a partilha de conhecimentos, o fortalecimento da produção científica e a promoção do debate académico.

Organização:

Universidade Metodista Unida de
Moçambique

Parceiro:

Universidade Federal do
Amazonas (UFAM)

Site: <https://revistacientifica.umum.ac.mz>

Email: dir.cientifica@umum.ac.mz

Telefone: (+258) 870159773

Endereço: Campus Universitário de Cambine,
Morrumbene, Inhambane

Missão, Visão e Valores da Universidade Metodista Unida de Moçambique

A identidade da Universidade Metodista Unida de Moçambique constrói-se mediante valores da Igreja Metodista Unida em Moçambique (IMUM). Por isso tem como princípios orientadores da sua acção os seguintes elementos:

MISSÃO

Formar técnicos superiores com qualidade, dotando-os de competências, valores ético morais e de cidadania que os habilitem a participar de forma activa na transformação da sociedade, através da transferência de conhecimentos e tecnologias.

VISÃO

Ser uma Universidade de referência Nacional e Internacional, reconhecida pela sua acção proactiva, com projectos pedagógicos sólidos e de qualidade, contribuindo para o bem-estar social e desenvolvimento do país.

VALORES:

- Autonomia
- Complementaridade • Inclusão
- Integração • Liberdade • Qualidade • Tolerância

As Jornadas Científicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento académico e científico de uma instituição de ensino, aliás, representam um espaço privilegiado para a divulgação e troca de conhecimentos, promovendo o diálogo entre estudantes, professores e pesquisadores. A realização das jornadas incentiva a cultura da pesquisa, estimulando a criatividade, o pensamento crítico e a inovação, contribuindo deste modo, na formação de profissionais mais preparados e conscientes de seu papel na sociedade, ao possibilitar a apresentação de resultados de estudos e projectos que podem gerar impacto social, económico e ambiental. A experiência e a prática mostram que, as Jornadas Científicas fortalecem o compromisso da universidade com a produção de conhecimento de qualidade, alinhada aos seus valores de excelência, ética e responsabilidade social.

É, de facto, no reconhecimento da importância das Jornadas Científicas que a Universidade Metodista Unida de Moçambique, realizada entre os dias 30 de Setembro a 03 de Outubro de 2025, as VI Jornadas Científicas, com vista, não só, promover a cultura de investigação científica a nível institucional, mas também a participar no desenvolvimento económico, social das comunidades através dos resultados da pesquisa. Este livro surge com o propósito de consolidar e apresentar de forma clara e acessível os principais resumos e trabalhos académicos apresentados. O objectivo do livro é oferecer uma visão geral das pesquisas mais relevantes e inovadoras realizadas por estudantes, docentes e pesquisadores, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e estimulando o interesse pela produção científica. Ao reunir esses resumos, busca-se facilitar o entendimento das temáticas abordadas e incentivar a disseminação do conhecimento científico na Universidade Metodista Unida de Moçambique.

Fernando André Muzime, PhD
Director Científico

Sumário

• Insatisfação de Professores em Moçambique.....	01
• A influência das mídias na formação da identidade pessoal	23
• Falta de Carteiras nas Escolas em Moçambique	33
• A dança Mutchongoyo na Localidade de Gogoi	49
• Influência do Clima Organizacional no desempenho das Instituições	65
• Produção de trabalhos de pesquisa.....	77
• A Reprodução da Questão Social sob Novas Mediações	96
• Luta pela moradia e o direito à cidade	116
• O Serviço Social e o ABC do SUS: história, memória e mecanismos	153
• A contribuição da Teologia Feminista na Promoção	167
• O papel da avaliação na educação escolar	168
• Impacto da contabilidade e gestão na redução de falências.....	169
• Mineração Artesanal De Ouro No Distrito De Manica	170
• A morte e os seus rituais no contexto cultural	171
• Contribuição da Escola na Educação Financeira das comunidades	172
• Análise de factores que influenciam a fraca contribuição	173
• Instabilidade Económica em Moçambique.....	174
• Transferência de calor e a eficiência térmica.....	175
• Análise dos desafios do Pastor na Mitigação da Influência	176
• Plataforma Inteligente de Apoio ao Agricultor	177
• Motivação como variável estratégica no desempenho	178
• Educação para o Desenvolvimento Sustentável	180
• Implementação do projecto “Simplifica +”	181
• SecureVote - Sistema de Votação Eletrónico	182
• Motor Elétrico	183
• Projecto de Sistemas de Informação com CMS (MozBeats no Odoo)	185
• Caneta Elétrica.....	187

Insatisfação de Professores em Moçambique: lutas e resistências de professores do Distrito de Massinga

Teacher Dissatisfaction in Mozambique: Struggles and Resistance of Teachers in Massinga District

Fernando André Muzime¹

Resumo

Face às constantes transformações políticas, sociais e curriculares em Moçambique, constata-se uma crescente insatisfação de professores, comunidade académica, alunos, pais e/ou encarregados de educação, Sociedade Civil a nível nacional devido à qualidade de ensino que não satisfaz, cabalmente às expectativas da sociedade. No entanto, este estudo foca-se na insatisfação de professores afectos no Distrito de Massinga, buscando analisar o silêncio como forma de luta e de resistência pautado pelos professores, questionando igualmente, as possíveis consequências da cultura de silêncio para o Sistema Nacional de Educação. Os resultados mostram que a insatisfação de professores deve-se, principalmente, ao modelo de gestão e planificação do sistema educacional que não prioriza, substancialmente a humanização, progressões, mudanças de carreiras, assim como a demora ou falta de pagamento de horas extraordinárias e segunda turma. Todavia, apesar dessa insatisfação, os professores não se manifestam de forma explícita as suas angústias ou descontentamento por medo de enfrentar os órgãos de gestão da função pública, envergando deste modo pela cultura de silêncio. A materialização deste estudo foi possível através da abordagem qualitativa, com recurso as entrevistas aos professores do distrito de Massinga, coadjuvado com a revisão bibliográfica e análise documental. Conclui-se que, se a insatisfação de professores se não for bem monitorada, por um lado, pode evoluir para uma “revolução nacional silenciosa”, por meio de acções colectivas, buscando mudanças ideológicas alternativas. Por outro, pode influenciar,

¹Docente e Pesquisador afecto na Universidade Metodista Unida de Moçambique. E-mail: fernandomuzime@gmail.com

significativamente na qualidade do ensino no país.

Palavras-chave: revolução, silêncio e insatisfação, reorientação.

Abstract

Through constant political, social, and curricular transformations in Mozambique, is growing dissatisfaction among teachers, academic community, students, parents, guardians and civil society nationwide due to the quality of education that does not correspond to the society's expectations. However, this study focuses on the dissatisfaction of teachers working in Massinga District, which analysis silence as a form of struggle and resistance. The results show that the teacher dissatisfaction is mainly due to the management and planning model of the educational system, which does not substantially prioritize humanization, progression, and career changes, as well as the delay or lack of payment of overtime and second class. However, despite this dissatisfaction, teachers do not explicitly express their anxieties because of fear of reprisals, thus leading to sabotage of the profession (absenteeism, lack of attendance and punctuality, simulations of classes not given). This study made possible through a qualitative approach, using interviews, supported by a literature review and document analysis. In conclusion, on one hand, the teacher dissatisfaction must be properly solved, if not, it can cause "silent national revolution" through collective actions seeking new alternative ideological shifts. On the other hand, it can significantly influence the crisis in educational quality in the country.

Keywords: revolution; silence; dissatisfaction and reorientation.

Introdução

A qualidade do processo de ensino e aprendizagem está intrinsecamente ligada às condições de trabalho tanto como da humanização de professores. Em diversos contextos educacionais, especialmente em regiões como Finlândia² e

² Obteve o primeiro lugar na primeira edição do PISA e permaneceu nas primeiras colocações em várias edições, ficando em quinto lugar no PSA 2015 (Bühler & Ignácio, 2020).

Singapura³ cujos sistemas educacionais atingiram o auge da qualidade à escala mundial devido à eficácia das políticas educacionais e, igualmente ao modelo de gestão descentralizado, os alunos tanto como os professores têm alcançado resultados satisfatórios, o que levou os alunos desses países a ocupar as cinco melhores posições no PISA⁴ 2015 (Bühler & Ignácio, 2020).

Em Moçambique, a qualidade de ensino constitui ainda um desafio que o Ministério de Educação enfrenta a cada momento da sua planificação devido, em parte, à dependência do financiamento externo do Orçamento do Estado. De acordo com Muzime (2024), no seio da sociedade, académicos, pais e/ou encarregados de educação, alunos, sobretudo nos professores existe uma bifurcação de opinião quanto à introdução do Novo Currículo em Moçambique, isto é, uma parte encara o Novo Currículo como sendo sustentável e oportuno para os moçambicanos e, em contrapartida, outra que se opõe em a defesa de que, o Novo Currículo não reflecte as necessidades dos moçambicanos, influenciando na desvalorização dos valores axiológicos construídos dentro do mosaico cultural nacional.

As críticas do Novo Currículo, incluindo uma parte significativa de professores que se mostram insatisfeito pelo currículo em curso, no caso da baixa qualidade de ensino, ausência de políticas sociais viradas a promoção de bem-estar do professor tanto do aluno têm sido maioritariamente direccionadas às autoridades governamentais que gerem o processo educacional em Moçambique. No entanto, as críticas levantadas sobretudo pelos professores,

³ País Asiático com o melhor desempenho em todas as áreas de conhecimento avaliadas no PISA 2015, aliás, os resultados de 2012 para Leitura, Matemática e Ciências mostram que os alunos em Singapura superaram os estudantes dos EUA, Reino Unido e Austrália em mais de 40 pontos, o que equivale mais de um ano de escolaridade (Jerrim, 2015 *apud* Bühler & Ignácio, 2020).

⁴ Programa Internacional de Avaliação de Alunos. Portanto, este programa constitui uma das principais avaliações de larga escala sistemática e comparada, iniciado nos anos 2000. Actualmente, reconhecido internacionalmente como maior agregador, em termos de quantidade de conhecimento, dos modelos educativos de diferentes países (*idem*).

geralmente não são feitas de forma pública devido ao medo de represálias e a vulnerabilidade dos mesmos por implementação ineficaz de políticas de protecção, assistência social e jurídica do professor.

Portanto, no caso de professores afectos no Distrito de Massinga relatam não ser bem vistos, quando questionam sobre a eficácia do currículo, da gestão e planificação educacional, de alguns direitos, no caso de horas extraordinárias e segunda turma que lhes são devidas desde o ano de 2022, o que lhes traduz um sentimento de desvalorização e, consequentemente insatisfação total. Assim, perante a situação que se coloca, o presente estudo procura saber: de que forma o silêncio de professores pode ser entendido como uma estratégia de luta e resistência diante das limitações do Ministério de Educação e Cultura? O presente estudo visa compreender as causas da insatisfação de professores, assim como, as diversas formas de luta e resistência de professores afectos no distrito de Massinga, localizado na Província de Inhambane, olhando fundamentalmente a “cultura de silêncio” como uma prática comum e ignorada pelo Estado, desde as contradições advindas aquando da implementação do Novo Currículo, em 2004.

A escolha do distrito de Massinga justifica-se pelo seu elevado efectivo de professores e alunos a nível da Província de Inhambane, o que permite uma análise mais abrangente e representativa das condições e desafios no sistema educativo local. Substancia-se igualmente, a diversidade de escolas e a variedade de contextos socioculturais que caracterizam o distrito, o qual oferece uma visão efectivamente ampla quanto às questões que afectam a satisfação de professores. Historicamente, o distrito de Massinga é também reconhecido como “terra de reaccionários”, o que nos sugere uma região marcada por conflitos, resistência e uma forte ligação com às raízes culturais locais.

A condução deste estudo foi possível, por um lado, pelo recurso da abordagem qualitativa, auxiliado por entrevistas direccionadas aos professores,

académicos, tanto aos gestores locais do sector da educação do distrito de Massinga. Por outro, pelo recurso a análise de documentos primários produzidos pela Direcção Provincial de Educação de Inhambane, no caso dos relatórios das actividades ocorridas na Província de Inhambane e revisão bibliográfica, no caso específico de estudos desenvolvidos por Muzime (2024), ao enfatizar a necessidade da humanização no sector de educação, através de políticas eficazes para a sociabilidade dos professores. Ao discutir-se o silêncio, por ser um tema relativamente recente no contexto das organizações assentou-se nos estudos de Pinder & Harlos (2001) que investigaram como o silêncio é mobilizado em contextos de injustiças bem como de Morrison & Milliken (2003), os quais explicam como o silêncio sistémico se desenvolve nas organizações.

Estruturalmente, o artigo é constituído por três secções, nomeadamente: (i) introdução, por onde se faz a contextualização da pesquisa, apresentando de forma clara o problema estudado, a metodologia privilegiada; (ii) desenvolvimento, que por sua vez, é constituído pelos relatos sobre estágio da educação a nível da Província de Inhambane, de seguida, no distrito de Massinga (campo de estudo), identificando principalmente as causas e as implicações da insatisfação dos professores. Através das opiniões dos entrevistados, dos oradores do I Fórum sobre a Qualidade do Ensino na Província de Inhambane, tanto como da lógica do autor, apresenta-se igualmente as possíveis soluções para minimizar a insatisfação dessa classe profissional. Por fim, (iii) na terceira secção, alusiva às considerações finais, apresenta-se os resultados, conclusões e sugestões advindas da pesquisa.

Educação na Província de Inhambane: sucessos e desafios

A Província de Inhambane, tradicionalmente conhecida por “Terra de Boa Gente⁵”, em 2025 conta com 993 escolas, distribuídas em 730 primárias, 169

⁵ Segundo a gíria popular, trata-se de um nome atribuído devido a hospitalidade, gentileza e simpatia das pessoas que vivem em Inhambane. Os moradores de

básicas e 94 secundárias, representando um crescimento 0.2% quando comparado com o ano de 2024⁶. No entanto, a província conta igualmente com um efectivo discente de 504.975 alunos da 1^a a 12^a classes, correspondentes a 95.7% de realização do plano e, conseqüentemente, um aumento de 0.1% ao compararmos com os 504.495 de 2024. O Relatório das actividades da Direcção Provincial de Educação, na Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos (AEJA), aponta que a Província tem 6.344 alfabetizandos contra 7.996 de 2024, observando-se deste modo a redução de 21%.

No I Fórum Provincial sobre a Qualidade de Educação, realizado no dia 19 de Junho do ano em curso, a Direcção Provincial de Educação apresentou um aproveitamento Pedagógico global de 2024 da 6^a classe na ordem de 92.9% contra 93.2% de 2023 e aproveitamento escolar de 89.2% contra 89.3% de 2023. Apesar de um ligeiro decréscimo do aproveitamento pedagógico na ordem 0.3%, assim como, do aproveitamento escolar na ordem de 0.1%, os dados estatísticos apontam a qualidade do ensino na 6^a classe como satisfatória. Por sua vez, o aproveitamento pedagógico da 10^a classe em 2024 foi de 69,1% contra 65,6% de 2023, registando um aumento em 3.5%, sendo que, o aproveitamento escolar foi de 64,2% contra 61.2% de 2023, registando um crescimento de 3%. Desse aproveitamento, os distritos de Massinga, Panda e Inhassoro ocupam as primeiras posições. Por fim, em 2024, a 12^a classe no seu global registou o aproveitamento pedagógico de 78,6% contra 69.0% de 2023, havendo um crescimento em 9,6%, e o aproveitamento escolar foi de 74,7% com um crescimento de 9.3% comparativamente a 2023.

Ainda de acordo com o mesmo Relatório, no global foram submetidos aos exames finais 94.355 alunos, tendo sido aprovados 79.587, correspondente a um aproveitamento pedagógico de 84,4% contra 80,4% de 2023, o que representa

Inhambane são reconhecidos, desde a chegada dos portugueses por ser acolhedores e amigáveis.

⁶ Esse crescimento foi resultado da abertura de 2 escolas (Direcção Provincial de Educação, 2025).

um crescimento na ordem de 4% e o aproveitamento escolar de 77,8% contra 74.3% de 2023, tendo havido um crescimento em 3%. Ao se referir aos motivos que contribuíram ao sucesso, a Direcção Provincial de Educação de Inhambane, aponta os seguintes: planificação analítica conjunta, supervisão e monitoria do processo pedagógico, preparação de alunos a nível dos exames, envolvimento activo do Conselho de Escola, assistências mútuas, capacitações contínua dos gestores tanto como dos professores.

O Sector de Educação na Província conta actualmente com (05) cinco distritos que se beneficiam da alimentação escolar através de fundos locais, nomeadamente: distritos de Govuro, Mabote e Panda abrangendo 10.016 alunos de 26 escolas primárias e básicas, bem como os distritos de Vilankulo e Inhassoro, abrangeu 9.692 alunos através do apoio do parceiro *For Afrika*, implementado em 33 escolas. A questão do lanche escolar constitui um exemplo de sucesso a nível das escolas da província, dado que, por onde houve lanche, o aproveitamento pedagógico e escolar melhorou significativamente. Salienta-se que, o lanche escolar não só influenciou positivamente o aproveitamento pedagógico e escolar, mas também diminuiu significativamente a evasão escolar que ainda constitui uma preocupação no sector de educação. Apesar de vários sucessos apresentados, sobretudo, no que diz respeito ao aproveitamento pedagógico e escolar, a Direcção Provincial de Educação e Cultura de Inhambane reconhece alguns desafios, no caso de expansão da rede escolar, que se manifesta na redução da distância entre a escola e a comunidade, isto é, tornar a unidade de ensino mais próxima da comunidade. Constitui ainda um desafio imperioso, a contratação de novos ingressos na carreira de docência, isto é, dos 1.363 previstos ao nível da província, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), só disponibilizou 152 vagas⁷, sendo 99

⁷ Essas vagas avançaram para 11 distritos, exceptuando o distrito de Inhambane e Maxixe que não tiveram comunicação de metas e Homóine por ter suplementes dos anos anteriores. Importa referir que todos 152 processos ainda encontram-se nos SDEJT aguardando na sua maioria o pagamento da publicação no BR e da autorização

para ensino primário e 53 para ensino secundário. Ainda no domínio das contratações, (05) cinco distritos não atingiram as metas comunicadas para a contratação de alfabetizadores, no caso do distrito de Vilankulo (77%), Funhalouro (56%), Inhassoro (75%) Jangamo (70%) e Panda (80%), apesar de Mabote (115%) e Zavala (127%) terem superado as metas previstas.

Os actos administrativos constituem um dos motivos da insatisfação dos professores a nível da província, dado que, os últimos actos decorreram em 2021. De acordo com a Direcção Provincial de Educação e Cultura de Inhambane, neste momento, a província possui 15. 574 potenciais candidatos que esperam de actos administrativos, sendo 3.524 promoções, 6.891 progressões, 5.144 mudanças de carreira e 15 conversões de carreira, o que demanda um impacto total de 618. 308.136,43 Meticais. A Província conta com 14 Centros Internatos e 1 Lar, distribuídos por 12 distritos albergando neste momento 662 alunos, contra a sua capacidade de acolher 2.133 alunos. Todavia, esses Centros Internatos se debatem com a exiguidade orçamental, fraca ocupação e degradação de infra-estruturas, carecendo de reabilitação, construção de sanitários, fontes de água e vedação.

O subsídio de funeral, plasmado como direito de professores constitui embaraço ainda na vida social de professores. Após o falecimento do professor ou mesmo de um dos seus familiares previstos nos documentos legais, este subsídio muitas vezes não é disponibilizado na hora da dor e consternação, levando à insatisfação desta classe profissional, sendo neste caso, a comunidade a ajudar o professor que se encontre numa situação de tristeza, aliás, o relatório de Actividades da Direcção Provincial, aponta que só 56.73% foram executados da sua dotação. Nesta situação, o professor sente-se abandonado pelo seu próprio patrão - o Estado.

Apesar de ter sido pagas a uma parte de professores, as horas extraordinárias e segunda turma ainda constituem motivo de insatisfação (Relatório da Direcção

pelo SPEF para cabimentação (Direcção Provincial de Educação de Inhambane, 2025).

Provincial, 2025). De resto, os distritos foram pagos um valor de 207. 737. 094.41MT a 5.142 funcionários o que corresponde a 74% em relação ao valor apurado. Isto significa que 26% de professores ainda não receberam as suas horas extraordinárias e segunda turma. Constitui ainda o motivo da insatisfação de professores, as ditas “salas ao ar livre”. No que respeita a este ponto, existem ainda, quase em (08) oito distritos da Província de Inhambane, 55 turmas que estudam ao ar livre, albergando cerca de 2.255 alunos, o que de alguma forma atinge emocional e socialmente não só a classe profissional de professores, mas também aos próprios alunos e encarregados de educação. Um outro aspecto não menos importante é que, dos 504.975 alunos a nível da província, 89.001 estudam sentados no chão, correspondendo cerca 18%. Para superar este problema, a Direcção Provincial de Educação precisa de 3000 carteiras, sendo que, no I Fórum da Educação sobre a Qualidade de Ensino, o Director Provincial da Educação e Cultura da Província de Inhambane garantiu estar a trabalhar com os parceiros estratégicos locais com vista a suprir definitivamente este problema.

Contornos da Educação no Distrito de Massinga: causas da Insatisfação de Professores

A profissão docente nas regiões rurais do Distrito de Massinga enfrenta desafios estruturais que comprometem não apenas a motivação de professores, mas também a qualidade da educação oferecida. Numa entrevista direccionada ao responsável dos Recursos Humanos nos Serviços Distrital, Juventude e Tecnologia de Massinga, confirma a insatisfação de professores, principalmente por razões da falta do pagamento de horas extraordinárias e segunda turma, desde o ano de 2022. Acresce-se ainda como evidência da insatisfação de professores, a nota enviada pela Associação Nacional de Professores (ANAPRO) à DW África (2025), na qual, os professores manifestam a insatisfação por falta de pagamento de horas extraordinárias e segunda turma conforme ilustra o

seguinte trecho “o Governo está a faltar com a verdade, porque não está a cumprir a promessa de liquidar as dívidas e, sempre aparece com discursos triunfalistas”⁸.

O trecho denuncia a insatisfação e a demora do Governo no pagamento de horas extraordinárias e segunda turma de professores a nível nacional. A insatisfação de professores não só se verifica por falta de pagamentos de horas extraordinárias e segunda turma, mas também por factores relativos a humanização, progressão, profissionalização docente, precarização das condições de trabalho, longas distâncias para chegar no sector de trabalho. Numa nota enviada à DW África, a ANAPRO salienta ainda que, a insatisfação de professores deve-se à ausência de incentivos, falta de apoio institucional, o que leva a desvalorização desta classe profissional.

Estudo desenvolvidos por Muzime (2024) mostram que as dívidas contraídas nos bancos com elevadas taxas de juros, não só privam a liberdade de professores, mas também os colocam em condições precárias e desumanas em relação aos “padrões normais” de sociabilidade, o que gera a insatisfação de professores. O autor salienta ainda que, “nesses casos, os professores perdem o prestígio social na comunidade onde vivem, dado que, para a sua sustentabilidade diária recorrem aos pequenos negociantes informais e, por sua vez, enfrentam dificuldades de reembolso ou pagamento da dívida contraída” (p.63).

Na mesma linha de pensamento, Han (2018 citado por Muzime, 2024) sustenta que somos endividados como forma de privar a nossa liberdade. No entanto, olhando ao relato de professores, os quais afirmam estar muito endividado, assume-se igualmente que não estão livre, aliás para Han (2018) a nova ordem mundial, fundamentada na economia de mercado, defende que, é a exploração

⁸ DW África. *Nova greve nacional de professores à vista em Moçambique?* Jornal Online, edição de 28/03/2025. <https://www.dw.com/pt-002/nova-greve-nacional-de-professores-%C3%A0-vista-em-mo%C3%A7ambique/a-72072272> Acesso aos 03 de Junho de 2025.

dessa liberdade que se produz maior lucro. Com efeito, a economia de mercado gera, na sua essência, situações de insuficiências no atendimento à esfera social. Como consequência, os professores vêm a sua liberdade privada, os seus benefícios obliterados e a sua dignidade humilhada, tudo o qual degenera na sua insatisfação.

Na entrevista concedida pelo gestor de Recursos Humanos dos Serviços Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Massinga, este assumiu que a maioria de professores afectos naquele distrito está altamente endividada nos bancos comerciais e micro- finanças, assistindo-se casos de docentes de N1 que auferem salários que variam entre 2.000. 00 a 3.000. 00 Mt. Segundo o gestor dos Recursos Humanos, essa situação põe em causa a dignidade e o profissionalismo docente no distrito de Massinga.

No I Fórum de Educação sobre a Qualidade de Ensino na Província de Inhambane, o Director dos Serviços Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Homóine reconheceu o peso das dívidas contraída pelos professores, que por sua vez apresentam um impacto social negativo da sociabilidade de professores, mas também na qualidade de ensino. Assim, na qualidade de dirigente máximo do sector da educação no Distrito de Homóine, (Província de Inhambane) teve que renegociar a reestruturação de pagamento dessas dívidas como forma de aliviar os professores implicados. O exemplo do director, apesar de ser uma medida não cabalmente satisfatória, por requerer uma intervenção a nível central, mostra por um lado, o grau de impacto das dívidas no ensino tanto como nos professores e, por outro, a empatia do líder como ser humano que se preocupa com a parte social dos seus liderados.

As mudanças de carreira⁹ e progressões¹⁰ constituem um factor candente na

⁹ Efectua-se de uma carreira para outra mediante a certificação habilitacional e profissional. Portanto, se o funcionário tiver nomeação definitiva, a integração na nova carreira faz-se no escalão e classe a que corresponder índice imediatamente superior ao que detém (artigo 14 do Decreto nº 64/98 do Conselho de Ministros).

¹⁰ Faz-se por mudança de escalão dentro da respectiva faixa salarial, condicionado por requisitos como: (i) três anos de serviço efectivo no escalão em que esta

Função Pública que influencia directamente na insatisfação de Funcionários do Estado, não sendo nenhuma excepção para com os professores, aliás, este caso é reconhecido pelo MINEDH (2017) ao salientar que, os professores sentem-se desmotivados no exercício das suas funções devido a factores inerentes aos actos administrativos. Apesar de ser um estudo pioneiro nesta temática, realizado no distrito de Massinga, na esfera internacional pesquisadores denunciam, principalmente, desde a década de 1970, as mazelas trazidas pela forma de organização e controle do processo de trabalho (Paula & Ferraz, 2015).

Para o professor entrevistado da Escola Secundária de Mupaculane, o Sistema de Carreiras e Remuneração mostra-se contraproducente porque as promoções não acontecem por estarem condicionadas ao cabimento orçamental, sendo que, o sector da educação recebe pouco Orçamento do Estado por se considerar uma área não “produtiva”. Os professores entrevistados deixam claro que, a insuficiência do cabimento orçamental tem sido a razão usada pelos gestores dos Recursos Humanos para justificar a falta de mudanças de carreiras, progressões, promoções e conversões de professores afectos não só, no distrito de Massinga, assim como em outras escolas a nível nacional.

Dados mostram que os professores estão insatisfeitos, assistindo-se casos de depressão emocional. Segundo o Jornal *Evidências* (2024), apesar de apelos das autoridades governamentais para que os professores tenham calma e paciência, como declarou o vice - Ministro da Educação, os professores mostram-se impacientes, alegando que “a paciência se esgotou” - sentenciou um dos entrevistados- que também asseverou não se tratar apenas de uma questão salarial, mas de dignidade profissional e respeito pela sua função social. A luta do professor pela honra, dignidade e pelo respeito denuncia substancialmente a falta da humanização da classe do professor que se traduz igualmente na perda

posicionado; (ii) avaliação de potencial do funcionário e (iii) existência da disponibilidade orçamental (artigo 11 do Decreto nº 64/98 do Conselho de Ministros).

de prestígio social e do amparo do próprio professor. Desde logo, urge a necessidade de políticas sociais que ajudem ao professor a construir a sua melhor identidade, saber viver com outro, melhorar a condição existencial do outro, pois “a ordem social injusta gera miséria” (Freire, 1987, p.24) e, conseqüentemente uma revolução social incontável, mas que poderia ser mitigada por meio de uma educação libertadora humanista, que coloca os homens em convívio e respeito mútuo entre os líderes e os liderados. Todavia, diante da falta de avanços na solução das inquietações de professores de Massinga, cresce a ideia de que se nada mudar, será inevitável a convocação de uma greve prolongada, desde a paralisação das aulas no segundo trimestre de 2025 até à suspensão da realização dos exames. O que se observa perante a insatisfação de professores, portanto, é prenúncio de uma “revolta”, uma vez que são notáveis os sinais de uma iminente mudança de paradigma de percepção e acção dos professores não só no distrito de Massinga, mas também noutros pontos geográficos do país.

Os entrevistados atestam que, as causas da sua insatisfação são múltiplas e interligadas e não se limitam à falta de pagamento de horas extraordinárias e segunda turma, pois a insatisfação aflige também aos professores que não têm horas extraordinárias nem segunda turma. No fundo, trata-se entre outras causas, a morosidade salarial, as más condições de trabalho, a falta de recursos pedagógicos, a superlotação de turmas, as “incongruências” advindas pela introdução da Tabela Salarial Única (TSU) e as longas distâncias percorridas pelos professores para chegar nos seus postos de trabalho. Salienta-se que, a TSU implementada em 2022 na tentativa de eliminar as assimetrias salariais, tem sido alvo de fortes críticas o que levou a greves não só, de professores, mas também de médicos e juizes. Nesta lógica, professores sentem-se desamparados pelas autoridades locais e nacionais, o que mina a motivação dessa classe profissional e compromete a qualidade de ensino oferecido.

Os professores sentem-se desamparados pelas autoridades locais e nacionais e

o conjunto desses factores, em última análise, comprometem a qualidade de ensino oferecido. Nas Escolas Secundárias de Madauca e Unguana, por exemplo, os professores afirmaram sentir-se excluídos na tomada de decisão, sobretudo no que respeita às políticas curriculares, bem como ao modelo de educação em construção em Moçambique. Os entrevistados dizem-se surpreendidos por matérias por ensinar sem possibilidade de opinar nem questionar a sua relevância social.

Em suma, após uma meticulosa análise de discursos e narrativas dos entrevistados, podemos sintetizar a insatisfação de professores nos seguintes termos: (i) gestão e planificação deficitária no Sistema Nacional de Educação, o que causa atrasos no pagamento de horas extraordinárias e atrasos frequente no processamento e pagamento de salários, o que faz com que os professores arquem com altas dívidas junto da banca comercial e das agências macrofinanceiras e (ii) políticas sociais de educação ineficientes, que, por vez, não respondem às expectativas sociais e geram, por um lado, alunos que progridem nos vários ciclos de estudo sem as competências mínimas exigidas pela sociedade, e por outro lado, desumanizam o trabalho dos professores que são confrontados com a falta de recursos didáctico-pedagógicos, trabalham em turmas superlotadas e, por vezes, no ar livre sujeitos às contingências meteorológicas.

Cultura de Silêncio: eminência de uma “revolução silenciosa”?

Num estudo sobre as relações de trabalhos contemporâneas, Paula & Ferraz (2015) convidam-nos a reflectir sobre as seguintes questões: por que os trabalhadores, em geral, não relatam sobre as suas condições de trabalho? Ou ainda, por que silenciam sobre o processo que os torna doentes e/ou lhes causa sofrimento? Para os autores, a resposta destas questões passa necessariamente por compreender o discurso organizacional e o silêncio nas organizações¹¹. Para

¹¹ Morrison & Milliken (2000) criam o conceito de silêncio organizacional, referindo a

Bowen & Blackmon (2003 *apud* Paula & Ferraz, 2015), o silêncio organizacional ocorre quando as pessoas não podem contribuir livremente para o discurso organizacional. A este respeito, Morrison & Milliken (2003) acrescentam que este pode ser causado por medo, pelo desejo de não ser porta-voz de más notícias ou ideias indesejáveis, como também por normas ou pressões sociais que há nos grupos.

Neste caso, interessa-nos compreender o silêncio. Trata-se de um conceito multifacetado que inclui a ausência de discurso ou expressão formal (Pinder & Harlos, 2001). O silêncio é um conceito complexo e polissémico na sua interpretação, isto é, por um lado, pode ser entendido como ausência de som ou barulho num determinado contexto (na sala de aulas, na família, no trabalho, na gestão, etc.). Por outro, pode ser entendido como o calar da boca mas exteriorização pelo corpo ou pelas atitudes. Em qualquer dos casos, o silêncio é fenomenal e repleto de significados, já que é capaz de revelar *nuances* que a própria palavra proferida é incapaz de revelar.

Assim, convida-se o leitor, assim como os órgãos do sector de educação a entender e reflectir sobre o silêncio, sobretudo no concernente às consequências e às suas diversas formas de manifestação. No cenário educacional, os professores muitas vezes, encontram-se em posição de silêncio, uma espécie de luta e resistência silenciosa perante às injustiças e dificuldades que enfrentam, diariamente na sua prática profissional. Este silêncio pode ser interpretado de várias formas: uma forma de autoprotecção mantendo a dignidade pessoal do professor, mas também como forma de resistir às pressões externas que não podem ser contrapostas. O silêncio ignorado, doravante pode ser um prenúncio iminente de uma verdadeira “revolução silenciosa” no sector de educação, colocando em risco cada vez mais a qualidade do ensino. De facto, ao se debruçar a este propósito, Hara (2015) advoga que alguns silêncios significam uma hostilidade virulenta, índice de amizade profunda, de uma

retenção de opiniões e de problemas organizacionais por parte dos empregados.

admiração emocionada até mesmo de um amor.

Em Moçambique, a realidade mostra que o silêncio, sobretudo no sector laboral, é condicionado pela existência de grupos de funcionários político-ideologicamente identificados com o regime dominante, o qual acaba por silenciar a voz daqueles que não se identificam com esse regime. No entanto, no processo de ensino e aprendizagem, em algum momento, quando os professores ficam em silêncio, eles emitem um sinal repreensivo e/ou educativo, dando ordens aos seus alunos. Nesta sequência, os alunos são chamados a saber descodificar/ interpretar o silêncio do professor. É neste âmbito que se afirma que, o silêncio fala, aliás para (Hara, 2015), o silêncio tem alguma coisa de profundo, de misterioso e de sóbrio. O silêncio deve ser, rigorosamente, interpretado para que não seja confundido com o sucesso no seio das relações humanas ou no sector laboral.

Neste trabalho, o silêncio é visto numa perspectiva político-cultural e religiosa consequente de um povo colonizado e instruído a manter-se impávido perante às injustiças. É, de facto esta perspectiva que foi influenciando, ao longo da história, o silêncio do povo e, no caso em estudo, de professores que, mesmo insatisfeitos não se manifestavam necessariamente por meio de protestos ou greves expressivas. Alguns professores, ao não poder discursar livremente nas escolas, pautam pelo silêncio como forma tradicional de luta e resistência, evitando uma relação de conflitualidade com as hierárquicas superiores. Desde logo, o absentismo, a falta da assiduidade e pontualidade, simulações de aulas não dadas, atribuições de notas administrativas aos alunos inclusive aos que não participam regularmente às aulas, a falta de entrega ao trabalho pedagógico, a sabotagem da profissão, em geral, têm sido algumas das diversas formas de manifestação do silêncio por parte de professores.

Nas palavras do professor entrevistado na Escola Secundária de Unguana, “o silêncio torna-se uma resposta directa ao sistema que pouco reconhece os

esforços dos professores”¹². Dito por outras palavras, o silêncio torna-se uma forma de luta e resistência às injustiças no seio individual e/ou no colectivo da classe docente. Todavia, devido as manifestações violentas ocorridas após a divulgação dos resultados eleitorais de 9 de Outubro de 2024, que enfrentavam directamente ao Estado, impulsionaram outra forma de luta e resistência dos moçambicanos e, em particular dos professores. No distrito de Massinga, por exemplo, logo no início do ano lectivo de 2025, os professores amotinaram-se e dirigiram-se ao Governo Distrital, quebrando o protocolo tradicional de professores perante às supostas injustiças do Estado.

Outro caso de exemplo, de acordo com o gestor dos Recursos Humanos dos Serviços Distrital, Juventude e Tecnologia de Massinga, foi quando o Conselho de Escola, de uma das escolas secundárias daquele distrito tomou iniciativa de marcar falta ao Senhor Administrador distrital, por alegadamente este não se ter feito presente para dialogar com professores. Após tentativas fracassadas de impor a sua vontade na base de ameaças, o Governo do distrito acabou por se convencer da necessidade de destacar uma equipa negocial para aquela escola, e cuja intervenção culminou na retomada normal do ambiente de trabalho por parte dos professores.

Implicações da insatisfação de professores do Distrito de Massinga: como contornar?

A análise da insatisfação de professores no distrito de Massinga revela um quadro de precarização da profissão docente, sustentado pelas fragilidades estruturais, a falta de reconhecimento institucional e ausência de políticas sociais eficazes para a valorização desta classe profissional. Numa entrevista concedida pelo Chefe dos Recursos Humanos dos Serviços Distrital, Juventude e Tecnologia de Massinga, este reconheceu a insatisfação de professores os quais exigem os seus direitos laborais, no caso de pagamento de horas extraordinárias

¹² Entrevista concedida no dia 12 de Maio de 2025.

e segunda turma. De acordo com o gestor, até ao momento deste entrevista, existiam ainda, duas escolas secundárias no Distrito de Massinga que se recusavam a entregar o aproveitamento pedagógico por falta de pagamento de horas extraordinária e segunda turma.

A insatisfação de professores, expressa de maneira silenciosa no quotidiano escolar afecta profundamente a qualidade da educação e evidencia a urgência de uma intervenção, sobretudo na planificação e gestão educacional. Na sequência destas ocorrências, Muzime (2024) afirma que crescem vozes da Sociedade Civil, Órgãos de Comunicação Social, académicos, comunidade em geral sob tese de que as crianças terminam os ciclos de formação sem saber ler, escrever e efectuar operações matemáticas básicas. A luta pela qualidade da educação justifica-se sob manto de que, o baixo nível do desenvolvimento social e económico do país é consequência da precarização do Sistema Nacional de Educacional. De acordo com o professor entrevistado, essas situações ganharam mais visibilidade em Janeiro de 2025, quando cerca de 150 professores das escolas Secundárias de Mudauca, Unguana, 28 de Janeiro e Mupaculane realizaram uma manifestação pacífica junto ao Governo do Distrito de Massinga, levando algumas interrupções de aulas. A movimentação de professores, junto ao Governo do Distrito de Massinga não se trata de uma mera luta e resistência da classe de professores, mas sim, de despertar de consciência de uma classe social com alto poder de influência social e política, aliás, cruzam vozes da sociedade, as quais defendem que, os professores influenciam significativamente no sucesso dos resultados eleitorais em Moçambique.

No entanto, considerando a relevância política do professor, a sua insatisfação torna-se uma necessidade urgente de revisão, sobretudo, no que tange à planificação e gestão do processo educacional. Nesse sentido, defende-se que, as políticas que priorizem a valorização do professor sejam entendidas não apenas como acções de justiça social, mas como estratégias fundamentais para

o fortalecimento da qualidade de ensino, visando a promoção do desenvolvimento económico do país. Em gesto de reconhecimento da moral de professores em crise, o Director dos Serviços Distrital, Juventude e Tecnologia de Vilankulos, durante a sua comunicação no I Fórum Provincial sobre a Qualidade na Educação, organizado pelo Governo Provincial de Inhambane, este [o director] sugere a criação de incentivos financeiros, programas de capacitação, empreendedorismo, fortalecimento de associações de classe, no caso do envolvimento activo da ONP, a retoma do subsídio de localização, parcerias com empresas de transporte para garantir serviços exclusivos de transporte e o uso de transporte compartilhados como forma de chamar a razão profissional à classe de professores.

Como forma de minimizar a insatisfação de professores, o Governo a nível do Distrito de Massinga, entre os meses de Fevereiro e Março de 2025, efectuou os pagamentos de horas extraordinárias e segunda turma. Todavia, os professores questionaram as modalidades usadas para se proceder ao pagamento, o que levou alguns professores a criticarem a transparência do processo, já que, alguns receberam menos de 30% do valor esperado sem explicações claras de quem é de direito. Apesar disto, o gestor financeiro adscrito aos Serviços Distrital, Juventude e Tecnologia de Massinga absteve-se de emitir qualquer pronunciamento, porquanto, ele próprio, afirmou não perceber as causas de as horas extraordinárias dos anos de 2022 e 2023 não terem sido pagas na totalidade. Portanto, considerando ainda a problemática da insatisfação de professores, entende-se a necessidade de cada gestor escolar promover diálogo com os seus professores, reforçando a comunicação estratégica, com vista a fazer da escola e da educação um ambiente de construção da dignidade humana, pois o ambiente motivador educativo “refere-se ao respeito, alegria, amizade e solidariedade, disciplina, combate à discriminação e ao exercício dos direitos e igualdade entre todos” (Alves, 2021, p. 21).

Relativamente ao nível de endividamento, no qual os professores estão

implicados, sugere-se a reestruturação das dívidas a nível da banca, seguida pela criação de programas de apoio psicossocial a nível das escolas ou ZIPs (Zona de Influência Pedagógica). A conquista do coração de professores passa necessariamente pela melhoria das condições de trabalho, redução de turmas numerosas, reactivação dos actos administrativos, o incentivo da formação contínua, assim como o apoio pedagógico de forma a renovar o compromisso de professores. Observados os aspectos sugeridos, acredita-se no sucesso não só, dos professores, mas também dos alunos como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, aliás, o sucesso de alunos está implicado nos sistemas educacionais, investimento em educação, na flexibilidade de currículo escolar, formação inicial e selecção rigorosa de professores (Bühler & Ignácio, 2020).

Considerações Finais

Num movimento reivindicativo organizado pelos professores afectos no Distrito de Massinga, apresentavam como uma das exigências o pagamento integral e imediato de horas extraordinárias em atraso, sob ameaça de não retomarem às aulas. A falta de pagamento de horas extraordinárias e segunda turma trata-se de um problema que arrastava-se pelo tempo, afectando emocional e socialmente a vida de professores visados, porém, não era habitual a manifestação de professores forma expressiva. Acredita-se que, por um lado, as manifestações violentas ocorridas após os resultados eleitorais influenciaram a consciência política reivindicativa da sociedade em geral e, em particular de professores do distrito de Massinga. Por outro, os factores antropológicos, sociais e culturais que caracterizam o povo de Massinga como “terra dos reaccionários” motivaram na luta colectiva enraizada nos Direitos Humanos e justiça social.

Essa luta motivada pela insatisfação, denuncia um problema estrutural no sistema de gestão educacional. Os dados mostram ainda que, a falta de

pagamento de horas extraordinárias e segunda turma que se arrasta desde 2022 aos presentes momentos, indicia não apenas a falta de orçamento, mas também um déficit na planificação no SNE, o que leva à insatisfação de professores. Tradicionalmente, perante essa insatisfação, os professores lutam de forma não expressiva, por meio de “cultura de silêncio”. Neste caso, a cultura de silêncio desenrola-se ainda nas salas de aula, nos corredores das escolas e nas práticas pedagógicas, representando um perigo à qualidade do ensino, não só no distrito de Massinga, mas também a escala nacional. Posto isto, conclui-se que a referida insatisfação passou de apenas uma questão individual e apresenta-se doravante como um problema sistémico que exige análise crítica e acção estratégica por parte dos gestores públicos. Entende-se que, sem a devida valorização do professor em termos salariais, administrativos e humanos, tanto como em políticas sociais que visem a humanização de professores, a qualidade da educação continuará questionada e ameaçada em diversas formas. A situação da revolta no Distrito de Massinga serve como um alerta para os órgãos de Poder a nível provincial e, por que não a nível nacional? Conclui-se que, a insatisfação de professores, que por sua vez, constitui sinal de uma crise eminente, não deve ser vista como um caso isolado, mas como um reflexo de problemas estruturais mais amplos que exigem uma resposta urgente, integrada e sensível por parte das autoridades educacionais e governamentais de Moçambique.

Referências bibliográficas

- Alves, F. C.C. (2021). *A importância da afetividade na relação professor-aluno. [Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Uberlândia].* Uberlândia - MG.
- Bühler, J. & Ignácio, P. (2020). Políticas Educacionais implicadas no bom desempenho no PISA: um estudo comparativo entre o Singapura, Finlândia e Brasil. *Olhar de Professor*. v. 23. p.1-18. Disponível em:

Direcção Provincial de Educação de Inhambane. (2025). *Relatório de actividades*. Inhambane.

Hara, T. (2015). Foucault em Silencio. *Revista Ecopolítica*, 11 (1), 2-27.

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (2017). *Relatório do Estudo Holístico da Situação do Professor em Moçambique*. Maputo: MINEDH.

Morrison, E. W. & Milliken, F. J. (2003). Shades of silence: emerging themes and future directions for research on silence in organizations. *Journal of Management Studies*: 40 (6), 1563-68.

Muzime, F. A. (2024). *Estado Neoliberal e as Políticas do ensino básico em Moçambique*. Massinhane Edições, Inhambane Céu.

Paula, M. J. M. & Ferraz, D. L. S. F. (2015). O silêncio Organizacional: introdução e crítica. *Cadernos EBAPE.BR*. Research Gate: <https://www.researchgate.net/publication/279456226>

Pinder, C.C. & Harlos, K. P. (2001). Employee Silence: quiescence and acquiescence responses to perceived injustice. *Research in personnel and Human Resources Management Studies*, v. 20, p. 331-69.

A influência das mídias na formação da identidade pessoal e a preservação da cultura local em face da modernidade 23

Manuel Maneco Cambuto Alberto

Resumo

A presente pesquisa analisa criticamente o papel das mídias - tanto tradicionais quanto digitais - na construção da identidade pessoal dos indivíduos e no impacto que exercem sobre a preservação das culturas locais, especialmente diante das pressões impostas pela modernidade e pela globalização cultural. O estudo investiga de que maneira os indivíduos - especialmente os jovens - moldam suas percepções de identidade e pertencimento sob a influência de conteúdos midiáticos que priorizam valores globais, o consumo e a uniformização de estilos de vida. Ao mesmo tempo, são analisadas as potencialidades das mídias como instrumentos de valorização e difusão das culturas locais, por meio de práticas como a produção de conteúdo comunitário, o uso de redes sociais para visibilidade cultural e a resistência simbólica de comunidades tradicionais. Conclui-se que a mídia exerce influência ambígua: pode contribuir para o apagamento cultural, mas também oferece oportunidades de fortalecimento identitário e preservação cultural, desde que utilizada de forma crítica, estratégica e consciente. O estudo ressalta a importância de uma educação midiática e cultural que promova o pensamento crítico e a valorização das raízes culturais locais frente aos desafios da modernidade líquida e da cultura globalizada.

Palavras-Chave: Mídias, Formação, Cultura Local, Modernidade

Introdução

Nas últimas décadas, as mídias - tanto tradicionais (rádio, televisão, jornais e revistas) quanto digitais (redes sociais, plataformas de streaming, blogs e sites

de informação) - têm se consolidado como um dos principais canais de difusão de informações, valores e estilos de vida. Ao mesmo tempo em que possibilitam maior conectividade global e circulação de conteúdos culturais diversos, esses meios também exercem forte influência na maneira como os indivíduos constroem suas identidades pessoais e sociais. Nesse sentido, a identidade deixa de ser apenas resultado das interações comunitárias e familiares, passando a ser moldada por discursos e representações amplamente veiculados pelas mídias.

A modernidade, marcada pela globalização, pelo avanço tecnológico e pela crescente interdependência cultural, coloca em evidência um duplo movimento: por um lado, promove a abertura para novas referências culturais e padrões de comportamento; por outro, desafia a preservação das tradições locais, muitas vezes relegadas a segundo plano diante da hegemonia de culturas dominantes.

Assim, as mídias podem tanto fortalecer a diversidade cultural, ao valorizar práticas, narrativas e expressões identitárias de comunidades locais, quanto contribuir para sua erosão, ao impor modelos uniformizados de consumo, linguagem e estilo de vida.

No contexto de sociedades plurais, como as africanas e latino-americanas, esse dilema é ainda mais evidente, pois o encontro entre a cultura local e as pressões externas cria tensões identitárias que se reflectem sobretudo nas novas gerações. A juventude, em especial, encontra-se exposta a uma multiplicidade de estímulos que influenciam sua percepção de pertencimento, podendo desenvolver identidades híbridas, onde elementos tradicionais convivem (ou competem) com valores globais.

Portanto, compreender a influência das mídias na formação da identidade pessoal e sua relação com a preservação da cultura local é fundamental para analisar os impactos da modernidade nas sociedades contemporâneas. A reflexão sobre esse tema permite problematizar de que forma a comunicação

pode ser utilizada não apenas como instrumento de homogeneização cultural, mas também como ferramenta estratégica para valorização das raízes, fortalecimento da memória colectiva e promoção de uma convivência equilibrada entre tradição e inovação.

A compreensão da influência das mídias na formação da identidade pessoal e na preservação da cultura local em tempos de modernidade exige uma abordagem interdisciplinar, que articule conceitos de comunicação, identidade, cultura e globalização.

Identidade pessoal e social

O conceito de identidade é central para este estudo. Segundo Hall (2006), a identidade não é fixa, mas construída continuamente por meio de interações sociais, discursos e práticas culturais. A identidade pessoal se articula à identidade social, ou seja, ao sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade ou a uma tradição. Nesse processo, os meios de comunicação desempenham papel decisivo, pois ampliam os referenciais de valores, crenças e estilos de vida aos quais os indivíduos têm acesso.

Para Berger e Luckmann (2004), a identidade se forma através de processos de socialização, sendo reforçada ou transformada a partir dos contextos de interação simbólica. Assim, ao expor os sujeitos a novos padrões de consumo, estética e comportamento, a mídia contribui para a construção de identidades múltiplas, fragmentadas ou híbridas.

A mídia como agente de socialização e construção cultural

A mídia não apenas transmite informação, mas também constrói significados sociais. McLuhan (1964) já alertava que o “meio é a mensagem”, isto é, o canal de comunicação molda a forma como o conteúdo é percebido e absorvido. Hoje, com o advento das redes sociais e da comunicação digital, essa influência se intensificou, pois os indivíduos não são apenas receptores, mas também

produtores de conteúdo (Castells, 2009).

Segundo Thompson (2011), as mídias actuam como mediadoras culturais, possibilitando tanto a difusão globalizada de padrões dominantes quanto a valorização de expressões locais. No entanto, há o risco de que a força dos meios internacionais de comunicação e das indústrias culturais leve à homogeneização cultural, apagando ou relegando a segundo plano as tradições locais.

Cultura local e preservação na modernidade

A cultura local pode ser entendida como o conjunto de valores, práticas, símbolos, narrativas e tradições que dão identidade a uma comunidade específica (Geertz, 1989). A modernidade, associada à globalização, trouxe um intenso fluxo de informações e produtos culturais, o que coloca em risco a preservação dessas tradições.

Autores como Canclini (2005) defendem a ideia de “hibridização cultural”, em que elementos globais e locais se misturam, criando novas formas de expressão. Essa perspectiva mostra que a preservação cultural não significa isolamento, mas adaptação e ressignificação diante da modernidade.

Por sua vez, Hobsbawm e Ranger (1984) lembram que até mesmo as “tradições inventadas” podem ser mecanismos de reforço da identidade colectiva, especialmente quando confrontadas com pressões externas.

Modernidade, globalização e identidades híbridas

A modernidade tardia, descrita por Giddens (1991), caracteriza-se pela reflexividade, ou seja, pela constante reavaliação das práticas sociais. Nesse cenário, a identidade se torna mais fluida e negociável, abrindo espaço para influências externas. A globalização, enquanto processo de interconexão mundial, intensifica esse fenómeno ao colocar culturas diferentes em contacto permanente (Robertson, 1992).

Isso gera, por um lado, risco de “aculturação”, em que valores locais são substituídos por padrões globais; por outro, abre caminho para identidades híbridas, em que sujeitos incorporam elementos modernos sem abandonar totalmente suas raízes culturais (Hall, 2003).

O papel das mídias na preservação cultural

Apesar dos riscos de homogeneização, as mídias também podem actuar como ferramentas de valorização cultural. Projectos de comunicação comunitária, rádios locais, produções audiovisuais nacionais e iniciativas digitais voltadas para a promoção da língua, da música e dos costumes locais são exemplos de como a mídia pode servir à preservação cultural (Martín-Barbero, 2001).

No contexto africano e latino-americano, iniciativas de mídias alternativas têm se mostrado fundamentais para reforçar a identidade cultural e dar visibilidade a narrativas que não encontram espaço na grande mídia global (Ngugi wa Thiong’o, 2009; Sodré, 2014).

Metodologia

A metodologia adoptada neste estudo tem como objectivo compreender e analisar de que forma as mídias influenciam a formação da identidade pessoal e, ao mesmo tempo, quais são seus efeitos na preservação ou na transformação da cultura local diante da modernidade. Para alcançar este propósito, optou-se por uma abordagem de carácter qualitativo, complementada por alguns elementos quantitativos, a fim de garantir maior profundidade e rigor científico.

A investigação será **de natureza qualitativa**, uma vez que busca interpretar fenómenos sociais e culturais a partir da percepção dos sujeitos, privilegiando o significado das experiências (Minayo, 2012).

Contudo, serão incluídos elementos **quantitativos descritivos**, como a frequência de uso de diferentes mídias, para complementar os dados obtidos e

fornecer indicadores mensuráveis (Creswell, 2014).

Trata-se de um **estudo exploratório e descritivo**. O carácter exploratório se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a relação entre mídia, identidade e cultura, especialmente em contextos locais. Já o carácter descritivo está presente na intenção de registrar, analisar e interpretar as percepções e práticas culturais dos participantes, sem a pretensão de estabelecer relações de causa e efeito.

O universo da pesquisa é composto por **jovens e adultos** residentes na comunidade/bairro/localidade em estudo, tendo em conta que esses grupos estão mais expostos ao uso das mídias (televisão, rádio, internet, redes sociais) e participam activamente na construção da identidade cultural.

A **amostra** será definida por meio de **amostragem não probabilística intencional**, seleccionando sujeitos que utilizam frequentemente as mídias e que se envolvem em práticas culturais locais.

Resultados Esperados

O estudo pretende contribuir para a compreensão crítica do papel das mídias na construção da identidade pessoal e social, bem como na preservação ou transformação da cultura local diante da modernidade.

Identificação dos **meios de comunicação mais utilizados** (rádio, TV, internet, redes sociais, jornais) e de suas funções no cotidiano (informação, entretenimento, autoexpressão, preservação cultural).

Constatação de que as redes sociais digitais (Facebook, WhatsApp, TikTok, Instagram e YouTube) assumem papel central na construção da identidade entre jovens, enquanto meios tradicionais ainda são relevantes para grupos adultos e idosos.

Verificação de que a intensidade e a diversidade de consumo mediático influenciam directamente a percepção de pertencimento cultural e a adopção de padrões globais de comportamento.

Influência das mídias na formação da identidade pessoal

Evidência de que a identidade pessoal se encontra em processo de **hibridização** (Canclini, 2005), combinando elementos da tradição local com referências globais difundidas pelas mídias.

Compreensão de que os jovens constroem identidades **performáticas** em ambientes digitais, moldadas por algoritmos e pela busca de reconhecimento em redes sociais.

Identificação de tensões entre gerações: enquanto os mais velhos valorizam práticas tradicionais, os mais novos tendem a reinterpretá-las ou adaptá-las à lógica midiática contemporânea.

Impactos sobre a preservação da cultura local

Constatação de que as mídias podem tanto **fortalecer** quanto **fragilizar** a cultura local:

Identificação de estratégias comunitárias de apropriação das mídias, como rádios comunitárias, páginas de Facebook locais, grupos de WhatsApp culturais, que funcionam como **instrumentos de resistência cultural**.

Desafios e tensões identificados

Constatação de riscos de **folclorização** da cultura local, quando tradições são reproduzidas sem contexto, apenas para consumo midiático.

Evidência de desigualdades de acesso digital (urbano/rural, gênero, nível socioeconômico), que afetam a forma como diferentes grupos constroem suas identidades e preservam suas tradições.

Identificação de dilemas entre **desejo de visibilidade global** e **preservação da autenticidade cultural**.

Oportunidades para políticas públicas e educação

Indicação de que projectos de **literacia midiática e digital** podem ajudar comunidades e jovens a consumir e produzir conteúdos de forma crítica, preservando valores culturais sem rejeitar a modernidade.

Recomendações de incentivo a **produções culturais locais** em mídias digitais e tradicionais, fortalecendo a circulação da diversidade cultural.

Reconhecimento da necessidade de **políticas culturais inclusivas**, que apoiem iniciativas comunitárias de comunicação e preservação patrimonial.

Conclusão

A análise da influência das mídias na formação da identidade pessoal e na preservação da cultura local em face da modernidade revela um cenário complexo e ambivalente. As mídias, ao mesmo tempo em que ampliam as possibilidades de comunicação, interacção e acesso a referências globais, também desafiam os sujeitos e as comunidades a manterem vivas as suas raízes culturais diante de um processo contínuo de globalização e homogeneização cultural.

No campo da identidade pessoal, os resultados esperados apontam que os indivíduos, sobretudo os jovens, constroem identidades **híbridas e dinâmicas**, combinando elementos de suas tradições locais com padrões e estilos veiculados globalmente. Esse processo, embora favoreça a criatividade e a pluralidade cultural, também pode gerar tensões interrelacionais e sentimentos de perda de autenticidade, especialmente quando a valorização do “global” ocorre em detrimento do “local”.

No que se refere à cultura local, as mídias revelam-se **instrumentos de dupla função**: podem fragilizar tradições, quando reduzem práticas culturais a simples mercadorias ou produtos de entretenimento, mas também podem fortalecê-las, quando usadas de forma crítica e estratégica para registrar memórias, difundir valores e dar visibilidade a narrativas que historicamente foram marginalizadas. Projectos de rádios comunitárias, páginas digitais de

associações culturais e produções audiovisuais locais demonstram que a comunicação pode ser uma aliada na salvaguarda e valorização do património cultural.

Assim, este estudo reforça a importância de **políticas públicas culturais e educacionais** que incentivem a produção de conteúdos locais, promovam a literacia midiática e assegurem condições para que as comunidades possam narrar suas próprias histórias. Mais do que instrumentos de homogeneização, as mídias podem ser utilizadas como **ferramentas de empoderamento cultural**, capazes de articular tradição e modernidade em benefício da identidade colectiva.

Por fim, a reflexão desenvolvida abre caminho para investigações futuras que possam acompanhar, em perspectiva longitudinal, os impactos do uso das mídias digitais na construção identitária e cultural, especialmente em contextos periféricos e rurais, onde os desafios de acesso, preservação e valorização cultural são ainda mais significativos.

Referências Bibliográficas

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade*. 24. ed. Petrópolis: Vozes.

Canclini, N. G. (2005). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. ed. São Paulo: Edusp.

Castells, M. (2009). *A sociedade em rede*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projecto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso.

Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte:

Editora UFMG.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Hobsbawm, E., & Ranger, T. (Orgs.). (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Martín-Barbero, J. (2001). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

McLuhan, M. (1964). *Understanding Media: The extensions of man*. New York: McGraw-Hill.

Minayo, M. C. S. (2012). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec.

Ngugi wa Thiong'o. (2009). *Descolonizar a mente: a política da linguagem na literatura africana*. São Paulo: Editora Ática.

Robertson, R. (1992). *Globalization: Social theory and global culture*. London: Sage.

Sodré, M. (2014). *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes.

Thompson, J. B. (2011). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Falta de Carteiras nas Escolas em Moçambique: seu impacto no Ensino-Aprendizagem na Província de Maputo

Hermenegildo Fernando Jaime Nicolau¹³

Resumo

A educação constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação. No entanto, em Moçambique, um dos maiores entraves à qualidade do ensino reside na insuficiência de infraestruturas básicas, com destaque para a falta de carteiras escolares. Este artigo analisa, de forma crítica, os impactos dessa realidade no processo de ensino-aprendizagem, tomando como caso especial a Província de Maputo. A ausência de carteiras obriga milhares de crianças a assistirem às aulas sentadas no chão, em condições desumanas que comprometem a postura física, a saúde, a motivação e a concentração. Para além dos prejuízos individuais, esta carência estrutural afeta o desempenho global das turmas, dificulta a gestão pedagógica dos professores e reduz as oportunidades de aprendizagem equitativa. A fundamentação teórica apoia-se em estudos nacionais e internacionais que comprovam a relação direta entre mobiliário escolar adequado e rendimento académico. Os dados disponíveis revelam que Moçambique enfrenta um défice superior a 700 mil carteiras, o que reflete a insuficiência de políticas públicas eficazes e de investimentos consistentes no setor educativo. O caso da Província de Maputo demonstra que a falta de condições materiais não é apenas um problema logístico, mas sim um obstáculo profundo ao direito à educação de qualidade. O artigo conclui que a resolução deste problema exige um esforço conjunto do Estado, parceiros internacionais, setor privado e comunidade local, com vista à mobilização de recursos para suprir a carência de carteiras. Recomenda-se, ainda, a implementação de políticas de fabrico local de mobiliário escolar, de forma sustentável e acessível, como estratégia para melhorar as condições de aprendizagem e garantir maior dignidade às crianças moçambicanas.

Palavras-chave: Educação; Carteiras escolares; Ensino-aprendizagem;

¹³ Mestrando em Pedagogia e Didática Universidade Metodista de Moçambique. E-mail: hermemegildonicolau04@gmail.com

Abstract

Education is one of the fundamental pillars of any nation's sustainable development. However, in Mozambique, one of the greatest obstacles to quality education lies in the lack of basic infrastructure, particularly the lack of school desks. This article critically analyzes the impacts of this reality on the teaching-learning process, taking Maputo Province as a special case. The lack of desks forces thousands of children to attend classes sitting on the floor, in inhumane conditions that compromise their physical posture, health, motivation, and concentration. In addition to individual disadvantages, this structural deficiency affects the overall performance of classes, hinders teachers' pedagogical management, and reduces opportunities for equitable learning. The theoretical framework is supported by national and international studies that demonstrate the direct relationship between adequate school furniture and academic performance. Available data reveal that Mozambique faces a deficit of over 700,000 desks, reflecting the inadequacy of effective public policies and consistent investment in the education sector. The case of Maputo Province demonstrates that the lack of material conditions is not only a logistical problem, but also a profound obstacle to the right to quality education. The article concludes that solving this problem requires a joint effort by the State, international partners, the private sector, and the local community, with a view to mobilizing resources to address the shortage of desks. It also recommends implementing policies for the local production of school furniture, in a sustainable and affordable manner, as a strategy to improve learning conditions and ensure greater dignity for Mozambican children.

Keywords: Education; School desks; Teaching and learning; Maputo Province; Infrastructure.

Introdução

A educação é um direito fundamental e um dos pilares centrais para o desenvolvimento económico, social e cultural de qualquer nação. Em Moçambique, apesar dos progressos registados nas últimas décadas em termos de expansão da rede escolar, ainda persistem desafios estruturais que comprometem a qualidade do ensino. Entre estes desafios, destaca-se a carência de carteiras escolares, um problema que afeta diretamente a dignidade, a motivação e o rendimento académico dos alunos.

Na Província de Maputo, que acolhe milhares de crianças em idade escolar, o défice de carteiras continua a ser uma realidade visível em várias instituições de ensino primário e secundário. Em muitas escolas, os alunos são obrigados a sentar-se no chão ou a partilhar as poucas carteiras disponíveis, criando um ambiente de ensino pouco adequado e que fere os princípios de equidade e inclusão educativa. Esta realidade, para além de afetar a postura física e a saúde das crianças, limita a concentração, reduz a participação ativa nas aulas e dificulta a gestão pedagógica por parte dos professores.

A ausência de carteiras não é apenas uma questão logística, mas reflete uma falha estrutural na planificação do sistema educativo, revelando lacunas nas políticas públicas e na alocação de recursos para o setor da educação. Neste contexto, analisar os impactos da falta de carteiras em Moçambique, particularmente na Província de Maputo, torna-se crucial para compreender como as condições materiais podem limitar o desenvolvimento das competências cognitivas e sociais dos alunos.

Este artigo está estruturado em cinco partes principais: Introdução - Apresenta a problemática, os objetivos e a relevância do estudo. Fundamentação Teórica, Metodologia . Análise e Discussão - Explora o caso específico da Província de Maputo, destacando os impactos da falta de carteiras nas escolas e dialogando com a literatura existente. E por fim, Conclusão e Recomendações - Resume os

principais resultados, destaca a importância de políticas educativas mais eficazes e propõe alternativas de solução.

Objecto de estudo

A falta de carteiras nas escolas primárias da Província de Maputo e os seus impactos no processo de ensino-aprendizagem.

O objecto de estudo deste trabalho é a análise da insuficiência de carteiras escolares na Província de Maputo, considerando como esta carência estrutural afeta a organização pedagógica, o desempenho académico, a motivação e a permanência dos alunos no sistema educativo

Fundamentação Teórica

A educação de qualidade depende de múltiplos fatores, entre eles as condições físicas em que ocorre o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com a UNESCO (2015), infraestruturas adequadas são elementos essenciais para garantir equidade e eficácia no ensino, pois favorecem tanto a permanência quanto o sucesso escolar.

Perspetiva Pedagógica

Autores como SAVIANI (2008) E LIBÂNEO (2012) defendem que o ambiente escolar é uma dimensão indissociável da prática pedagógica. Assim, o espaço físico e os recursos disponíveis interferem diretamente na mediação docente e na interação dos estudantes. Quando os alunos são forçados a aprender no chão ou em condições precárias, ocorre uma quebra no princípio da dignidade educativa, afetando a motivação e a concentração.

“O estudo na Nigéria revelou discrepâncias expressivas entre o mobiliário escolar e as medidas antropométricas dos estudantes, o que aponta para riscos de saúde e a urgência de intervenção nas políticas de design” (FIDELIS E OGUNLADE, 2022)

Psicologia da Aprendizagem

Do ponto de vista psicológico, a Teoria Socioconstrutivista de VYGOTSKY (1991) sublinha a importância do ambiente para o desenvolvimento cognitivo. O espaço físico e o mobiliário adequado constituem parte do "contexto mediador", sem o qual a aprendizagem colaborativa e a zona de desenvolvimento proximal são dificultadas.

Além disso, estudos de ergonomia (NOGUEIRA, 2020) comprovam que a má postura e o desconforto físico reduzem a atenção e o desempenho cognitivo, criando obstáculos adicionais ao processo de ensino.

Gestão e Políticas Educacionais

A Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1961) destaca a educação como investimento estratégico para o desenvolvimento socioeconómico. A falta de carteiras, portanto, não é apenas um problema de logística, mas reflete fragilidades na gestão dos recursos públicos.

Autores africanos como SAMOFF (2007) também argumentam que os défices estruturais nas escolas perpetuam desigualdades sociais e regionais, limitando o potencial de transformação da educação.

No plano científico, BARRETT E ZHANG (2021) destacam que o ambiente físico da sala de aula exerce influência significativa sobre a aprendizagem: quanto mais adequadas forem as condições de infraestrutura, maior a capacidade dos alunos de se engajarem cognitivamente. Assim, a falta de carteiras torna-se um fator de exclusão pedagógica, impactando negativamente a aprendizagem ativa e participativa.

Contexto Moçambicano

De acordo com a UNESCO (2021), escolas sem condições físicas adequadas contribuem para o aumento da desigualdade educacional, pois limitam a

motivação e o desempenho dos alunos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Esse fenómeno é visível em Moçambique, onde, segundo o MINEDH (2022), milhares de alunos frequentam aulas sem carteiras, sentando-se no chão ou partilhando espaços improvisados.

Segundo o MINEDH (2024), Moçambique enfrenta um défice superior a 700 mil carteiras. Esse problema agrava-se em províncias como Maputo, onde a pressão populacional e a expansão da rede escolar não foram acompanhadas por investimentos proporcionais em mobiliário. A literatura aponta que quando a infraestrutura não acompanha o crescimento da matrícula escolar, a qualidade do ensino sofre declínio acentuado (SOARES, 2021).

Enquadramento: magnitude do défice e dinâmicas recentes

Défice nacional de carteiras tem sido reiterado por autoridades e meios de comunicação, e está associado a contrastes orçamentais, crescimento da matrícula e danos recorrentes à infraestrutura (chuvas, ciclones, vandalização). Na província de Maputo, reporta a VOZ DA AMÉRICA (2024), “pais e líderes comunitários reclamam que as crianças são obrigadas a aprender no chão, em condições indignas”.

Reportagens frequentes mostram turmas a estudar ao ar livre ou em salas improvisadas, com crianças sentadas no chão, sobretudo em escolas primárias.

Implicações diretas:

- Escrever no chão dificulta a caligrafia, a organização dos cadernos e a atenção;
- Posturas incorretas aumentam desconforto físico e fadiga;
- Aumenta a indisciplina e o ruído por falta de layout estável da sala;
- Cai a motivação para frequentar a escola, sobretudo em classes iniciais.

Caso especial: Província de Maputo

A Província de Maputo combina zonas urbanas densas e áreas rurais (ex.: Marracuene, Magude, Boquisso, Boane). Em diversos estabelecimentos, as turmas funcionam:

- Ao ar livre (baixo conforto térmico, exposição à poeira/chuva);
- Em salas sem mobiliário suficiente, forçando a rotação de carteiras ou o uso de bancos improvisados;
- Com rácios elevados aluno/carteira, tornando inviável o trabalho em pares ou em pequenos grupos.

Exemplos locais (indicativos):

- **Marracuene:** relatos de turmas do ensino básico a terem aulas ao relento;
- **Boane:** iniciativas municipais pontuais de entrega de carteiras para retirar alunos do chão;
- **Magude:** comunidades expressam, de forma recorrente, frustração com a falta de carteiras e salas adequadas;
- **Boquisso:** pais e encarregados de educação compram cadeiras plásticas para seus filhos levarem a escola.

Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, por considerar-se a mais adequada para compreender e analisar em profundidade o impacto da falta de carteiras escolares no processo de ensino-aprendizagem.

Tipos de Estudo

O estudo é de caráter exploratório-descritivo. Exploratório, porque busca compreender um fenómeno ainda pouco investigado no contexto moçambicano, especialmente na Província de Maputo; e descritivo, porque procura retratar, com base em dados e evidências, a realidade das escolas afetadas pela carência de carteiras.

Abordagem

A investigação é qualitativa, pois privilegia a análise interpretativa do problema, dando ênfase à compreensão do impacto pedagógico e social da ausência de carteiras escolares. No entanto, são também utilizados alguns dados quantitativos secundários (estatísticas oficiais do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano - MINEDH e relatórios de ONGs), que ajudam a contextualizar a dimensão do problema.

Procedimentos de Recolha de Dados

- Pesquisa Bibliográfica: levantamento de estudos nacionais e internacionais que discutem a relação entre condições de infraestrutura escolar e rendimento académico;
- Documentação Oficial: consulta de relatórios do MINEDH, UNICEF, UNESCO e Banco Mundial, que apresentam dados sobre o défice de carteiras em Moçambique;
- Estudo de Caso: a análise foca-se na Província de Maputo, tomando como referência algumas escolas públicas primárias e secundárias que enfrentam esta carência, com destaque para instituições como a Escola Primária de Boquisso, onde a situação é mais evidente;

- Observação Indireta: análise de reportagens jornalísticas, estudos técnicos e registos fotográficos sobre as condições reais de aprendizagem nas escolas sem carteiras.

Técnicas de Análise

Os dados recolhidos foram analisados através de análise de conteúdo, que permitiu identificar categorias temáticas como:

- Impactos físicos e de saúde (postura, conforto, fadiga);
- Impactos pedagógicos (atenção, participação, rendimento académico);
- Impactos psicológicos e sociais (autoestima, motivação, abandono escolar).

Delimitação do Estudo

O artigo centra-se exclusivamente nas escolas da Província de Maputo, não abrangendo todas as províncias do país. A escolha justifica-se pela relevância da região no sistema educativo moçambicano e pelo facto de concentrar instituições que refletem de forma clara o problema estudado.

Justificativa da Metodologia

A escolha de uma metodologia qualitativa e exploratória deve-se à necessidade de compreender não apenas a dimensão numérica do défice de carteiras, mas sobretudo os seus efeitos subjetivos e pedagógicos. A combinação entre dados documentais e análise interpretativa permite um retrato mais fiel e crítico da realidade.

O método não incluiu inquéritos ou observações de campo, mas centrou-se na interpretação crítica de fontes secundárias.

Análise e Discussão

A análise dos dados obtidos permite perceber que a falta de carteiras nas escolas da Província de Maputo representa uma das barreiras estruturais mais graves no processo de ensino-aprendizagem. Muitos alunos são obrigados a frequentar aulas sentados no chão, em condições que comprometem não apenas a sua postura física, mas também a sua capacidade de concentração e motivação para aprender.

Em todos os casos, a gestão da aula fica limitada: o professor não circula, o quadro é subaproveitado, as estratégias de avaliação formativa (observação, feedback rápido) perdem eficácia, e o tempo efetivo de aprendizagem diminui. O jornal *O País* (2024) destacou que “mesmo com entregas recentes de carteiras, a necessidade continua muito acima da capacidade de resposta do governo”.

Como a falta de carteiras prejudica o ensino e a aprendizagem

Dimensão cognitiva e de desempenho

- **Atenção e foco:** Sem apoio para escrever, os estudantes trocam constantemente de posição, dividem o caderno no colo e perdem minutos valiosos para organizar materiais. A atenção sustentada cai, a memória de trabalho dispersa-se e a aprendizagem de conteúdos básicos (leitura, escrita, cálculo) sofre.
- **Avaliação e feedback:** A impossibilidade de manter cadernos e livros em plano estável dificulta tarefas de cópia, exercícios estruturados, correção em tempo real e registros do professor.

Dimensão socioemocional e motivacional

- **Autoestima e pertença:** Sentar no chão comunica, simbolicamente, desvalorização da criança e da escola, afetando a autoestima, a assiduidade e a permanência.
- **Disciplina e clima escolar:** Ambientes improvisados geram mais ruído e deslocações durante a aula, exigindo tempo adicional de gestão de comportamento.

Dimensão de saúde e ergonomia

- **Postura e dor:** A ausência (ou inadequação) de carteiras está associada a desconforto músculo-esquelético, dores lombares e fadiga precoce. Em crianças pequenas, a ergonomia inadequada pode afetar o desenvolvimento postural. Para a UNICEF (2025), “a falta de mobiliário adequado prejudica diretamente a atenção, a saúde postural e a motivação dos alunos, comprometendo os resultados escolares”.

Como observa Nogueira (2020, p. 50), “o mobiliário inadequado ou inexistente compromete a ergonomia e influencia negativamente os processos cognitivos de aprendizagem”.

Dimensão de equidade

- **Gênero e vulnerabilidade:** Meninas e crianças com deficiência são particularmente penalizadas em ambientes desconfortáveis e pouco inclusivos.
- **Território:** Escolas periurbanas e rurais (como em Marracuene e Magude) tendem a ter maior déficit de mobiliário, ampliando disparidades em relação a sedes urbanas.

Evidências e argumentos-chave (síntese)

- **Mobiliário adequado** melhora postura, conforto, organização do material e tempo útil de aprendizagem.

- **Ambientes físicos dignos** elevam motivação e reduzem abandono, sobretudo nos primeiros anos.
- **Investimentos em carteiras** têm efeito multiplicador: beneficiam várias turmas por turno e duram vários anos quando associados a manutenção.

Resultados esperados e Recomendações

A investigação realizada evidência que os alunos, ao frequentarem aulas sentados no chão, enfrentam condições físicas desconfortáveis, que afetam a concentração, a saúde postural e a motivação. Além disso, a ausência de mobiliário escolar reforça desigualdades sociais e transmite uma mensagem de desvalorização da educação pública. A falta de carteiras não é um detalhe logístico: é um determinante pedagógico. Em Maputo-Província, onde a pressão demográfica e as distâncias ainda criam barreiras, garantir mobiliário básico é condição para qualquer reforma curricular ou formação docente surtir efeito. Resolver o déficit de carteiras é, portanto, uma medida simples, visível e custo-efetiva para melhorar a qualidade e a equidade da educação. Garantir carteiras escolares não é apenas oferecer conforto físico, mas assegurar dignidade, equidade e qualidade na educação. A solução para este problema depende de um esforço coletivo que envolva Estado, sociedade civil, parceiros internacionais e as próprias comunidades. Apenas com este compromisso conjunto será possível transformar as salas de aula em verdadeiros espaços de aprendizagem inclusiva e eficaz, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique.

As análises discutidas demonstram que o problema não deve ser tratado como mera carência logística, mas como uma questão pedagógica e social de grande relevância. Tal como comprovado em estudos internacionais e experiências práticas – como a intervenção da UNICEF no Malawi (2025) – a provisão de carteiras adequadas pode transformar radicalmente o ambiente escolar,

aumentar a autoestima dos alunos, facilitar a gestão pedagógica dos professores e melhorar os resultados académicos. Face a esta realidade, é urgente a adoção de medidas concretas e coordenadas.

Resultados Esperados

Compreensão aprofundada da realidade da falta de carteiras na Província de Maputo, destacando a dimensão do problema e as suas implicações pedagógicas, sociais e de saúde para os alunos.

Evidências documentadas de como a ausência de carteiras impacta negativamente a atenção, o rendimento escolar, a motivação e a permanência dos estudantes no sistema de ensino.

Identificação de desigualdades no acesso a condições de aprendizagem dignas entre escolas urbanas e rurais, bem como entre diferentes grupos de alunos (gênero, vulnerabilidade socioeconómica).

Propostas de soluções práticas e contextualizadas, como parcerias comunitárias, produção local de mobiliário escolar e políticas públicas descentralizadas de aquisição e manutenção de carteiras.

Subsídios para futuras pesquisas, incentivando estudos empíricos de campo em escolas da Província de Maputo para quantificar os impactos da infraestrutura no desempenho académico.

Contribuição para o debate público, sensibilizando autoridades, parceiros de cooperação e sociedade civil sobre a necessidade urgente de garantir condições físicas adequadas de aprendizagem como direito fundamental à educação.

Recomendações

Ao Estado Moçambicano (MINEDH e Governo Provincial de Maputo):

- Priorizar no Orçamento do Estado a aquisição e distribuição de carteiras, especialmente em escolas primárias;

- Estabelecer parcerias com indústrias locais de carpintaria para a produção de mobiliário escolar adaptado às condições e necessidades antropométricas dos alunos;
- Integrar indicadores de mobiliário escolar adequado nos relatórios de monitoria da qualidade educativa.

Às Comunidades Locais e Associações de Pais e Encarregados de Educação:

- Mobilizar iniciativas comunitárias para apoiar, em colaboração com as escolas, a reparação e produção local de carteiras;
- Participar ativamente em fóruns escolares, pressionando autoridades locais para maior atenção ao problema.

Aos Parceiros de Cooperação (ONGs, UNICEF, UNESCO e setor privado):

- Expandir programas de apoio à infraestrutura escolar, incluindo carteiras sustentáveis e de baixo custo.
- Apoiar projetos de inovação e design local de mobiliário, alinhados ao modelo “Child-Friendly School” defendido pela UNICEF.
- Financiar pesquisas nacionais sobre ergonomia escolar e os impactos da infraestrutura na aprendizagem.

Aos Investigadores e Instituições de Ensino Superior:

- Realizar mais estudos empíricos sobre a relação entre mobiliário escolar, desempenho académico e saúde física das crianças em Moçambique.
- Produzir dados quantitativos que subsidiem decisões de políticas públicas no setor educativo.

Referências Bibliográficas

- BARRETT, P., E Zhang, Y; *The impact of classroom design on learning outcomes: A systematic review*; Learning Environments Research; 2021.
- FIDELIS, O., E OGUNLADE, A; *Anthropometric perspective to classroom furniture ergonomics and the need for standards in Nigerian schools*; Journal of Ergonomics and Human Factors; 2022.
- LIBÂNEO, J. C; *Didática*; Cortez; São Paulo; 2012.
- NOGUEIRA, R. L; *Impacto do mobiliário escolar na postura e no rendimento de crianças.*” *Revista de Educação e Saúde*; v. 12; 2020.
- SAMOFF, J; *Education quality: The disabilities of aid*; International Review of Education; 2007.
- SAVIANI, D; *Escola e democracia*; Autores Associados; Campinas; 2008.
- SCHULTZ, T. W. (1961). Investment in human capital. *The American Economic Review*,
- SOARES, J. F; *Educação e qualidade do ensino em África: desafios contemporâneos.*; Escolar Editora; Lisboa; 2021.
- VYGOTSKY, L. S.; *A formação social da mente*. Martins Fontes; São Paulo; 1991.
- MINEDH; *Relatório anual sobre o estado da educação em Moçambique*; MINEDH; Maputo;. 2022.
- MINEDH. *Balanço Anual do Sector da Educação 2023-2024*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2024.
- UNESCO; *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4*; Paris; 2015.
- UNESCO; *Education and infrastructure: Global monitoring report 2021*; UNESCO; Paris; 2021.
- UNICEF Moçambique; *Relatório sobre Educação e Infraestruturas Escolares em Contexto de Emergência*; UNICEF; Maputo; 2025.
- VOZ DA AMÉRICA. “Comunidades da província de Maputo queixam-se da falta de carteiras nas escolas.” *Voz da América*, Maputo, 2024.

O PAÍS. “Moçambique precisa de mais de 760 mil carteiras para suprir défice nas escolas.” *O País*, Maputo, 2024.

Manuel Maneco Cambuto Alberto

Resumo

Este trabalho aborda a Dança Mutchongoyo praticada na localidade de Gogoi, distrito de Mossurize, Província de Manica, com o objectivo de compreender o seu valor simbólico, cultural, social e educativo dentro da comunidade Ndau. A dança Mutchongoyo, rica em coreografias vigorosas, canto, percussão e trajes tradicionais, representa não apenas uma manifestação artística, mas também um meio de preservação da identidade cultural e de transmissão de saberes ancestrais entre gerações. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários, praticantes da dança, anciãos e professores locais, além da observação direta em cerimónias tradicionais e eventos culturais. Os resultados indicam que a dança de Mutchongoyo continua a desempenhar um papel central nas actividades cerimoniais e comunitárias, como rituais de iniciação, celebrações agrárias e eventos de coesão social. No entanto, observou-se uma crescente ameaça à sua continuidade, devido à falta de políticas públicas de valorização do património imaterial, à modernização e ao fraco envolvimento das novas gerações. A pesquisa recomenda acções integradas para a valorização e salvaguarda da dança, incluindo a documentação audiovisual, a inclusão nos currículos escolares e o apoio institucional a grupos culturais locais. Conclui-se que a Mutchongoyo é uma expressão cultural essencial para a memória e coesão do povo Ndau, exigindo estratégias sustentáveis de preservação e revitalização para que continue a florescer como símbolo da identidade moçambicana.

Palavras chave: Dança, Mutchongoyo, Gogoi.

Abstract

This study focuses on the Mutchongoyo Dance practiced in the locality of Gogoi, Mossurize district, Manica province, aiming to understand its symbolic, cultural,

social, and educational value within the Ndau community. The Mutchongoyo dance, known for its vigorous choreography, singing, percussion, and traditional costumes, represents not only an artistic expression but also a vital mechanism for preserving cultural identity and transmitting ancestral knowledge across generations. The research followed a qualitative approach, using semi-structured interviews with community leaders, dance practitioners, elders, and local teachers, as well as direct observation during traditional ceremonies and cultural events. The findings show that Mutchongoyo still plays a central role in ceremonial and community life, including initiation rites, agricultural festivals, and social cohesion events. However, its continuity is increasingly threatened by the lack of public policies for intangible heritage preservation, modernization processes, and declining youth engagement. The study recommends integrated actions to value and safeguard the dance, including audiovisual documentation, inclusion in school curricula, and institutional support for local cultural groups. It is concluded that Mutchongoyo is a vital cultural expression for the memory and cohesion of the Ndau people, requiring sustainable preservation and revitalization strategies to ensure it continues to thrive as a symbol of Mozambican identity.

Introdução

A dança Muchongoyo é uma expressão cultural tradicional profundamente enraizada na herança do povo Ndau, que habita predominantemente o sudeste de Moçambique e o leste do Zimbabué. Na localidade de Gogoi, situada na província de Manica, distrito de Sussundenga, esta dança continua a desempenhar um papel crucial na preservação dos valores culturais, sociais e históricos da comunidade. O seu significado transcende a simples apresentação artística, representando um elo com os antepassados, um símbolo de identidade coletiva e um meio de transmitir conhecimento entre gerações.

Segundo **Wundimba**, (2012) Historicamente, a dança Muchongoyo era praticada

em ocasiões cerimoniais importantes, como celebrações de colheitas, rituais de iniciação, eventos espirituais e, em tempos antigos, para motivar guerreiros antes das batalhas. Com o passar do tempo, embora o contexto guerreiro tenha desaparecido, a dança manteve o seu vigor e adaptou-se às novas realidades socioculturais. Em Gogoi, a dança é frequentemente apresentada em eventos comunitários, festas tradicionais, encontros escolares e concursos culturais, servindo como um veículo de coesão social e orgulho local.

Segundo **Pereira** (2011) Caracterizada por movimentos vigorosos, sapateados rítmicos, gritos de guerra e uso de trajes tradicionais coloridos, a dança Muchongoyo envolve principalmente grupos de jovens - tanto rapazes quanto raparigas - que ensaiam exaustivamente para garantir a perfeição dos movimentos sincronizados. Os instrumentos musicais típicos, como tambores, chocalhos e palmas, acompanham os dançarinos, criando uma atmosfera de energia e envolvimento coletivo.

Na localidade de Gogoi, a transmissão desta tradição ocorre sobretudo de forma oral e prática, através do envolvimento direto das crianças e jovens com os mais velhos, mestres da dança e líderes culturais locais. Apesar dos desafios modernos, como a crescente influência de culturas estrangeiras, a emigração e o desinteresse juvenil por práticas ancestrais, a comunidade local tem feito esforços significativos para manter viva esta herança, promovendo a dança em escolas, programas culturais e festivais regionais.

Assim, a dança Muchongoyo em Gogoi não é apenas um espetáculo artístico, mas uma expressão viva da resistência cultural, da memória histórica e da afirmação identitária do povo Ndau. A sua preservação e valorização são essenciais para garantir que as futuras gerações compreendam e celebrem as suas raízes culturais.

Fundamentação Teórica

A dança tradicional africana representa uma das formas mais significativas de

expressão cultural, servindo como veículo de comunicação, educação e preservação identitária. Dentro deste vasto universo, a dança *Muchongoyo*, praticada predominantemente pelo povo Ndaou, constitui um exemplo notável de resistência cultural, sendo amplamente difundida em regiões como a localidade de Gogoi, no distrito de Sussundenga, província de Manica - Moçambique.

Expressão Cultural

Segundo **Pereira (2011)** O **Muchongoyo** é um tipo de dança tradicional acompanhada de música, canto e, por vezes, poesia. Ele é uma forma de expressão artística que reflecte os valores, as crenças, as emoções e as tradições de uma determinada comunidade ou etnia. Através da coreografia, do ritmo e dos movimentos corporais, as pessoas conseguem expressar não só a sua identidade cultural, mas também suas narrativas históricas e colectivas. As coreografias e os gestos da dança muitas vezes narram episódios de luta, festas ou outras manifestações culturais importantes para o grupo.

Vínculo e Veículo de Comunicação

Segundo **Cultura Moçambicana: Diversidade e Tradição (2021)** A dança e a música do **Muchongoyo** funcionam como um meio de comunicação dentro da comunidade. Ela vai além da mera diversão ou entretenimento, sendo um canal de transmissão de informações e valores, muitas vezes sem o uso de palavras. As danças e os cânticos transmitem mensagens de coesão social, respeito às tradições e celebração das vitórias comunitárias. Além disso, é um veículo que pode ser usado para expressar sentimentos de resistência ou enfrentamento de dificuldades, servindo como uma ferramenta poderosa de coesão e solidariedade social.

Educação

Segundo **Hendriks** (2011) Através da prática do **Muchongoyo**, os mais velhos transmitem conhecimentos para as novas gerações. As danças e os cantos carregam ensinamentos sobre a história, a moralidade, a ética e os costumes da comunidade. Além disso, elas promovem a socialização, a integração dos jovens e o desenvolvimento de habilidades de cooperação e respeito. Ao participar das celebrações, os jovens aprendem sobre o papel da música e da dança na vida comunitária, reforçando seu vínculo com a herança cultural e a necessidade de preservar a tradição.

Preservação Identitária

Segundo **Wundimba**, (2012) Em um contexto onde muitas culturas estão sendo desafiadas pela globalização e pela modernização, manifestações como o **Muchongoyo** são fundamentais para a **preservação identitária**. Elas ajudam a manter vivas as tradições, costumes e valores que definem a identidade de um povo, funcionando como uma forma de resistência cultural. Ao longo das gerações, o **Muchongoyo** contribui para a manutenção da língua, dos mitos, das crenças e das práticas sociais, servindo de ancla para o sentimento de pertencimento e continuidade cultural.

Segundo **Glebas** (2010) O **Muchongoyo** vai muito além de uma simples dança. Ele é uma rica forma de **expressão cultural** que se manifesta em múltiplos níveis: como um **meio de comunicação** simbólica, uma **ferramenta educativa** para a transmissão de saberes, e um elemento essencial para a **preservação da identidade cultural** de um povo. Ele reforça a ligação com o passado, educa as futuras gerações e serve como um ponto de coesão social e resistência.

A análise desta prática tradicional exige o enquadramento em teorias antropológicas, socioculturais e educativas que valorizam o patrimônio imaterial e a transmissão intergeracional do saber cultural.

A Cultura como Sistema Dinâmico

Segundo Geertz, a cultura é um sistema de símbolos e significados compartilhados que orientam o comportamento humano dentro de um grupo. A dança Muchongoyo, sob esta perspectiva, pode ser interpretada como um “texto social” que comunica valores, crenças e visões do mundo do povo Ndau. Em Gogoi, os movimentos, os trajes, os instrumentos e os cânticos da dança formam um sistema simbólico que reflete a organização social, as relações de género, a espiritualidade e os modos de vida tradicionais.

Imagem da dança Muchongoyo



O Património Cultural Imaterial

De acordo com a Convenção da UNESCO (2013) para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, manifestações como danças, rituais e expressões orais são componentes essenciais do património vivo de uma comunidade. A Muchongoyo enquadra-se como uma forma de património imaterial, transmitido oralmente e vivenciado nas práticas diárias e nos eventos cerimoniais. Em Gogoi, essa dança não só representa a continuidade de um legado ancestral,

mas também atua como um instrumento de identidade coletiva, promovendo o sentimento de pertença e orgulho cultural.

Educação Patrimonial e Aprendizagem Comunitária

A dança Muchongoyo desempenha um papel formativo fundamental, especialmente entre os jovens. Tilden defendia que a educação patrimonial deveria ir além da mera exposição e deveria envolver ativamente os sujeitos com o seu património. Em Gogoi, os mestres de dança, líderes comunitários e mais velhos ensinam os jovens não apenas os movimentos, mas também o contexto cultural, histórico e simbólico por trás da dança.

Assim, a Muchongoyo torna-se uma ferramenta pedagógica informal, promovendo valores como disciplina, respeito, cooperação e identidade cultural.

Muchongoyo e Resistência Cultural

Autores africanos como Ngũgĩ wa Thiong' (2013) e Fanon discutem o impacto da colonização sobre as práticas culturais e defendem a valorização das expressões tradicionais como forma de resistência e reapropriação cultural. Durante o período colonial, muitas práticas culturais africanas foram desvalorizadas ou suprimidas. A continuidade da dança Muchongoyo em Gogoi representa uma forma de resistência cultural, uma reafirmação da identidade africana frente à hegemonia cultural externa. É através dessa dança que o povo Ndau reafirma sua história, seus valores e sua autonomia cultural.

Estética e Função Social da Dança Tradicional Africana

Blacking argumenta que a música e a dança em contextos africanos não são apenas formas estéticas, mas estão integradas à vida social, ritual e espiritual. A Muchongoyo não é praticada por mero entretenimento, mas sim para fins diversos: celebração, comunicação com os ancestrais, iniciação, cura e união

social. Em Gogoi, essa dança serve como espaço de diálogo intergeracional e como meio de transmissão de conhecimento coletivo, fortalecendo a solidariedade comunitária.

Com base nas abordagens antropológicas, socioculturais e pedagógicas, compreende-se que a dança Muchongoyo na localidade de Gogoi vai além da expressão corporal: trata-se de uma forma complexa de manifestação cultural que incorpora memória histórica, educação comunitária, espiritualidade e identidade social. Ao manter viva essa tradição, a comunidade de Gogoi afirma a importância do património imaterial como um pilar da resistência, coesão e continuidade cultural.

Metodologia

A metodologia deste estudo baseia-se numa abordagem qualitativa de carácter descritivo e exploratório, visando compreender a prática da dança tradicional *Muchongoyo* na localidade de Gogoi, província de Manica, distrito de Sussundenga - Moçambique. Esta abordagem permite analisar a dança como um fenómeno sociocultural complexo, centrando-se nas experiências, percepções e significados atribuídos pelos membros da comunidade local.

Abordagem Metodológica

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, por ser a mais apropriada para investigar fenómenos culturais em profundidade, numa perspetiva interpretativa. A dança Muchongoyo, enquanto expressão do património imaterial, exige uma compreensão que vá além dos dados quantitativos, sendo necessário valorizar o contexto, a linguagem simbólica, os valores e as subjetividades que envolvem esta prática.

Segundo Denzin e Lincoln (2000), a abordagem qualitativa permite interpretar o mundo em sua complexidade e riqueza, reconhecendo os significados que os participantes atribuem às suas próprias experiências. Neste caso, a dança

Muchongoyo é estudada como uma prática viva e dinâmica, que carrega significados culturais, espirituais e sociais.

Este é um estudo etnográfico-descritivo, uma vez que envolve a observação direta da prática cultural no seu contexto natural. A etnografia é adequada para investigações em comunidades tradicionais, permitindo ao investigador mergulhar na realidade estudada e compreender os comportamentos, rituais e discursos dos participantes.

Além disso, é descritivo e exploratório, pois visa descrever detalhadamente a dança Muchongoyo (seus elementos, funções e significados) e explorar os fatores que influenciam a sua prática e preservação na localidade de Gogoi.

A investigação foi realizada na localidade de Gogoi, distrito de Sussundenga, província de Manica. Esta localidade foi escolhida por ser um dos centros de preservação ativa da dança Muchongoyo e por manter uma forte tradição cultural Ndau. Gogoi apresenta um ambiente favorável à observação da dança em contextos naturais, como cerimónias, festas comunitárias e encontros escolares.

Os participantes da pesquisa foram selecionados de forma intencional (amostragem por conveniência), priorizando os sujeitos diretamente envolvidos com a dança Muchongoyo, tais como:

- Mestres de dança tradicional;
- Anciãos da comunidade (guardiões da memória cultural);
- Jovens e crianças praticantes da dança;
- Professores de Educação Moral e Cívica ou Educação Cultural;
- Líderes comunitários e responsáveis locais por eventos culturais.

O número de participantes pode variar entre 15 e 30 pessoas, permitindo uma análise aprofundada, sem comprometer a qualidade da interação com os sujeitos.

Foram utilizadas diversas técnicas de coleta de dados com o objetivo de triangulação metodológica (ou seja, uso de múltiplos métodos para aumentar a

validade dos dados):

a) Observação Participante

A observação direta de ensaios, apresentações e cerimónias permitiu o registo dos movimentos, trajes, músicas, interações sociais e simbologia da dança. O investigador assumiu uma postura ativa e reflexiva, integrando-se na comunidade local, respeitando os seus costumes e normas.

b) Entrevistas Semiestruturadas

Foram conduzidas entrevistas com guias culturais, mestres de dança e membros da comunidade. Estas entrevistas permitiram recolher relatos sobre a origem da dança, as transformações ao longo do tempo, os valores transmitidos e os desafios atuais enfrentados na preservação desta prática.

c) Gravação de Vídeo e Áudio (com consentimento)

A gravação de atuações, sons e músicas foi autorizada pelos líderes locais e utilizada para análise posterior dos elementos rítmicos, coreográficos e vocais da dança.

Análise Documental

Foram consultados documentos locais (se disponíveis), como arquivos escolares, registos de festivais culturais, fotografias antigas e registros de políticas culturais municipais.

Análise dos Dados

Os dados foram tratados com base na análise de conteúdo temática (Bardin, 1977), dividida em três etapas principais:

1. Pré-análise: leitura flutuante das entrevistas e observações;
2. Codificação: identificação de categorias temáticas como: simbolismo da dança, papel social, transmissão cultural, e desafios na preservação;
3. Interpretação: análise das categorias à luz do referencial teórico, confrontando os dados empíricos com os conceitos abordados na

Considerações Éticas

A pesquisa seguiu os princípios éticos da investigação em ciências sociais:

- Foi solicitada autorização verbal junto das autoridades tradicionais e líderes locais de Gogoi;
- Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, tendo dado o seu consentimento livre e esclarecido;
- Os dados foram tratados com confidencialidade e respeito, preservando a identidade dos participantes sempre que necessário;
- A pesquisa procurou valorizar o saber local, promovendo o respeito mútuo entre o investigador e a comunidade.

A metodologia adotada neste estudo permitiu compreender profundamente a dança Muchongoyo como uma prática viva, transmitida de geração em geração, e fundamental na construção da identidade da comunidade de Gogoi. A combinação de técnicas etnográficas, entrevistas e observação participante revelou não apenas os aspetos formais da dança, mas também os seus significados simbólicos, educativos e sociais.

Resultados e Discussão

Os dados foram organizados e analisados com base nas observações de campo, entrevistas com diferentes membros da comunidade e análise documental. A seguir, discutem-se os principais temas emergentes à luz do referencial teórico previamente exposto.

Significado e Perceção da Dança Muchongoyo

A maior parte dos entrevistados associa a dança Muchongoyo a elementos identitários, espirituais e educativos. Para os mais velhos, especialmente os anciãos e os mestres de dança, a Muchongoyo é considerada uma “herança

sagrada dos antepassados” que “ensina disciplina, coragem, respeito e união”. “A dança não é só para entreter. Ela carrega a força do nosso povo. É como falar com os espíritos dos nossos antepassados.” - Mestre de dança, 64 anos.

Essas percepções confirmam o que Geertz (1973) define como "sistema simbólico", no qual os movimentos e ritmos da dança comunicam valores profundos e coletivos. A dança é entendida como um veículo de preservação cultural, sendo fortemente valorizada tanto por adultos quanto por jovens, embora se observe um ligeiro afastamento de alguns adolescentes em relação às práticas tradicionais, devido à influência da cultura globalizada.

Elementos Constitutivos da Dança

As observações participantes permitiram identificar os principais componentes da dança Muchongoyo praticada em Gogoi:

- Coreografia vigorosa, com movimentos acrobáticos e sapateados intensos;
- Expressões vocais fortes, incluindo gritos de motivação e cânticos ancestrais;
- Uso de trajes típicos, como panos coloridos (capulanas), miçangas e adereços artesanais;
- Instrumentos musicais locais, como tambores (ngoma), chocalhos e palmas.

A música da dança segue ritmos sincopados, com variações dinâmicas entre as diferentes fases da apresentação. Tais elementos reforçam a descrição de Blacking (1976), que destaca que na música e dança africanas a forma e o conteúdo são inseparáveis da função social e espiritual.

Função Social e Educativa

A função social da dança Muchongoyo em Gogoi é múltipla:

- Integração comunitária: é realizada em casamentos, rituais agrícolas,

funerais, cerimônias de iniciação e festivais escolares.

- Transmissão de valores: os jovens aprendem disciplina, resistência física, solidariedade e respeito pelos mais velhos.

- Ritual de passagem: em certos contextos, é usada como parte de rituais de transição da adolescência para a vida adulta, principalmente entre os rapazes.

Vários professores relataram que as escolas locais já começaram a integrar a dança nos programas de Educação Cultural, o que representa um esforço consciente de promoção da educação patrimonial (Tilden, 1957). No entanto, foram também identificadas lacunas, como a ausência de materiais pedagógicos e formação específica de professores para este fim.

Desafios à Preservação da Dança Muchongoyo

Durante as entrevistas, os participantes apontaram os seguintes desafios que ameaçam a continuidade da prática:

- Falta de apoio institucional: A maioria dos grupos culturais não recebe qualquer apoio financeiro ou logístico de instituições governamentais ou ONG's.

- Influência da globalização e urbanização: Jovens migrantes para zonas urbanas afastam-se da cultura tradicional, considerando-a antiquada.

- Escassez de mestres de dança: Com a morte de alguns líderes culturais idosos, há um risco de interrupção da cadeia de transmissão do saber.

“Hoje muitos jovens preferem danças estrangeiras. Dizem que a nossa é coisa de gente velha. Mas sem isso, como vamos saber de onde viemos?” - Líder comunitário, 51 anos.

Estes desafios estão alinhados com os alertas de Fanon (1961) e Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), que abordam a perda das raízes culturais como consequência do colonialismo mental e do imperialismo cultural moderno. A falta de políticas públicas consistentes para a salvaguarda do património imaterial agrava ainda mais essa situação.

Iniciativas Locais de Salvaguarda

Apesar dos desafios, a pesquisa revelou sinais promissores de resistência cultural:

- Formação de grupos juvenis de dança, como o “Grupo Cultural Ndaui de Gogoi”, que ensina a dança nas escolas locais;
- Realização anual do Festival Cultural Muchongoyo, organizado pela própria comunidade com apoio pontual de associações locais;
- Uso de tecnologias, como gravações de vídeo e redes sociais, para divulgar as atuações.

Essas ações refletem a capacidade de adaptação da cultura tradicional às novas realidades e demonstram que o património imaterial, embora vulnerável, é também resiliente e dinâmico.

Os resultados da investigação demonstram que a dança Muchongoyo continua a ocupar um lugar central na vida cultural da comunidade de Gogoi, sendo um poderoso instrumento de identidade, coesão e resistência cultural. Contudo, o seu futuro depende diretamente do reconhecimento institucional, da valorização educativa e da capacidade da comunidade em adaptá-la aos tempos modernos sem perder a sua essência. A articulação entre práticas tradicionais e estratégias contemporâneas (como o uso de mídias digitais e projetos escolares) mostra-se crucial para garantir a continuidade desta herança.

Conclusão

A Dança Muchongoyo, na localidade de Gogoi, distrito de Mossurize, revela-se como um importante património cultural imaterial do povo Ndaui, refletindo valores históricos, espirituais, artísticos e sociais profundamente enraizados na identidade local. Este estudo demonstrou que a Muchongoyo não é apenas uma forma de entretenimento, mas um veículo de expressão comunitária, de transmissão de saberes tradicionais e de fortalecimento dos laços sociais e intergeracionais.

Observou-se que esta dança tradicional desempenha múltiplas funções na vida da comunidade: celebra momentos importantes, invoca forças espirituais, promove a coesão social e serve de instrumento de resistência cultural face à globalização e às mudanças socioculturais modernas. A sua prática regular contribui para a valorização do passado histórico do povo Ndau e reforça o sentimento de pertença dos membros da comunidade.

Contudo, a pesquisa também evidenciou desafios significativos, como a falta de apoio institucional, a escassa documentação audiovisual, o desinteresse crescente por parte das novas gerações e a ausência de integração sistemática da Mutchongoyo em programas educativos e culturais locais. A modernização, embora necessária, coloca em risco a autenticidade e continuidade desta expressão artística.

Referências Bibliográficas

Chissano, J. (2004) *A cultura como factor de desenvolvimento: discursos sobre a cultura em Moçambique*. Maputo.

Cultura Moçambicana: Diversidade e Tradição (2021) Instituto Nacional de Artes e Cultura de Moçambique (INAC),.

Domingos, C. (2016) *A dança tradicional em Moçambique: função social e simbologia*. Maputo.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL. (2018) *Inventário nacional de danças tradicionais moçambicanas*. Maputo.

Glebas, Vicente (2010) *Música e Dança em Moçambique*, Editora Maputo.

Hendriks, Ivo (2011) *A Dança como Mecanismo de Preservação Cultural em Moçambique*. Maputo.

Mahumane, A. (2019) *Património cultural e identidade nacional: o papel das danças tradicionais em Moçambique*. Revista Estudos Africanos, v. 12, n. 2, p. 67-85,.

Matsinhe, D. (2013) *Cultura, identidade e resistência em Moçambique*. Maputo:

Imprensa Universitária,.

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO 2011 (Moçambique). *Política e Estratégia da Cultura*. Maputo.

Mphande, L. (2017) *Bantu Heritage: Oral Traditions and Cultural Continuity in Southern Africa*. Cape Town: Ubuntu Press,.

Mucavele, S. (2020) *A expressão cultural da dança Mutchongoyo entre os Ndau de Mossurize*, Maputo.

Museu Nacional de Arte de Moçambique (2009) *Exposição sobre as Danças Tradicionais de Moçambique*. Maputo: Museu Nacional de Arte.

Ndlovu, N. (2018) *The role of traditional dance in preserving cultural heritage: A Southern African perspective*. Journal of African Cultural Studies, v. 28, n. 3, p. 301-315,.

Nkhoma, A. (2021) *A música e a dança como formas de resistência cultural: estudo de caso nas comunidades Ndau.*, Maputo.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: Disponível em: <https://ich.unesco.org>. Acesso em: 01 ago. 2025.

Wundimba, Lázaro (2012) *A Música e a Dança como Instrumentos de Coesão Social em Moçambique.*" *Revista Moçambicana de Estudos Culturais*, vol. 4, n. 1, , pp. 45-61.

Pereira, Carlos (2011) *O Papel da Dança Tradicional na Formação da Identidade Cultural Moçambicana*. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa.

ZITA, F. (2022) *A importância das manifestações culturais tradicionais na educação comunitária: o caso da dança Mutchongoyo*. Beira.

Influência do Clima Organizacional no desempenho das Instituições Públicas: Uma análise no Conselho Municipal da Cidade de Maxixe

Elton Eugénio Miguel¹⁴

Resumo

O clima organizacional da instituição é um factor primordial para o desenvolvimento das actividades organizacionais, pois as pessoas funcionam na organização, qual é a sua motivação, o que pensam, suas expectativas e se realmente estão satisfeitos no ambiente em que trabalham. É neste âmbito, que a presente pesquisa visa analisar a influência do clima organizacional na melhoria da qualidade de serviços. O desenvolvimento dessa pesquisa contou com 15 funcionários da área administrativa do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe, afectos em diferentes repartições. No entanto, a colecta de informações foi feita por meio de um inquérito de perguntas fechadas dirigido aos funcionários. Para a análise de dados, recorreu-se ao pacote estatístico Excel 2013 e Statistical Package for the Social Sciences (SPSS versão 21) para processamento de dados. Dados apontam que, a busca pela melhoria contínua materializa-se com a criação de um sistema de auto-avaliação permanente, capaz de avaliar a ciclos curtos, actividades, o seu desempenho e resultados, tendo em consideração a análise dos resultados que vêm sendo conseguidos, a verificação da eficácia das actividades e práticas associadas e a detenção de áreas e oportunidades de melhoria destes serviços.

Palavras-Chave: Clima Organizacional, Satisfação, Qualidade de serviços.

Abstract

This research was developed at by the Maxixe City Council and its general

¹⁴ Licenciado em Administração Pública pelo Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG). E-mail: eltoneugenio42@gmail.com

objective is to analyze the influence of climate and organizational culture on public institutions, and the positive and negative aspects that determine it. To carry out the research, a questionnaire composed of questions, whether multiple choice or closed, would be used. With this work, an organizational climate survey will be carried out to be used as a support tool in order to point out the factors that influence the climate and employee satisfaction by the Maxixe City Council and, in this way, propose suggestions for improvements that can increase competitiveness. Of the institution. Some factors that bring about changes, including in the motivation of people in the workplace, are the institution's beliefs and values, forms of management and leadership, relationships, incentives and forms of recognition, so the organization needs to analyze and know what employees think about her and her attitudes towards different organizational aspects. The creation of a more participatory environment involves not only employees from the organization itself but also users, partners and the general environment. This relationship favors the search for new and more efficient solutions, as it stimulates creativity, the search for innovations and non-conformity with routine tasks.

Keywords: organizational climate, satisfaction, quality services.

Introdução

O presente trabalho de pesquisa tem como tema “A Influência do Clima Organizacional no desempenho das instituições públicas no Conselho Municipal de Maxixe”, com esta pesquisa pretende-se abordar questão do sujeito e os conflitos decorrentes das relações interpessoais que consagram o clima organizacional no trabalho e trazer uma reflexão assunto como a liderança, o medo, a raiva e a crítica, temas considerados tabus ou simplesmente ignorados (Bom Sucesso, 2003, p.23).

Ao abordar sobre a influência do clima organizacional no desempenho das

actividades dos funcionários em relação a qualidade e ambiente de trabalho, onde pode perceber, que a cultura, comunicação, motivação, liderança, condições de trabalho, relações interpessoais, valorização profissional, salário vigente na organização, esse ambiente de trabalho gera satisfação ou descontentamento nos colaboradores, pois sua satisfação ou descontentamento trará, como consequência, nível de contributo dos mesmos para os resultados da organização.

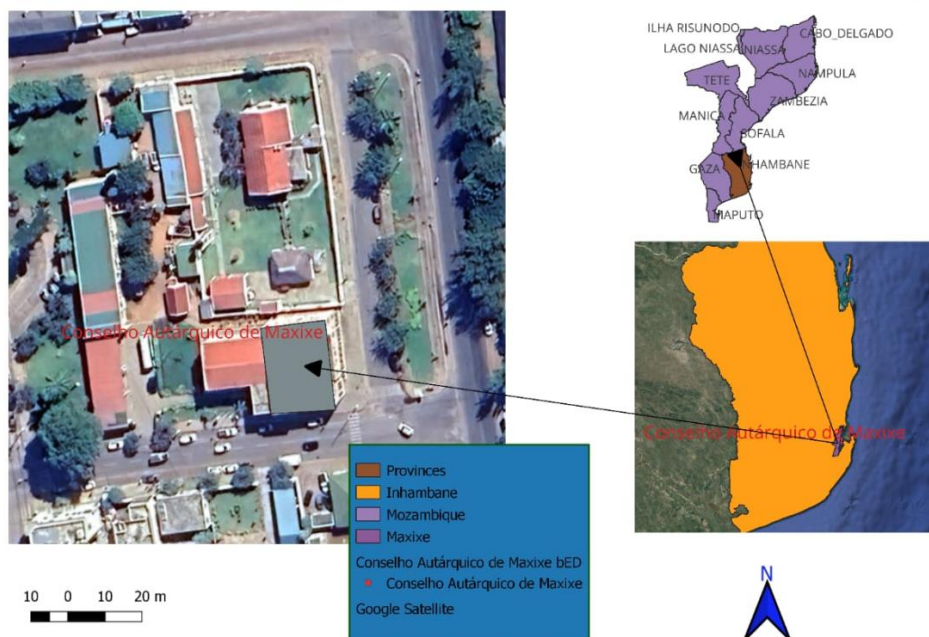
As pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando dentro das organizações para alcançarem sua subsistência e seu sucesso pessoal. As organizações, por sua vez, dependem destas para poderem funcionar e alcançar sucesso. As organizações dependem directa e inevitavelmente das pessoas para operar, produzir seus bens e serviços e atingir seus objectivos globais e estratégico. Com certeza, as organizações jamais existiriam sem as pessoas que lhes dão vida, dinâmica, impulso, criatividade e racionalidade. Na verdade cada uma destas partes depende da outra. Trata-se de uma relação de mútua dependência na qual há benefícios para ambas as partes.

Segundo Maximiano (1997) que relaciona clima pelos sentimentos que as pessoas partilham a respeito da organização e que afetam de maneira positiva ou negativa sua satisfação e motivação pelo trabalho.

Procedimentos Metodológicos

Localização superficial e População da área em Estudo

O presente estudo foi realizado do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe, localizada na Província de Inhambane, no Distrito com Mesmo nome. O distrito de Maxixe localiza-se na região Sul de Moçambique, entre as coordenadas geográficas: Norte Latitude 35° 42'17.59'' e Longitude 35° 21'59.01''; Sul 24° 3'15.06'' 3 Longitude 35° 14' 33.32''; Oeste Latitude 23° 54'9.75'' e Longitude 35° 14'4.82''. Conforme ilustrado na Figura 1.



O Distrito municipalizado de Maxixe estende-se por uma área de 282 km com uma população de 147.260 habitantes (INE, Censo 2017), sendo a densidade populacional de 552.19 hab/km, faz limite a Norte com o Distrito de Morrumbene, a Sul com o de Jangamo, a Oeste com o de Homoine e a Este a Baía de Inhamitanga.

Materiais e Métodos

Materiais

A Tabela 1, apresenta os materiais que foram usados no processo de coleta de dados e as suas respectivas funções.

Tabela 1: Materiais usados para realização deste trabalho

Materiais	Finalidade
Ficha de questionário	Para coletar informações dos indivíduos inqueridos
Bloco de notas e caneta	Para registar informação para o estudo
Máquina fotográfica	vidências ou imagens do que acontece no local

Tipos de Variáveis de Pesquisa

No presente estudo, as variáveis são Clima e satisfação laboral. A pesquisa foi norteada pelos instrumentos de recolha de dados através dos quais buscou-se a sensibilidade dos colaboradores sobre a liderança bem como sobre a influência do clima organizacional no desempenho das instituições públicas.

Classificação da pesquisa

A presente pesquisa utiliza como método a revisão narrativa da literatura, a qual apresenta como finalidade reunir e concentrar o conhecimento científico já produzido sobre a qualidade de atendimento no sector público através do uso de metodologias ativas, oportunizando a busca e a síntese das evidências contidas na literatura para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na temática.

A abordagem é caracterizada como qualitativa e quantitativa. De acordo com Richardson (1989), a abordagem qualitativa é "adequada para entender a natureza de um fenómeno social". Segundo Haguette (2007), isso permite enfatizar as características de um fenómeno em relação à sua origem e razão de ser. De acordo com (Marconi e Lakatos, 2005), fornece uma análise mais detalhada de estudos, hábitos, atitudes e tendências de comportamento. A abordagem qualitativa foi encontrada como apropriada e razoável devido ao facto de que o objecto de estudo é um fenómeno singular, que consiste em analisar a influência do clima organizacional para melhoria da qualidade de serviços no Conselho Municipal de Maxixe.

A pesquisa foi conduzida por meio do estudo de caso. Um dos métodos mais úteis para pesquisas exploratórias, segundo Gil (2002), consiste no "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento". É considerado vantajoso porque estimula novas descobertas, possui uma planificação flexível, possui ênfase e, quando comparados com outros delineamentos, os procedimentos de colecta e análise

dessa forma, a decisão também se sustenta nos argumentos de Halien e Tornroos (2005) sobre o uso do estudo de caso para investigar as redes inter-organizacionais.

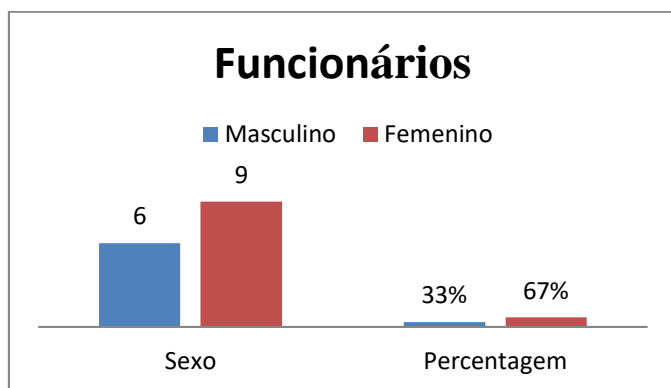
Inicialmente, buscou-se por artigos científicos publicados com os termos “clima e cultura organizacional, “importância do clima do organizacional para melhoria da qualidade de serviços” e algumas poucas variações a fim de encontrar fontes que apresentassem a esta temática, ou que fosse possível o acesso deste por meio do site da instituição. Os resultados foram filtrados por relevância. Para a seleção, foi feita a leitura dos resumos, do problema, dos objetivos e resultados dos artigos por ordem de aparecimento. No entanto, devido à escassez de resultados relevantes satisfatórios, a pesquisa foi ampliada para outros tipos de trabalhos acadêmicos. Com a ampliação da pesquisa, foram encontrados seis trabalhos cumprindo os critérios mencionados (data da publicação; relevância; descrição do procedimento; acesso ao instrumento avaliativo), dentre eles, um único artigo. Assim, além do artigo, utilizou-se uma dissertação de mestrado; um trabalho de conclusão de curso de especialização; e três trabalhos de conclusão de graduação.

O Conselho Municipal da Cidade de Maxixe (CMCM) é uma autarquia de grande dimensão e é considerada a capital económica da província de Inhambane, devido ao seu elevado potencial de desenvolvimento. Em função do foco principal do presente estudo, houve necessidade de envolver parte dos funcionários desta autarquia em uma entrevista que tinha por objectivo Analisar o Clima Organizacional no desempenho das instituições públicas, focalizando o Conselho Municipal de Maxixe.

Apresentação De Resultados

Características sócio demográfico dos funcionários entrevistados do Conselho Municipal de Maxixe

Gráfico nº: 1



Fonte: Autora 2025

O gráfico 1 Apresenta número de funcionários por sexo, onde dos 15 funcionários inqueridos 6 são do sexo masculino que corresponde 33% e 9 são do sexo feminino que corresponde a 67%.

Gráfico: 2

Nível de Escolaridade

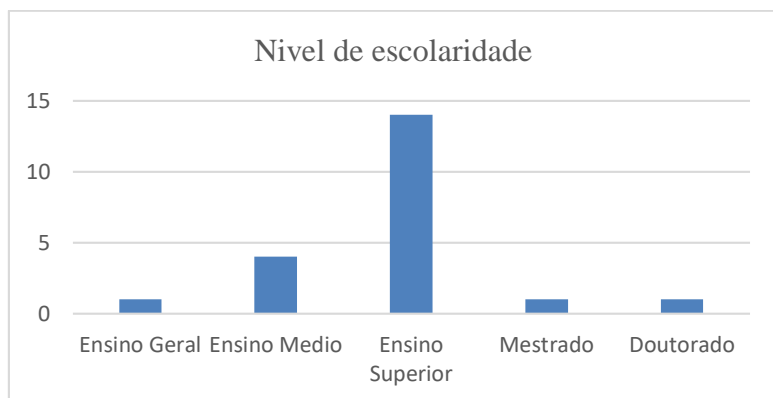


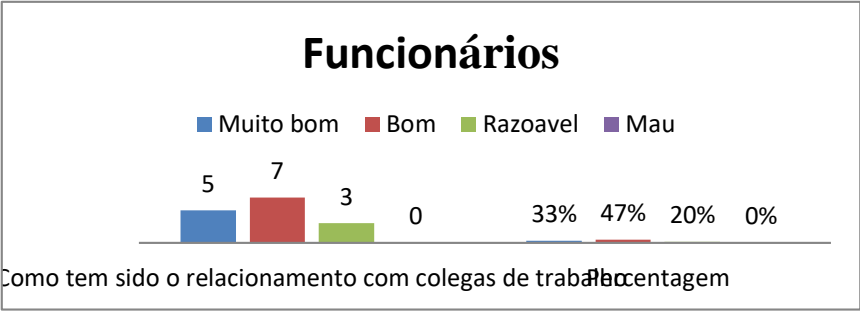
Gráfico 2: Ilustração de Nível de escolaridade

O gráfico 2 representa o número de funcionários por categorias, onde dos 15 inqueridos 7 são técnicos administrativos e corresponde a 47%, 3 são assistentes técnicos administrativos que corresponde a 20% e 5 são agentes de serviço que corresponde a 33%.

Em 2020, por necessidades estratégicas, o CMCM admitiu novos funcionários e Agentes, incluindo técnicos superiores. Foram integrados no quadro do pessoal 10 colaboradores após um período de avaliação e acompanhamento dos

Gráfico: 3

Relações interpessoais entre funcionários e seus superiores hierárquicos



Fonte: Autor 2025

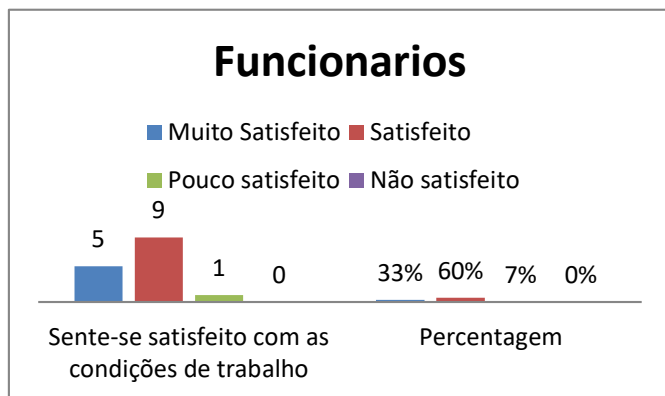
Análise de Dados ou Resultados

O gráfico representa o relacionamento entre colegas de trabalho, dos 15 inqueridos 5 sentem se muito bem com o relacionamento no trabalho e corresponde a 33%, 7 revela ter um bom relacionamento que corresponde a 47% e 3 afirmam terem um relacionamento razoável e corresponde a 20%.

O convívio social e as experiências compartilhadas com colegas de trabalho situam-se entre as fontes mais poderosas de satisfação no trabalho. Equipe é considerada um conjunto ou grupo de pessoas com habilidades complementares, comprometidas umas com as outras pela missão comum, objetivos comuns, obtidos pela negociação entre os membros envolvidos em um plano de trabalho bem difundido (Carvalho, 2009).

Gráfico: 4

Condições de trabalho



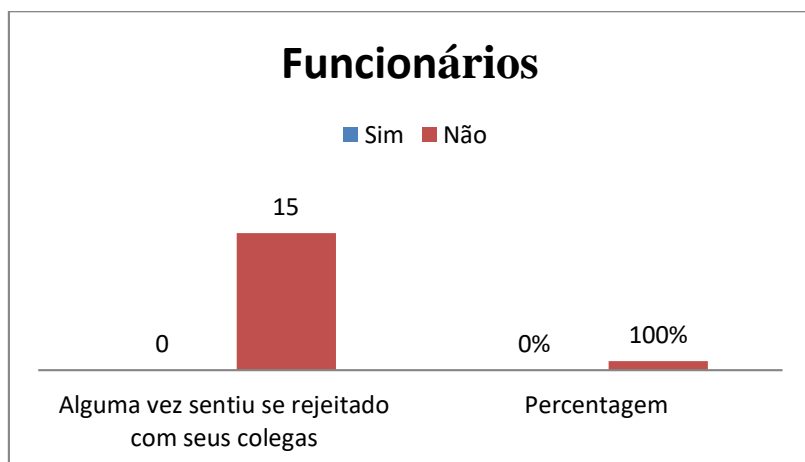
Fonte: Autor 2025

Análise de Dados ou Resultados

O gráfico 4 representa o numero de funcionários no que toca ao aspecto satisfatório com as condições de trabalho, onde dos 15 inqueridos 5 referem sentir-se muito satisfeito com as condições de trabalho o que corresponde a 33%, 9 afirmam sentir-se satisfeito com as condições de trabalho e corresponde a 60% e 1 diz setir-se satisfeito com as acondiçoes de trabalho o que corresponde a 7%.

Robbins (1999) considera, que uma pessoa que tem um alto nível de satisfação com seu trabalho apresenta atitudes positivas em relação a ele, enquanto aquela insatisfeita apresenta atitudes negativas.

Gráfico: 5



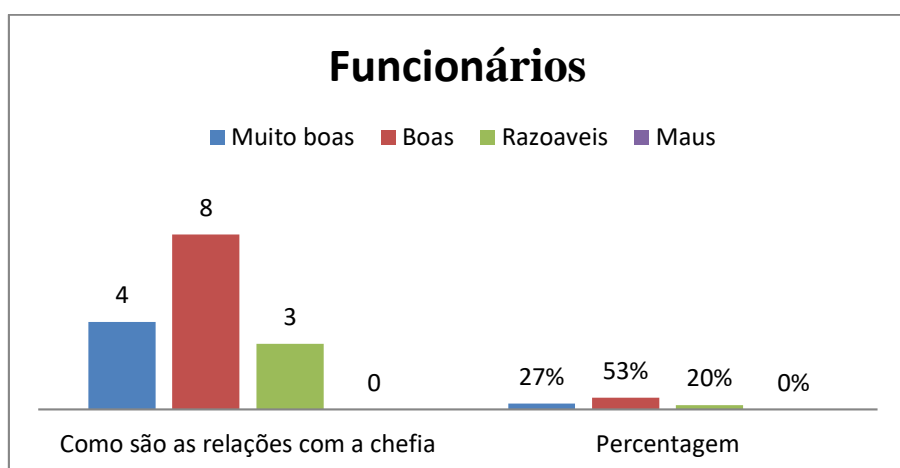
Fonte: Autor 2025

Análise de Dados ou Resultados

O gráfico 5 representa o aspecto de rejeição entre colegas onde dos 15 inquiridos todos foram unânimes em 100%.

Deste modo, As pessoas não vivem isoladas e também não são auto-suficientes, elas precisam de se relacionar com outras pessoas, e para ocorrer essa relação, a comunicação é muito importante.

Gráfico: 6



Fonte: Autor 2025

Análise de Dados ou Resultados

O gráfico 6 representa o número de funcionários com relação ao relacionamento com as chefias, onde dos 15 inquiridos 4 afirmam terem uma relação muito boa que corresponde a 27%, 8 dizem ter uma relação bom com a chefia o que corresponde a 53% e 3 afirmam ter uma relação razoável com a chefia o que corresponde a 20%.

Conforme Chiavenato (2009), conceito de comunicação está sujeito a complicações adicionais quando se trata de comunicação humana. É que cada pessoa tem seu próprio sistema cognitivo, suas percepções, seus valores pessoais e suas motivações, constituindo um padrão pessoal de referência que torna bastante pessoal e singular sua interpretação das coisas. Esse padrão

peçoal de referêcia age como um filtro codificador, de modo a condicionar a aceitação e o processamento de qualquer informação.

Conclusão

Face a pesquisa realizada verificou-se que o nível das condições do clima organizacional do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe é bom, a parcentage máxima foi de tomando em consideração ao objectivo principal, constatou-se que as respostas dadas no acto do inquérito aos funcionários deste serviço deu a entender que o clima dentro da organização não decorrem apenas pelos salários acima do mercado e do invejável plano de benefícios, resulta também do tratamento humano, das necessidades de auto realização, necessidades de auto estima e de segurança.

Outro aspecto nesta organização precisa-se de uma transformação prática na realidade, desenvolvendo programas de consciencialização e apoio visando encontrar equilíbrio entre trabalho e melhoria de clima organizacional, uma vez que as dificuldades emocionais decorrentes da vida pessoal interferem de forma significativa no desempenho profissional, esse cenário exige uma responsabilidade conjunta entre o trabalhador e a instituição.

Referências

BOM Sucesso, E.P, (2003) Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho, produção Editorial Equipe Qualitymark.1ª Reimpressão, Rio de Janeiro.

CHIAVENATO, I. (1997) Gerenciando Pessoas. São Paulo: Makron Books,

GIL, António Carlos. (1999) Métodos e técnicas de pesquisa Social, 5ª ed. São Paulo atlas.

CARVALHO, MARIA DO CARMO NACIFDE. Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

CHIAVENATO, I. 2009. Recursos Humanos: O capital humano das organizações.

8ª Edição, ed. São Paulo: Atlas.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (2001) Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas.

MAXIMIANO, António Cesar Amuru. (1997) Teoria Geral de Administração: da escola científica a competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas.

ROBBINS, S. P., 2002. Comportamento organizacional, São Paulo: Prentice Hall.

Produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos como estratégia de reforço da aprendizagem da história das lutas de resistência à ocupação colonial em Moçambique: caso da 11^a classe da Escola Secundária Gwaza Muthini em Marracuene

Luís Alberto Zavala¹⁵

Resumo

O presente artigo tem como objectivo, compreender a produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos como estratégia de reforço da aprendizagem da história das lutas de resistência à ocupação colonial em África. O método de procedimento utilizado foi o estudo de caso alicerçado a uma abordagem qualitativa. As principais fontes de colecta de dados foram: a entrevista semiestruturada, o questionário, a pesquisa bibliográfica e a consulta de documentos oficiais. Para a análise de dados, recorreu-se à técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados estão voltados para a consciencialização da necessidade de reforçar a aprendizagem da história das lutas de resistência à ocupação colonial em Moçambique, através da produção de trabalhos de pesquisa e na diversificação de estratégias de ensino com vista ao alcance dos objectivos de aprendizagem. Dos resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica e das entrevistas, concluiu-se que a produção de trabalhos de pesquisa contribui para o desenvolvimento da reflexão, do espírito de investigação e da capacidade de argumentação e análise crítica pelos alunos, elementos essenciais para integração do indivíduo na vida política, económica e social do país.

Palavras-Chave: Pesquisa, Pesquisa Escolar, Guerra de Resistência e Aprendizagem

Abstract

This article aims to understand students' research as a strategy to force their understanding of the history of resistance struggles against colonial occupation

¹⁵ Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologias de Marracuene-Maputo. E-mail: luizava82@gmail.com

in Africa. The method used was a case study based on a qualitative approach. The main data collection sources were semi-structured interviews, questionnaires, bibliographic research, and official documents. Content Analysis was used for data analysis. The results highlight the need to reinforce the learning of the history of resistance struggles against colonial occupation in Africa through the production of research and the diversification of teaching strategies to achieve learning objectives. The results obtained through the bibliographic research and interviews concluded that research contributes to the development of students' reflection, a spirit of inquiry, and the ability to reason and critically analyze, essential elements for integrating individuals into the political, economic, and social life of the country.

Keywords: Research, School Research, Resistance War, and Learning.

Introdução

Este artigo visa discutir sobre a Produção de Trabalhos de Pesquisa pelos Alunos como Estratégia de Reforço da Aprendizagem da História das Lutas de Resistência à Ocupação Colonial em África: Caso da 11^a Classe da Escola Secundária Gwaza Muthini. Com esta pesquisa, o autor pretende desenvolver uma pesquisa para participar das VI jornadas Científicas da Universidade Metodista Unida de Moçambique. Assim, o presente artigo tem como objectivo, compreender o processo de produção de trabalhos de pesquisa como estratégia de reforço da aprendizagem da história das lutas de resistência à ocupação colonial, na 11^a classe.

Portanto, a escolha do tema da investigação fundamenta-se pelo facto de ser de suma importância pensar em métodos e estratégias para que o Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA) alcance seus objectivos na formação do aluno. Nesse sentido, entende-se que é importante ter foco nos processos a serem desenvolvidos, nas didácticas e metodologias utilizadas pelos professores, de forma a nortear uma aprendizagem significativa baseada na pesquisa.

É nesse diapasão que Ramos (2005) assinala que a pesquisa é, simplesmente, fundamento de toda e qualquer ciência, constitui o factor preponderante para que grandes invenções e descobertas possam acontecer. Portanto, destaca-se, neste contexto, a importância da utilização da pesquisa como processo de aprendizagem na construção de um sujeito que participa activa e criticamente na produção do conhecimento científico.

Com efeito, interessa realçar que a pesquisa em sala de aula é uma das maneiras de envolver os alunos e professores, num processo de questionamento, a partir daí, a construção de argumentos que levem a aquisição de novos conhecimentos. Nesse contexto, Demo (2007) reforça a importância do professor no dever de ser um pesquisador, que possa construir e reconstruir o seu projecto pedagógico, de forma a produzir, elaborar e/ou reelaborar seu material, sempre inovando a sua prática pedagógica exercida em sala de aula.

É neste âmbito que surge o propósito de compreender o processo de produção de trabalhos de pesquisa como estratégia de reforço da aprendizagem da história das lutas de resistência à ocupação colonial em África, na 11ª classe, concretamente na Escola Secundária Gwaza-Muthini, (ESGM), no Distrito de Marracuene, Província de Maputo, com o intuito de aferir se os professores estimulam a produção de trabalhos de pesquisa como estratégia de ensino, nas aulas de História.

Estruturalmente, o artigo é composto por uma primeira parte de introdução à toda investigação, seguida do referencial teórico, onde apresenta-se a teoria de base e estudos realizados sobre o tema da investigação, o estudo de caso, no qual se apresentam e discutem-se os resultados da pesquisa em confrontação com o acervo teórico e documental. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências de todas obras consultadas.

Referencial Teórico

Este artigo foi desenvolvido à luz da teoria interaccionista desenvolvida por Levy Simon Vygotsky em 1984 quando criou o gabinete de Psicologia na Escola Técnica de Pedagogia, que lhe propiciou a realização de actividades científicas voltadas a Pedagogia e psicologia experimentais proporcionando a comprovação da sua teoria, (Vander Veer, 2009). Esta teoria defende uma combinação de influências que podem favorecer o processo de aprendizagem, pois, concepção de Vander Veer, o ser humano não é compreendido como ser passivo, mas, ao contrário, assume um papel activo, utilizando-se dos objectos e de suas significações para conhecer, aprender e consecutivamente, se desenvolver.

Com efeito, Vygotsky (1987) com a sua teoria interaccionista dá um lugar de destaque para as relações de desenvolvimento e aprendizagem e na sua concepção o aluno inicia seu aprendizado muito antes de chegar à escola, mas o aprendizado escolar vai introduzir elementos novos no seu desenvolvimento. Portanto, na sua concepção a aprendizagem é um processo contínuo e a educação é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de aprendizagem a outro, daí a importância das relações sociais.

Portanto, para Vygotsky, a teoria interaccionista conduz, à superação da dicotomia transmissão e produção do saber, porque permite resgatar a unidade do conhecimento, através de uma visão da relação sujeito e objecto, em que se afirma, ao mesmo tempo, a objectividade do mundo e a subjectividade, considerada como um momento individual de internalização da objectividade e a realidade concreta da vida dos indivíduos, como fundamento para toda e qualquer investigação.

Dessa forma, depreende-se que as práticas pedagógicas que se fundamentam na teoria interaccionista de aprendizagem devem apoiar-se em duas verdades fundamentais: (i) a de que todo conhecimento provém da prática social e a ela retorna; e (ii) a de que o conhecimento é um empreendimento colectivo, não podendo ser produzido na solidão do sujeito, mas sim na interacção com os outros e com os objectos.

Portanto, ao adoptar-se a teoria interaccionista de Vygotsky (1987) como princípio condutor, justifica-se por se entender que esse referencial defende a ideia construtivista onde a única aprendizagem significativa é aquela que ocorre através da interacção constante entre sujeitos e objectos.

Para o autor do artigo, a teoria interaccionista permitiu observar e /ou averiguar até que ponto ocorre a produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos e se os professores estão atentos ao aluno; Se valorizam os seus conhecimentos prévios, estimulando as suas potencialidades, dando a possibilidade de o aluno superar as suas capacidades e ir além ao seu desenvolvimento e aprendizagem. Nesse caso, para que o professor possa orientar devidamente os trabalhos de pesquisa, ele precisa conhecer seu aluno, suas descobertas, crenças, opiniões, desenvolvendo diálogo e criando situações onde o aluno possa expor aquilo que sabe durante o PEA.

Estratégias metodológicas de ensino de História no Ensino Secundário Geral

De acordo com Valente *et al* (2017), o professor de História deve-se socorrer de metodologias activas que permitem o aluno participar no processo de produção de conhecimentos. Portanto, os autores concebem as metodologias activa como estratégias pedagógicas que criam oportunidades de ensino nas quais os alunos passam a ter um comportamento mais activo, envolvendo-os de modo que eles sejam mais engajados, realizando actividades que possam auxiliar o estabelecimento de relações com o contexto, o desenvolvimento de estratégias cognitivas e o processo de construção de conhecimento.

Com efeito, percebe-se que o ensino de História por meio de metodologias activas pode contribuir para que o aluno tenha aprendizagem significativa e obtenha um bom desempenho escolar. Dessa forma, Bastos (2006) aponta que o professor deve actuar como um facilitador, para que o aluno faça pesquisa, reflita e decida por ele mesmo o que fazer para alcançar os objectivos. Portanto, na visão do autor, o aluno e professor assumem o papel de

pesquisador, cabendo ao professor, a função também de conduzir a investigação e instrumentalizar o aluno para que ele aprenda com autonomia e desse modo o aluno torna-se protagonista da sua própria aprendizagem.

Desse modo, Moran (2015) apresenta o conjunto de estratégias que podem levar o aluno a produzir trabalhos de pesquisa, nomeadamente:

- ✓ **Estudo de caso:** os alunos empregam conceitos já estudados para a análise e conclusões em relação ao caso. É recomendado para possibilitar aos alunos um contacto com situações que podem ser encontradas na profissão e habituá-los a analisá-las em seus diferentes ângulos antes de tomar uma decisão;
- ✓ **Visita técnica:** a visita técnica consiste em uma actividade, na qual, orientados pelo professor, os alunos dirigem-se a um local específico com o intuito de desenvolver um conjunto determinado de aprendizagens;
- ✓ **Seminário:** pode ser definido como um grupo de estudo que discute e debate um ou mais temas, que podem ser apresentados por um ou vários alunos, sob a direcção do professor;
- ✓ **Tecnologias de Informação e Comunicação:** As Tecnologias de Informação e Comunicação na educação têm- se apoiado não somente na integração das ferramentas digitais, mas também nas potencialidades que essas ferramentas podem oferecer para os seus usuários;
- ✓ **Aprendizagem baseada em problemas:** caracterizada pelo uso de problemas da vida real para estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e das habilidades de solução de problemas e a aquisição de conceitos fundamentais da área de conhecimento em questão.

Do acima descrito, depreende-se que as estratégias apresentadas podem contribuir no processo de produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos, desde que o professor faça uma mudança paradigmática na sua actuação, no sentido de estimular a produção de trabalhos de pesquisa como estratégia de

Papel do professor no apoio à produção de trabalhos de pesquisa

O processo de ensino a aprendizagem é mediado por, além de variantes cognitivas, uma série de atributos ligados à emoção e à afectividade e o entendimento desses atributos faz-se, portanto, essencial para o quotidiano da actuação do professor na sala de aula (Oliveira, 2017). Este autor, afirma que, cabe ao professor levar em consideração os interesses dos alunos, os conhecimentos prévios e a capacidade cognitiva dos mesmos no processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos científicos escolares, bem como realizar actividades de forma atractivas para seus alunos.

Na mesma perspectiva, Oliveira (2019) indica que as acções educativas deverão ocorrer num processo de reflexão da acção outrora vivenciada num entrelaço reflexivo do que se propõe a fazer e a formação contínua do professor deverá ser feita buscando-se o papel activo do professor que por meio de seus reflexos amplie conhecimentos críticos de sua acção docente, podendo a partir daí reconstruir os condicionantes de sua acção, os pressupostos de suas escolhas quotidianas.

Assim, percebe-se que o professor deve estimular a pesquisa nos alunos bem como as suas estratégias metodológicas por forma a dinamizar o processo de produção e partilha de conhecimentos na sala de aula.

Portanto, Silva (2014) refere que o professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade destaca-se por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade

No mesmo entendimento, Castellar (2015), destaca que o PEA já começa debilitado, pois, se o professor não tem clareza sobre seu papel, em uma concepção em que a construção de conceitos e a aprendizagem significativa são

determinantes, pois o professor precisa romper com diversas questões tradicionais, assim são poucos os investimentos institucionais em formação de professor voltada para este contexto, a qual deveria ser continuada e eficaz. Porém, o autor sublinha que o esforço do professor poderá fazer toda a diferença no que tange o ensino aprendido do aluno na rotina escolar

Por isso, Correia (2019) afirma que é dever do educador desenvolver subsídios para que haja desenvolvimento das habilidades cognitivas e atitudes do aluno e o professor é um formador de opiniões, pois ele tem a função de mediar às informações e precisa construir dispositivos que direcionem-se a construção significativa da aprendizagem, trazendo à tona outro o aluno como sujeito participante para que este possa receber com eficácia e desenvolver sua aprendizagem.

Assim sendo, fica evidente que o professor deve estimular a produção de trabalhos de pesquisa como estratégia de reforço da aprendizagem da história das lutas de resistência a ocupação colonial em África.

Portanto, é nessa linha de raciocínio que Castellar (2015), enfatiza que desenvolver um trabalho eficiente em sala de aula pressupõe que o professor tenha uma postura de mediador, de actuar propondo problemas para que o aluno, a partir do seu conhecimento prévio, possa, no grupo, criar situações-problema e desafios, transformando o conhecimento de senso comum em conhecimento científico.

É nesse contexto que Freire (2002) advoga que a autonomia dos estudantes não pode ser ensinada, deve ser conquistada, construída individualmente, uma vez que ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Sendo assim, ensinar exige respeito à autonomia do educando, ou seja, o ensino aprendizagem é um processo entre o professor e o aluno, onde os dois precisam se doar a busca constante para obter o conhecimento, bem como um ensino aprendizagem eficiente ou eficaz.

Apresentação e Discussão de Resultados

O presente capítulo baseia-se nos dados recolhidos através de entrevistas dirigidas aos professores de História da 11^a classe na ESGM incluindo alunos e os membros da respectiva Direcção da Escola e comporta as seguintes categorias: (i) perfil sócio demográfico dos professores e membros da direcção da escola; (ii) estratégias metodológicas usadas pelos professores de História da 11^a classe da ESGM, durante o PEA; (iii) papel dos professores de História da 11^a classe na ESGM no apoio à produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos; e (iv) estratégias de reforço da aprendizagem através de trabalhos de pesquisa.

Perfil sócio demográfico de sujeitos participantes

Na ESGM foram entrevistados 3 professores, 2 membros da direcção e 14 alunos. Em relação aos professores entrevistados, todos são do género masculino, sendo que ambos possuem o nível de licenciatura em ensino de História. No que diz respeito ao tempo de serviço, 2 possuem 10 anos de serviço e apenas 1 possui mais de 10 anos de serviço. Relativamente ao tempo em que os professores leccionam a disciplina de História, os dados fornecidos permitem inferir que o mesmo coincide com o tempo de serviço.

Em relação aos membros da direcção, foram entrevistados 2 elementos (Director da escola e Directora Adjunta do II Ciclo). Relativamente ao tempo no cargo, o Director está no cargo há 4 anos e a sua adjunta há 3 anos. No que concerne ao nível académico, os dois possuem o nível de Licenciatura, sendo que o Director é licenciado no ensino de Física e a Directora adjunta, no ensino de Língua portuguesa. Quanto aos alunos entrevistados, 9 são do género feminino e 5 do género masculino, ambos da 11^a classe cujas idades variam de 15 a 17 anos que foram seleccionados de forma aleatória, em cinco turmas do curso diurno.

Análise e discussão de dados das entrevistas com os professores

Com base nas respostas dos professores observa-se que os 3 professores entrevistados, divergiram nas suas respostas quanto às estratégias que privilegiam para a produção de trabalhos científicos pelos alunos, pois, o professor A, disse que recomendava a consulta do manual do aluno e outros materiais necessários, o professor B respondeu que privilegiava a aprendizagem baseada em problemas e seminários. Ainda sobre a mesma questão, o professor C afirmou que privilegiava, até à data da entrevista, estudos de caso, seminários e aprendizagem baseada em problemas.

Na mesma ocasião, os professores fizeram referência aos trabalhos individuais e em grupo como estratégia de produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos e destacaram a sua utilidade na construção da visão analítica e crítica dos alunos, pois, no seu entendimento, esses trabalhos permitem o desenvolvimento do espírito criativo e pensamento crítico dos alunos.

Nessa perspectiva, em função das respostas, quando os professores foram chamados a comentar sobre as outras estratégias que privilegiam para a produção de trabalhos científicos pelos alunos, o professor A disse que os trabalhos em grupo e individuais permitem uma visão crítica dos alunos, pois, permitem o desenvolvimento do espírito criativo. O professor B referiu que os trabalhos em grupo permitem uma interajuda entre os alunos na realização de tarefas e o professor C destacou que os trabalhos em grupo permitem uma aprendizagem interactiva e dialógica.

Relativamente ao seu papel na produção de trabalhos de pesquisa, na qualidade de professores de História, os dados das entrevistas, mostram que o professor A tem o papel de orientar devidamente os alunos na realização de trabalhos, o professor B tem o papel de produzir conteúdos temáticos e fornecer ao aluno de modo a facilitar a sua aprendizagem devido a exiguidade do material na biblioteca e o professor C identifica as necessidades individuais do estudante, oferecendo suporte para superar as dificuldades e alcançar os objectivos académicos e pessoais.

Sobre os métodos e técnicas que os professores aplicam para melhorar a produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos, os dados das entrevistas revelam que o professor A usa a elaboração conjunta, debate e método comparativo. Já, os professores B e C convergiram nas suas respostas ao referirem que usam a técnica de trabalhos em pequenos grupos, fornecendo material de apoio e orientação para chegar a verdadeiras fontes de conhecimento. Na mesma ocasião, os professores foram chamados a indicarem outras estratégias que usavam para além das já mencionadas onde o professor A não teve nenhuma resposta relativamente a essa questão. Contudo, o professor B respondeu apenas que usava todas as estratégias porque se complementam, embora não tenha feito menção. Já, o professor C respondeu que usava também a pesquisa bibliográfica para orientar a aprendizagem dos alunos.

Portanto, este posicionamento dos professores revela fraco conhecimento de métodos e técnicas que podem ser aplicados para melhorar a produção de trabalhos de pesquisa, tais como: Aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, visitas de estudo, seminários alicerçados ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, conforme assinala Moran (2015).

Por fim, os professores foram chamados a comentar sobre as outras estratégias que usam na produção de trabalhos de pesquisa, onde o professor B referiu que o sistema de ensino abre espaço para o uso de vários métodos e os alunos acabam recorrendo a internet no lugar de ter um manual impresso. Por seu turno, o professor C comentou que os alunos fazem levantamento e análise crítica de documentos e livros publicados sobre o tema a ser pesquisado com objectivo de actualizar e desenvolver conhecimentos do mesmo.

Estas respostas dos entrevistados revelam, por um lado, que não há uma uniformização das estratégias de orientação dos trabalhos de pesquisa aos alunos, pois, uns privilegiam apenas o manual do aluno e outros, à aprendizagem baseada em problemas, o seminário e estudos de caso. Esta falta de uniformização, diverge com o estudo efectuado por Moran (2015), segundo o

qual, no ensino de História, o professor deve usar estratégias como: estudos de caso, seminários e aprendizagem baseada em problemas.

Por outro lado, os dados revelam que os professores valorizam a técnica de trabalho em grupo na realização de trabalhos de pesquisa e orientam os alunos na realização dos referidos trabalhos. Este posicionamento dos entrevistados enquadra-se no pensamento de Castellar (2015) que aponta que desenvolver um trabalho eficiente em sala de aula pressupõe que o professor tenha uma postura de mediador, de actuar propondo problemas para que o aluno, a partir do seu conhecimento prévio, possa, no grupo, criar situações-problema e desafios, transformando o conhecimento de senso comum em conhecimento científico.

Análise e discussão de dados das entrevistas com os alunos

Os dados referentes às entrevistas com os alunos revelam que os trabalhos de pesquisa são feitos na biblioteca da escola com recurso a consulta de vários documentos e livros físicos e electrónicos disponíveis na internet mediante orientação dos professores. Por exemplo, os alunos 1, 7 e 8 (codificação dos alunos) confirmaram que os trabalhos de pesquisa são feitos da investigação tendo em conta que na escola há biblioteca e uma sala de informática. Por seu turno, os alunos 3, 4 e 6 afirmaram que os trabalhos de pesquisa são feitos mediante a escolha do tema e pela pesquisa em várias fontes. No mesmo alinhamento, os alunos 2, 5 e 9 responderam que faziam pesquisas académicas pelos livros disponíveis na biblioteca da escola em *sites* confiáveis como jornais, livros e internet.

Relativamente à acção do professor nessas pesquisas, os dados das entrevistas mostram que os professores orientam, estimulam, ajudam e ensinam as técnicas de pesquisa de modo a buscarem informações fiáveis nas diferentes fontes de pesquisa. Assim, fica evidente que o professor desempenha um papel preponderante na formação da personalidade do aluno.

Sobre como os alunos gostariam que as pesquisas fossem organizadas para a

produção de trabalhos científicos, os alunos foram unânimes em responder que para uma boa organização dos trabalhos de pesquisa, devia-se fornecer uma estrutura padrão de como os alunos devem apresentar os seus trabalhos, para além da disponibilização de material científico para a produção de trabalhos, principalmente, para os alunos da secção de ciências, o que implicaria a construção de uma sala específica para a pesquisa, a ampliação e apetrechamento da biblioteca com computadores e livros de diversas disciplinas para facilitar a pesquisa.

Estes dados revelam que há uma necessidade de se fazer um plano estruturante de organização e realização de pesquisas pelos alunos de modo que as mesmas tenham o sucesso desejado e permitam que o aluno contribua activamente na produção do conhecimento através da realização de trabalhos de pesquisa. É nesta perspectiva que Demo (2007), refere que o trabalho com pesquisa requer um conjunto de actividades orientadas pelo professor, com o objectivo de buscar, descobrir e criar um determinado conhecimento acerca de um objecto de estudo e essa curiosidade intrínseca do indivíduo o leva a duvidar, a formular hipóteses, a confirmar suas certezas, tomando consciência de si próprio e do seu objecto de estudo.

Análise e discussão de dados das entrevistas com os membros da Direcção da Escola

Os dados das entrevistas revelam que no processo de produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos, os membros da direcção da escola, recomendam aos professores a consulta de fontes fiáveis para a busca de conhecimentos e a disponibilizarem o material de consulta para facilitar a pesquisa pelos alunos. Igualmente, os membros da direcção da escola foram questionados sobre o seu papel na produção de trabalhos de pesquisa onde o DE (Assim codificado o director da escola) respondeu que tem o papel de facilitar toda informação relevante e que tenha a ver com o trabalho recomendado. Contrariamente, a

DAE (Codificação da directora adjunta da escola) respondeu simplesmente dizendo que apenas analisa e faz a anuência. Entretanto, os dois membros da direcção entendem que para estimular a realização de trabalhos de pesquisa pelos alunos, os professores devem avaliar as apresentações e incluírem nas suas planificações diárias, temas que precisam de pesquisa em grupos ou individualmente para estimular debates entre os alunos.

Na mesma senda, os membros da direcção foram questionados sobre as dificuldades que os professores e alunos enfrentavam na realização de trabalhos de pesquisa e ambos foram unânimes em afirmar que a maior dificuldade relaciona-se com a falta de manuais na biblioteca e de algumas fontes históricas ao nível local.

Relativamente ao seu papel na produção de trabalhos de pesquisa na sua qualidade de membros da direcção da escola os dados mostram que o DE facilita toda a informação relevante e que tenha a ver com o trabalho em alusão e a DAE apenas analisa e faz a anuência.

Quanto aos métodos e técnicas que os professores usam na orientação de trabalhos de pesquisa aos alunos, em função dos dados das entrevistas, ficou evidente que os professores usam mais a pesquisa bibliográfica, a internet e trabalhos em grupo.

Em relação ao que deve ser feito para estimular a realização dos trabalhos de pesquisa pelos alunos os dados das entrevistas revelam que deve-se incluir na planificação de aulas, temas que precisam de pesquisa em grupo ou de forma individual para estimular debates entre os alunos, não só como também, avaliar os trabalhos que os alunos apresentam para incentivar os alunos a fazerem mais trabalhos de investigação.

As alegações dos entrevistados revelam que os membros da direcção da escola estão preocupados e envolvidos no processo de formação dos alunos por isso, recomendam aos professores a consulta de fontes fiáveis para a busca de conhecimentos e a disponibilizam material de consulta para facilitar a pesquisa

pelos alunos. Este posicionamento dos membros da direcção enquadra-se no pensamento de Luck (2009), segundo o qual, cabe aos directores de escolas zelar pela realização dos objectivos educacionais, pelo bom desempenho de todos os participantes da comunidade escolar e alcance dos padrões de qualidade definidos pelo sistema de ensino e leis nacionais que regem o processo de ensino.

Na mesma perspectiva, Boccia e Dabul (2013), apontam que os directores das escolas precisam ser acima de tudo educadores, que buscam o sucesso e o bem-estar do aluno, ou seja, “seu trabalho no quotidiano escolar precisa ser eficaz na condução de uma gestão democrática e focada na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem oferecidos pela escola que dirige. Para as autoras, os directores das escolas são grandes articuladores nas diferentes áreas da gestão: pedagógica, administrativa, de recursos humanos e financeira que atuam integralmente e garantem o sucesso do processo educativo.

Nesse contexto, os membros da direcção da escola devem garantir de forma continua e permanente condições físicas e materiais para que os trabalhos de pesquisa possam servir cada vez mais de estratégia de reforço da aprendizagem de História e de outras disciplinas curriculares.

Estratégias de reforço da aprendizagem de História das lutas de resistência à ocupação colonial em África

Para o autor do artigo, além das estratégias anteriormente apresentadas, os professores de História também podem privilegiar a aplicação de guiões conceptuais e visitas a museus como estratégias de reforço a aprendizagem nos seguintes termos:

Elaboração e aplicação de guiões conceptuais: Os guiões conceptuais constituem a peça-chave de uma aula de História por propiciar a investigação dos temas propostos e os seus exercícios levam o aluno a um razoável estudo

e a aquisição de conhecimentos que a partir dos mesmos, depois de em comum se corrigirem os trabalhos, o professor dá a sua visão ou interpretação do tema tratado. (Fabregat & Fabregat, 1991). Desta forma, o autor do artigo entende que os guiões conceptuais podem ser aplicados como instrumento de consolidação de conteúdos no final de uma unidade temática e servem para verificar o nível de aprendizagem dos alunos. É nesta perspectiva que, Fabregat e Fabregat (1991) indicam que com esta técnica, o aluno adquire os conceitos históricos através do trabalho individual ou colectivo;

- a) **Visitas a museus:** A visita a museu supõe contacto directo com a arte e permite a sua perfeita captação e configura-se como uma necessidade formativa. (Fabregat & Fabregat, 1991) Com efeito, para que este trabalho seja efectivo, os autores citados alertam que o mesmo não deve ficar ao nível do simples divertimento, deve ser acompanhado por um trabalho complementar como por exemplo, um questionário previamente preparado que deve esclarecer aos alunos tanto no museu, através das explicações do guia, como na escola, procurando avaliar os conteúdos da visita.
- b) **Preparação de uma aula de enriquecimento:** conforme explicam Fabregat e Fabregat (1991), o professor de História deve elaborar um plano lógico de trabalho que inclui os seguintes pontos:
 - **Bibliografia:** o professor deve ser um pesquisador e manter em dia a bibliografia da matéria que lecciona;
 - **Distribuição de objectivos pela aula:** o professor deve planificar e ajustar os conteúdos ao nível da turma tendo em conta a capacidade de compreensão e de abstracção dos alunos, o nível do seu vocabulário e os conhecimentos prévios sobre o tema a ser abordado;
 - **Esquema geral:** É um guia ordenado da aula de enriquecimento que serve de orientação ao aluno para poder desenvolver o tema explicado. Por isso, o professor deve evitar improvisos e para tal tem que elaborar um esquema que

orientará a sua aula e que lhe permita fazer perguntas que despertam interrogações na mente dos alunos.

Considerações Finais

Esta secção apresenta as considerações finais, as quais se referem à Produção de Trabalhos de Pesquisa pelos Alunos como Estratégia de Reforço da Aprendizagem da História das Lutas de Resistência à Ocupação Colonial em África: Caso da 11ª Classe da ESGM e observando os resultados que foram obtidos, das entrevistas aos professores, aos membros da direcção da escola, e aos alunos, entende-se que os objectivos para os quais o estudo foi conduzido foram alcançados.

Com efeito, a produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos serve como estratégia de reforço na aprendizagem da história das lutas de resistência africana, na 11ª classe da ESGM, pois, constatou-se, através da observação e dos dados da pesquisa, que a produção de trabalhos de pesquisa constitui uma prática utilizada pelos professores de História e permite aos alunos, participarem activamente na produção de conhecimentos científicos.

Portanto, constatou-se que os professores de História da 11ª classe na ESGM têm a consciência da necessidade reforçar a aprendizagem da história das lutas de resistência à ocupação colonial em África, através da produção de trabalhos de pesquisa, daí que redobram esforços na utilização de estratégias de ensino tais como: aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, seminários e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação com vista ao alcance dos objectivos de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a pesquisa permite concluir que os professores de História da 11ª classe na ESGM desempenham um papel preponderante no apoio à produção de trabalhos de pesquisa pelos alunos através do fornecimento de fontes fidedignas para a realização da pesquisa e pela orientação na produção de trabalhos de pesquisa devido à exiguidade do material na biblioteca da

escola.

Os resultados da pesquisa permitem concluir, igualmente, que há uma necessidade de os professores privilegiarem outras estratégias tais como a aplicação de guiões conceptuais e visitas a museus como formas de dinamizar e reforçar a aprendizagem na disciplina de História.

De um modo geral, conclui-se que a pesquisa escolar é um instrumento indispensável no PEA porque para além de permitir que os alunos participem activamente na produção do conhecimento permite, igualmente, ao professor, reflectir e criticar a sua própria prática pedagógica.

Referências bibliográficas

- Boccia, M. B., Dabul, M. R. (2013). *Competências Necessárias à Equipe Gestora*. Paco Editorial e Pulsar.
- Castellar, S. M. V. (2015). *A Formação de Professores e o Ensino de História*. Belo Horizonte: Terra Livre,
- Demo, P. (2007). *Educar pela Pesquisa*. (8ª Ed). Campinas: Autores Associados.
- Fabregat, C.H; & Fabregat, M.H. (1991). *Como Preparar uma Aula de História*. (2ª Ed.). Rio Tinto: Edições Asa.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa*. (25ª Ed.) São Paulo: Paz e Terra.
- Luck, H. (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Positivo Editora.
- Moran, J. M. (2015). *Mudando a educação com metodologias activas*. Colecção Mídias Contemporâneas-Convergências Mediáticas, Educação e Cidadania: Aproximações Jovens.
- Oliveira, D. C. (2017). *Determinantes comportamentais e emocionais do processo ensino-aprendizagem*. Caderno Intersaberes, Vol.5, nº. 6
- Oliveira, R. B. (2019). *Desafios da Formação Continuada de Professores de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental*. Revista de Psicologia, Vol.

13, nº. 45.

Ramos, M. M. (2005). *Os caminhos metodológicos da pesquisa: da educação básica ao doutorado*. Blumenau: Odorizzi.

Silva, V. M. (2014). *Acções de Formação continuada: Necessidades Formativas e Fontes de Aprendizagens docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental*. Joinville: Universidade da Região de Joinville.

Valente, J.A; Almeida, M. E. B; & Geraldini, A. F. S. (2017). *Metodologias activas: Das Concepções às Práticas em Distintos níveis de Ensino*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba.

Vander Veer, R. (2009). *Vygotsky: Uma síntese*. (6ª Edição). São Paulo: Layola.

Vygotsky, L. S. (1987). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br>.

A Reprodução da Questão Social sob Novas Mediações: Desigualdade, Urbanização desigual e a emergência da Questão Socioambiental em Parintins

The Reproduction of the Social Question under New Mediations: Inequality, Unequal Urbanization and the Emergence of the Socio-Environmental Question in Parintins/AM

Marklize dos Santos Siqueira¹⁶

Evelin Tainá Costa Oliveira¹⁷

Monique Araújo Teixeira¹⁸

Resumo

O presente artigo objetiva mapear as expressões da questão social nos bairros Santa Rita e Castanheira, em Parintins/AM, compreendendo suas condições de subsistência, formação e trajetória dos moradores, e problematizando suas manifestações na Amazônia. A metodologia empregou abordagem quali-quantitativa, com base analítica no materialismo histórico-dialético. O levantamento de dados abrange dois bairros do município de Parintins e envolveu pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados revelam que os bairros apresentam desafios como o acúmulo de lixo, desemprego, água contaminada e saneamento precário, evidenciando acentuados contrastes socioambientais. Conclui-se que a questão social se reproduz sob novas mediações, exigindo políticas públicas eficazes para a autonomia e o combate à

¹⁶ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas/Campus Parintins. Mestre em Sociologia e vice-líder do Grupo Interação/CNPq. E-mail: marklize.siqueira@ufam.edu.br

¹⁷ Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas/Campus Parintins. E-mail: araujomonique472@gmail.com

¹⁸ Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas/Campus Parintins. E-mail: evellin053@gmail.com

exploração. O estudo contribui para o debate amazônico, destacando a relevância de um Serviço Social crítico na defesa de direitos e da democracia de base.

Palavras-chave: Questão Social, Amazônia, Urbanização, Parintins, bairros Santa Rita e Castanheira.

Abstract

This article aims to map the expressions of the social issue in the Santa Rita and Castanheira neighborhoods of Parintins, Amazonas, understanding their subsistence conditions, the upbringing and trajectory of residents, and problematizing their manifestations in the Amazon. The methodology employed a qualitative and quantitative approach, analytically grounded in historical-dialectical materialism. The data collection covered two neighborhoods in the municipality of Parintins and involved bibliographical and documentary research. The results reveal that the neighborhoods face challenges such as accumulated garbage, unemployment, contaminated water, and poor sanitation, highlighting stark socio-environmental contrasts. It is concluded that the social issue is being reproduced under new mediations, requiring effective public policies for autonomy and the fight against exploitation. The study contributes to the Amazonian debate, highlighting the importance of critical social services in the defense of rights and grassroots democracy.

Keywords: Social Issue, Amazon, Urbanization, Parintins, Santa Rita and Castanheira neighborhoods.

Introdução

O presente artigo científico insere-se no cenário complexo e multifacetado das expressões da questão social na Amazônia, um contexto historicamente

marcado por processos de exploração e expropriação. Com a finalidade de contextualizar o leitor e aprofundar a compreensão sobre os desafios contemporâneos da região, este trabalho tem como objetivo principal problematizar as diversas manifestações da questão social em suas distintas Amazônias, focando nos processos de exploração e no aprofundamento das desigualdades sociais. Mais especificamente, o trabalho visa a um mapeamento das expressões da questão social nos bairros Santa Rita e Castanheira no município de Parintins/AM, analisando as condições de aspectos básicos para a subsistência, compreendendo a formação desses bairros, a trajetória dos moradores e contribuindo para a construção de um perfil do cidadão parintinense.

O objeto de estudo deste trabalho reside, portanto, na análise das expressões da questão social em contextos específicos da Amazônia, tais como o processo de urbanização, o significado de programas sociais e políticas sociais em espaços nomeados de cidades do interior do Estado do Amazonas, isso se traduz no processo de urbanização e na análise das condições básicas de subsistência nos bairros mencionados. O enfoque primordial recai sobre a reiteração dos processos de exploração que acirram a luta de classes, com o Estado brasileiro neoliberal atuando como mediador.

Este trabalho originou-se a partir de uma proposta teórico-crítica de investigar quais as expressões da Questão Social estão presentes nos bairros do município de Parintins-AM. A pesquisa esteve vinculada à disciplina de Questão Social na Amazônia do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins; e buscou articular, portanto, ensino, pesquisa acadêmica e monitoria da disciplina. Podemos classificá-la enquanto uma experiência docente de pesquisa e ensino no campo da educação superior.

A revisão da literatura demonstra a centralidade da "questão social" como categoria fundamental para apreender os dilemas da sociedade contemporânea. Conforme Netto (2001) e Ianni (1989), a Questão Social é

determinada pela relação capital-trabalho - exploração - e, na Amazônia, mescla aspectos raciais, regionais e culturais ao contexto econômico e político. Marilda Iamamoto (2022) destaca que a formação acadêmica em Serviço Social no Brasil se fundamenta na questão social, cujas expressões são eixos de grupos de trabalho e pesquisa. A autora concebe a "questão social" não como um fenômeno recente, mas como uma "velha questão social" inerente às relações capitalistas, que se reproduz sob novas mediações históricas e assume inéditas expressões na contemporaneidade, especialmente na periferia dos centros mundiais sob o comando do capital financeiro.

Neste trabalho, reafirma-se a questão social como base de fundação socio-histórica da profissão, abrangendo manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais. No entanto, autores como Joaquina Barata Teixeira (2008) salientam que a "questão social", nos termos tradicionais, não comporta plenamente a explicação dos problemas gerados pelo capital na Amazônia, apontando para a necessidade de qualificar nossa percepção para processá-las teoricamente. Portanto, trabalhos como estes pretendem qualificar o debate sobre as expressões da questão social em regiões como a Amazônia.

A justificativa para a escolha deste tema reside na urgência de aprofundar a compreensão sobre os desafios contemporâneos da Amazônia, onde os moradores lidam com problemas práticos como preços elevados de produtos, acúmulo de lixo e falta de empregos formais. A relevância social, política e acadêmico-científica do estudo pretende contribuir com informações qualificadas para o debate sobre políticas públicas e ambientais direcionadas às populações da região, e para o avanço dos debates sobre a questão socioambiental.

Fundamentação Teórica

A orientação teórica que interpreta o objeto de estudo, o mapeamento das expressões da questão social em Parintins/AM, está explicitamente fundamentada no método do materialismo histórico-dialético. Esta abordagem teórica, profundamente enraizada na tradição marxista, busca compreender os fenômenos sociais em sua totalidade e contradições, enfatizando a inseparabilidade entre o objeto de investigação e sua história.

O Fundamento Ontológico e as contradições do Capital

A base para a análise reside nas contribuições de Karl Marx, nomeadamente a partir de obras como Introdução à crítica da Economia Política (1857), Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 e A Ideologia alemã. Essas obras fundamentam o debate sobre o trabalho como a dimensão ontológica central da constituição do ser social e a articulação entre conhecimento, história, teoria e realidade social. A teoria do valor-trabalho de Marx é fundamental para desvendar o fetiche da mercadoria e a alienação. Essa perspectiva é utilizada para desvendar por que, na sociedade do capital, as relações sociais entre pessoas aparecem como relações entre coisas, iluminando o significado social das especializações do trabalho coletivo.

A Questão Social: da exploração clássica às novas mediações

A categoria central que norteia este estudo é a Questão Social, definida como a base de fundação socio-histórica da profissão de Serviço Social.

- Definição clássica: conforme autores fundamentais como Netto (2001) e Ianni (1989), a Questão Social é determinada intrinsecamente pela relação capital-trabalho - a exploração. Ela abrange manifestações universais, particulares e singulares, articulando objetividade e subjetividade, e os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais.

- A Reprodução sob o Capital Fetiche: Iamamoto (2022) destaca que a Questão Social não é um fenômeno recente, mas uma *velha questão social*

inerente às relações capitalistas, que se reproduz sob novas mediações históricas. Ela assume inéditas expressões na contemporaneidade, especialmente na periferia dos centros mundiais sob o comando do capital financeiro. O predomínio do capital fetiche e da financeirização contribui para a banalização da vida humana e a desvalorização do outro, estando na raiz das novas conformações da questão social.

As carências básicas identificadas nos bairros de Parintins – água contaminada, falta de saneamento, desemprego formal – ilustram a persistência e renovação dessa exploração, evidenciando a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam.

A especificidade Amazônica e a Questão Socioambiental

Para apreender as manifestações da questão social na Amazônia, o referencial teórico deve incorporar a complexidade regional.

- Realidade multifacetada: na Amazônia, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais ao contexto econômico e político, tornando-a ainda mais complexa.

- Necessidade de ampliação e aprofundamento das expressões da Questão Social: Tradicional: autoras como Joaquina Barata Teixeira (2008) alertam que a questão social, nos termos tradicionais, não comporta plenamente a explicação dos problemas gerados pelo capital na Amazônia, apontando para a necessidade de qualificar nossa percepção para processá-las teoricamente.

- Emergência da dimensão socioambiental: o estudo adota a perspectiva que reconhece a dimensão socioambiental como um componente fundamental para a apreensão da Questão Social na região. A contaminação da água e a deficiência do saneamento básico nos bairros de Parintins não são meros problemas de infraestrutura; são expressões da complexa relação homem-natureza sob o capital. Chaves (2008) destaca a Questão Socioambiental como um elemento central para mitigar problemáticas dessa relação, considerando-a

de importância civilizatória.

- Urbanização desigual: a análise da urbanização em Parintins baseia-se na visão de que a cidade é uma construção social historicamente determinada, fruto da divisão social do trabalho e da primeira cisão da totalidade entre *Physis* e *Logos* (conforme Lefebvre, 2001). As duas realidades na representação espacial urbana são, assim, compreendidas como uma expressão particular da estruturação desigual inerente ao desenvolvimento capitalista.

Portanto, esta fundamentação teórica orienta a análise dos resultados para além da descrição empírica dos problemas (lixo, desemprego, água contaminada), buscando desvelar a reiteração dos processos de exploração e a profundidade das contradições do capital fetiche que estruturam a desigualdade em Parintins.

Metodologias

O método proposto para a pesquisa está explicitamente fundamentado no materialismo histórico-dialético e adota uma abordagem quali-quantitativa. Essa combinação visa a uma compreensão profunda de significados, características, valores e opiniões (qualitativa), e também a uma análise de extensão com dados e tendências (quantitativa), permitindo um diálogo crítico com a realidade sócio-histórica (Minayo, 2001). As fontes de pesquisa das informações foram obtidas tanto de pesquisa bibliográfica quanto documental e aplicação de formulários sócioeconômicos com 10 moradores sendo uma de cada rua, privilegiando os moradores mais antigos. A pesquisa bibliográfica visa fundamentar as categorias de análise, e a pesquisa documental pode incluir sites de instituições e bancos de dados.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em fases: (1) Pesquisa bibliográfica, para fundamentar as categorias de análise; (2) Pesquisa documental (em sites de instituições e bancos de dados) e observação de campo, os instrumentos de coleta de dados incluíram observação participante

(sistemática e assistemática), registros fotográficos (com câmera de celular), aplicação dos formulários socioeconômicos, uso de caderno de campo; (3) Sistematização e análise dos dados/informações obtidas, utilizando as categorias analíticas que norteiam o estudo.

Discussões

Breve caracterização dos bairros Santa Rita e Castanheira

O bairro Santa Rita está localizado em Parintins possui 10 ruas sendo elas: Avenida Paulo Teixeira, Rua Alfredo Lima, Rua Antônio Cezar de Carvalho, Rua Eulina Farias, Rua Raimundo Bentes de Jesus, Rua Salvador de Moura, Rua Joaquim Freitas Vieira, Rua Samuel Abecassis, Rua Vicente Reis e Rua Waldemar Filho. De acordo, com a associação de moradores a história do bairro começa em 1984, na Rua Joaquim Freitas Vieira, em um loteamento barrento próximo a um dos braços do Lago Macurany. Antes de ser conhecido oficialmente como Santa Rita, houve outros dois nomes: 1) bairro Areial, por conta da grande faixa de areia depositada nas ruas, na tentativa de diminuir a lama devido ao barro; 2) bairro da Escuridão por conta da falta de energia elétrica no local. Também não havia água encanada, então a comunidade fazia cacimbas, de onde tiravam água para beber, comer e tomar banho.

Muitos moradores são advindos de comunidades rurais de Parintins, segundo Souza (2013, p. 62),

(...) as principais causas da migração para Parintins estão associadas a fatores estruturais e a busca por melhorias da situação sócio-econômica. Soma-se a esses fatores a divulgação da cidade próspera que Parintins representa por conta da Festa do boi-bumbá, e por se constituir hoje um polo regional do médio e baixo Amazonas, com ofertas de ensino superior por meio do CESP/UEA, Campus/UFAM e Universidades Particulares, implantados em Parintins. Essa realidade redirecionou grande parte do fluxo migratório para Parintins, que antes tinha como destino a capital Manaus.

A partir da associação de moradores da época, houveram muitas conquistas ao longo dos anos, desde o pavimento das ruas até a segurança.

Atualmente o bairro conta com uma Casa de Acolhida e vem realizando atividades na área de proteção social básica às crianças, adolescentes e seus familiares, Serviço de Proteção e Atendimento à Família - PAIF. A instituição disponibiliza ao bairro atividades capazes de tirar os jovens das ruas e ocupá-los com oficinas de arte e aulas de instrumentos musicais. Tendo como principal objetivo defender os interesses e direitos de uma comunidade específica, buscando melhores condições de vida e infraestrutura, e promovendo ações que visem o desenvolvimento social e cultural da região. A Associação de Moradores deste bairro no momento da pesquisa não está em funcionamento e seus registros estão em posse das antigas lideranças do beirro. No entanto, no início. A casa de acolhida do bairro Santa Rita funciona no antigo local da associação de moradores.

Segundo dados do Censo 2010, o número de habitantes no bairro Santa Rita era de 2.120 distribuídos em 49.34% de mulheres e 50.66% de homens, a partir dos registros em caderno de campo, os moradores estimam que esse número dobrou nos últimos 14 anos e que hoje o percentual maior seja de mulheres. A partir da aplicação dos formulários socioeconômicos, verificou-se que a média de moradores por imóvel é de cinco pessoas, e muitas casas abrigam mais de uma família, os idosos entrevistados informaram receber aposentadoria, já as mulheres recebem bolsa família. Muitas famílias também vendem produtos naturais em casa, como polpas de frutas, farinha, tapioca, flal e até lanches improvisados nas calçadas aos finais de tarde. O bairro possui dois hotéis conhecidos por hospedar famosos na época do Festival de Parintins e promover festas com grandes atrações, o kwati Club e Amazon River, os moradores constroem pequenos comércios na extensão de suas casas, aproveitando o movimento de turistas na região.

A maioria das casas são de alvenaria com poucos quintais arborizados, as ruas quase não tem pontos com sombra, o que eleva a temperatura. Segundo os moradores a coleta de lixo é regular, mas não há um tratamento ou separação,

exceto vidro e dependendo do morador, apesar disso foi possível notar bastante lixo nas ruas e até lixeiras viciadas em terrenos baldios.

Todas as ruas são pavimentadas, e dispõe de iluminação pública, porém os moradores a conta de energia é cara e varia entre R\$200,00 e R\$400,00 mensalmente. A água advém dos poços da região, e nos foi informado que há poucos meses estava barrenta, após o alerta da prefeitura sobre a condição da mesma, um novo poço foi cavado cerca de um mês antes do Festival Folclórico de Parintins; porém, os alertas sobre a qualidade da água no município já tem alguns anos, segundo reportagem do Portal Jornalismo Parintins, matéria de Vinícius Bellchior, publicada em 08 de novembro de 2023, um relatório da avaliação técnica do sistema público de abastecimento de água na cidade de Parintins, realizado em agosto de 2023, aponta que dos 28 poços administrados pelo serviço autônomo de água e esgoto de Parintins (SAAE), 22 estão contaminados, pois apresentam “concentração altíssima” de poluentes, tais como: Amônia, Manganês, Ferro e os mais graves: Nitrato e Alumínio, fora a presença de coliformes fecais.

Nos artigos 151 e 156 da Lei Orgânica de Parintins, fica claro que é dever do Município cuidar do desenvolvimento de obras de saneamento público, bem como garantir os benefícios do saneamento básico à totalidade da população. No entanto, a rede de esgoto inexistente e muitas fossas sanitárias rudimentares das residências desembocam no Lago Macurany.

O principal meio de transporte são as motocicletas e bicicletas. Considerando que a saúde é um dos direitos sociais, garantidos na Constituição Federal de 1988, nos artigos 196 a 200, o bairro possui 01 (uma) UBS. Esta unidade de saúde leva o nome de um dos moradores do bairro e membro da antiga associação, a UBS Paulo Pereira. O quadro de funcionário é formado por 44 profissionais, e os atendimentos são de segunda a sexta de 07:00 às 19:00.

No que se refere à política de educação, o bairro possui 01 (uma) escola municipal denominada Escola Municipal Charles Garcia e foi fundada em 11 de

abril de 2008. A escola oferta o ensino fundamental, com 30 professores e oferta o total de 461 matrículas segundo dados do Censo Escolar do INEP de 2023, sendo estas: 224 nos anos iniciais, 237 nos anos finais e 41 em educação especial. A escola dispõe da seguinte infraestrutura: 01 sala de leitura, 01 laboratório de informática, 01 quadra de esportes, sala da diretoria, 01 cozinha, 01 biblioteca e todas as dependências com acessibilidade.

O bairro não possui Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e os moradores da região são atendidos no CRAS do bairro Nossa Senhora de Nazaré, e funciona de segunda a sexta das 08:00 às 14:00. Foi observado também que a igreja católica possui grande influência nas atividades do bairro e na relação dos moradores, sendo responsável pela criação de escolas, espaços infantis e grupos comunitários para a execução de práticas religiosas, a igreja também promove ações caritativas e em datas específicas festividades aos devotos de Santa Rita de Cássia.

A localidade não dispõe de praças como espaço de lazer, então como alternativa os habitantes frequentam o ginásio ao lado da Escola Municipal Charles Garcia e a quadra da Casa de Acolhida. Importante ressaltar, que não foi notada a presença de crianças nas ruas, pois boa parte são matriculadas na Casa de Acolhida do bairro e se ocupam nas oficinas ofertadas pelo local, dentre estas: Musicalização, Desenho, Pintura em tecido e outras atividades artísticas. Ainda que se tratando de um bairro com falta de elementos básicos para os moradores, ficou evidente que os moradores sentem grande satisfação em morar na localidade.

Quanto ao bairro Castanheira este é formado por cinco ruas, sendo estas: Carlos Brandão, Da Felicidade, Da Fraternidade, Marcos Zagury e Joaquim Góes. Sua formação se deu a partir de loteamentos de terras em 1994. Conforme, histórico da localidade o bairro se constituiu a partir de uma ocupação de populares em busca de moradia e na sequência foram feitos lotes para vendas a preços acessíveis.

No último Censo do IBGE contabilizado em 2010, o número de habitantes era de 487, sendo a população composta por 51.13% de mulheres e 48.87% de homens, em 14 anos houve um aumento significativo chegando quase o dobro do número anterior. No bairro a faixa etária da população é de 54.2% de 15 a 64 anos, havendo mais jovens do que idosos, sendo 42.9% jovens e 2.9% idosos. A média de moradores por domicílio é de cinco pessoas, podendo abrigar mais de uma família por residência. As residências são próprias, em sua grande parte Alvenaria, mas também há aquelas de madeira, não encontramos casa de aluguel ou kitnets no bairro.

Quanto aos serviços de saneamento básico, a coleta de lixo domiciliar é realizada em dias alternados obedecendo rotas. As ruas são todas pavimentadas, havendo algumas com buracos e muito mato, mas pouco arborizado. Conforme Souza (2013, p.106), em Parintins “a partir da expansão e ocupação da cidade, é possível observar em uma primeira análise que a urbanização não foi acompanhada por uma efetiva arborização. O que ocorreu foi uma redução da cobertura vegetal natural.” Na localidade existe um lago e que encontra-se poluído e durante as chuvas os quintais são ocupados pela água do lago trazendo lixo e demais resíduos poluentes deixando um odor muito forte. As cobranças de conta de energia gira em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais mensalmente e a água provém dos poços sabidamente contaminados conforme o relatório técnico da Companhia de Saneamento Básico do Amazonas (Cosama).

Em relação à política de educação há uma única escola, o Centro Educacional Infantil da rede municipal que atende etapas de educação infantil e ensino fundamental. Seu quadro de funcionários é composto por 10 profissionais, o prédio tem estrutura de recursos básicos de abastecimento de água, energia elétrica e esgoto. Quanto à política de saúde, não existe Unidade Básica de Saúde no bairro, porém a mais próxima está situada no bairro Santa Rita de Cássia. Também não dispõe de Centro de Referência da Assistência Social e

também não há espaços de lazer ou praças para a população desfrutar do ambiente. Segundo informações não existe mais associação de moradores e não há indícios da existência de movimentos sociais em ambos os bairros visitados. Mesmo com a falta de condições básicas que uma população necessita para usufruir, os moradores tendem a se acostumar a viver com o que lhes é proporcionado em seu cotidiano.

Os dados obtidos no mapeamento das expressões da questão social nos bairros Santa Rita e Castanheira, em Parintins/AM, revelam um cenário de acentuados contrastes socioambientais, que se manifestam de múltiplas formas. A vivência dos moradores é marcada por altos custos de produtos, acúmulo de lixo nas ruas, desemprego formal e, criticamente, problemas de água contaminada em poços e a ausência de tratamento de esgoto. Essa realidade de "duas realidades" na representação espacial urbana de Parintins/AM não é um fenômeno isolado, mas uma expressão particular da estruturação desigual inerente ao desenvolvimento capitalista. A cidade, nesse sentido, é compreendida não apenas como um produto social, mas como uma construção social cujo valor e dinâmica são historicamente determinados, sendo fruto da primeira cisão da totalidade entre *Physis* e *Logos*, e da divisão social do trabalho (Lefebvre, 2001).

A Questão Social e suas expressões na periferia do capital

A interpretação desses resultados à luz do materialismo histórico-dialético, que fundamenta este estudo, permite-nos contextualizar as condições de subsistência nesses bairros como manifestações concretas da "questão social". Conforme Netto (2001) e Ianni (1989), a "questão social" é indissociável da relação capital-trabalho - a exploração - cujas determinações foram forjadas no processo de instauração da nova forma de produção iniciada no século XVII. Na Amazônia, essa questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais ao contexto econômico e político, tornando-a ainda mais complexa (Ianni, 1989).

A precarização das condições de vida observada em Parintins/AM - a contaminação da água, a falta de saneamento, o desemprego - ilustra precisamente essa persistência e renovação da exploração. Trata-se da expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes, evidenciando a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam.

As expressões da questão social presentes em Parintins não são acidentais; são o resultado de um processo histórico de exploração e expropriação que marca a Amazônia desde a colonização europeia. A reiteração dos processos de exploração, especialmente a mineração em larga ou menor escala, e outras frentes de expropriação, acirra a luta de classes, com o Estado brasileiro atuando como mediador (Hauradou, 2023).

A dimensão socioambiental emerge como um componente fundamental para a apreensão da questão social na Amazônia. A contaminação da água e a deficiência do saneamento básico nos bairros estudados não podem ser vistas apenas como problemas de infraestrutura; são expressões da complexa relação homem-natureza sob o capital. Chaves (2008) destaca a questão socioambiental como um elemento central para mitigar problemáticas dessa relação, considerando-a de importância civilizatória. Joaquina Barata Teixeira (2008) argumenta que a questão social, em seus termos tradicionais, é insuficiente para explicar plenamente os problemas gerados pelo capital na Amazônia, indicando a necessidade de qualificar nossa percepção teórica.

A degradação ambiental, portanto, manifesta-se como uma faceta inseparável das relações de exploração que constituem a base da formação da sociedade capitalista. A pesquisa de Castro (1997) sobre o desflorestamento na Amazônia, com suas múltiplas causas interligadas à estrutura social, à economia mundial e aos arranjos políticos, pode ser estendida para entender a degradação ambiental urbana, mostrando que o local [está] irremediavelmente ligado, e

por várias vias, ao global.

A mundialização financeira, conforme Husson (1999), não é apenas uma preferência por aplicações financeiras especulativas, mas um modo de estruturação da economia mundial que intensifica os fetichismos da vida social e a exploração do trabalho. Isso radicaliza antagonismos e desigualdades, impulsionando crises e a reprodução ampliada da questão social. As duas realidades em Parintins com falta de empregos formais, são reflexos diretos dessa lógica, que reduz a autonomia dos moradores e perpetua laços de dependência no contexto da cidade.

O significado social do trabalho do Assistente Social e os desafios profissionais no contexto Amazônico

Diante desse quadro, a profissão de Serviço Social é convocada a um olhar especializado para as expressões da questão social. Este olhar não deve se restringir à dimensão empírica dos fenômenos, mas buscar a totalidade e as contradições que os produzem. A formação acadêmica em Serviço Social no Brasil tem por fundamento a questão social, cujas expressões são eixos de Grupos de Trabalho e Pesquisa (ABEPSS, 2022a; Mauriel, 2017). No entanto, a trajetória do Serviço Social no Brasil também foi marcada por "armadilhas" teóricas e práticas. Iamamoto (2022) critica visões a-históricas que subestimam o rigor teórico-metodológico em favor de abordagens empiristas, pragmáticas e descritivas, transformando o assistente social em um mero "técnico" incapaz de realizar uma análise da totalidade da realidade e sua historicidade.

O trânsito da análise da profissão para o seu efetivo exercício cotidiano exige um aprofundamento das múltiplas determinações que moldam o trabalho do assistente social. Isso implica considerar a tensa relação entre o projeto ético-político profissional e o estatuto assalariado. A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional decorre da relativa autonomia, salvaguardada pela legislação, mas constantemente tensionada pelas condições

concretas de trabalho e pelas demandas dos empregadores (Iamamoto, 2022).

As condições em Parintins/AM reforçam a urgência de uma perspectiva que articule, de forma rigorosa, as dimensões macro e microsociedades, a objetividade e a subjetividade, e a universalidade, particularidade e singularidade das expressões da questão social (ABEPSS/CEDEPSS, 1997b). O desconhecimento ou dificuldade de tratamento rigoroso da complexidade do legado teórico-metodológico de Marx é um desafio a ser superado para que o Serviço Social possa oferecer respostas qualificadas. (Iamamoto, 2022)

A socialização das informações é uma atividade profissional crucial que não se reduz ao mero repasse de dados, mas busca tornar transparente, sob a ótica do direito social, as reais implicações das políticas e serviços, reconhecendo os sujeitos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas. As dificuldades dos moradores de acessar serviços e políticas públicas em Parintins/AM sublinham a importância dessa ação e a necessidade de criar mecanismos que melhorem a qualidade do atendimento.

A Amazônia, em sua singularidade e complexidade, exige que o Serviço Social vá além das análises genéricas e das reproduções acríticas de modelos externos. Como afirma Joaquina Barata Teixeira (2008), a questão social amazônica não se limita aos termos tradicionais, necessitando de uma qualificação da percepção teórica que incorpore as especificidades culturais, geopolíticas e étnico-raciais da região. A pesquisa em Parintins, ao desvelar as carências básicas e as expressões de uma urbanização desigual, serve como um microcosmo dos desafios maiores da Amazônia, onde a luta de classes se manifesta em formas complexas de exploração, dominação e resistência.

Em suma, a discussão dos resultados de Parintins/AM, através das lentes do materialismo histórico-dialético e das contribuições dos autores referenciados, permite-nos ir além da descrição dos problemas. Ela nos leva a compreender a profundidade das contradições do capital fetiche, a reiteração da exploração, a complexidade da atuação estatal e a centralidade da questão socioambiental.

Para o Serviço Social, isso se traduz na necessidade de um projeto profissional radicalmente humanista, crítico e engajado, que articule teoria e prática, desvelando as raízes dos problemas sociais e impulsionando a luta pela emancipação e por uma democracia de base.

Considerações Finais

O presente estudo, ao realizar um mapeamento das expressões da questão social nos bairros Santa Rita e Castanheira, no município de Parintins/AM, teve como propósito compreender a formação desses bairros, as condições de acesso às políticas públicas e sociais de seus moradores e contribuir para a construção de um perfil do cidadão parintinense. Ao final desta investigação, constatamos que a representação espacial urbana de Parintins, similar a outras cidades, ostenta fortes contrastes socioambientais. Os moradores desses bairros lidam diariamente com o acúmulo de lixo nas ruas e a falta de empregos formais, além de enfrentarem desafios críticos como a contaminação da água e a ausência de tratamento de esgoto.

Essas condições materiais e sociais se inserem no cenário complexo e multifacetado das expressões da questão social na Amazônia. Do ponto de vista teórico, o estudo reafirma a centralidade da "questão social" como categoria fundamental, interpretada à luz do materialismo histórico-dialético, que busca desvendar a reificação das relações sociais sob a lógica do capital. As manifestações identificadas em Parintins não são meros desdobramentos pontuais, mas expressões da velha questão social inerente às relações capitalistas, que se manifesta sob novas mediações históricas e roupagens contemporâneas, evidenciando a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais que o sustentam.

O predomínio do capital fetiche e da financeirização, conforme Iamamoto (2022), contribui para a banalização da vida humana e a desvalorização do outro, o que está na raiz das novas conformações da questão social. O estudo

também destaca a emergência da questão socioambiental como um elemento central e de importância civilizatória para entender os desafios atuais da relação homem/natureza na Amazônia.

Reconhecemos as limitações inerentes a qualquer pesquisa, mas este trabalho pretende contribuir com informações qualificadas para o debate sobre as políticas públicas e ambientais no contexto amazônico, especialmente no que tange à promoção da cidadania para grupos sociais em cidades da Amazônia. Os resultados indicam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que enderecem as deficiências básicas de subsistência e promovam a autonomia dos moradores, evitando a criação de laços de dependência.

Para o Serviço Social, este estudo reitera a necessidade de um olhar especializado para as expressões da questão social, que qualifique os processos de trabalho e evite interpretações e respostas superficiais. Futuras pesquisas devem aprofundar a compreensão das particularidades culturais e epistemologias das populações amazônicas, a fim de subsidiar a formulação de políticas que respeitem seus modos de vida e fortaleçam os sujeitos coletivos em suas lutas por direitos. É fundamental que a agenda de pesquisa continue a integrar os fundamentos teóricos com a investigação empírica concreta, promovendo uma análise totalizante das multifacetadas expressões da questão social e das possibilidades de ação transformadora.

Referências

ABEPSS. GTPS [Grupos Temáticos de Pesquisa]. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 24 jun. 2022a.

ABEPSS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Novos subsídios para o debate**. *Cadernos ABESS*, São Paulo, Edição especial, n. 7, p. 15-58, 1997b.

BELLCHIOR, Vinícius. **Estudo do Governo do Amazonas recomenda “intervenção**

técnica imediata” na água consumida em Parintins. **Jornalismo Parintins**,
Parintins, 08/11/2023. Disponível em:

<https://jornalismoparintins.com.br/noticia/518/estudo-do-governo-do-amazonas-recomendalintervencao-tecnica-imediata-na-agua-consumida-em-parintins>. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2024.

CASA DE ACOLHIDA SANTA RITA. Instituição pertencente à associação Dom Gino Malvestio. Parintins, 12 set. 2023. Disponível em:
<https://www.facebook.com/profile.php?id=61551031985689&mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CHAVES, Maria P. S. R. *et al.* Questões Sócio-ambientais e Interdisciplinaridade: experiência de Pesquisa-Ação no entorno do Igarapé do 40, em Manaus/AM.

Inter-Ação

em Ação - Serviço Social e Meio Ambiente: Experiências de pesquisa e extensão

universitária na Amazônia. Manaus, 2008.

HAURADOU, Gladson R. et al. EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: apontamentos sobre exploração mineral, saúde, envelhecimento e as questões étnico-raciais. **XI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 19 a 22 de set. São Luís/MA, 2023. (Mesa Temática Questão Social na Amazônia)

HUSSON, M. **Miséria do capital: uma crítica ao neoliberalismo**. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**. São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145-154, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **Introdução à crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. p. 107-138. (Os Pensadores).

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MAURIEL, A. P. O. Os grupos temáticos de pesquisa da ABEPSS na relação entre graduação e pós-graduação. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 226-271, maio/ago. 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PARINTINS. **Lei Orgânica do Município de Parintins**. Parintins, AM: Câmara Municipal de Parintins. Disponível em: <https://www.parintins.am.leg.br/documentos/leis/leiorganica.pdf/view>. Acesso em: 19 julho. 2025.

SOUZA, N. D. de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. University of São Paulo, São Paulo, 2013. (Tese de doutorado)

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 21, p.141-152, UERJ: 2008.

Luta pela moradia e o direito à cidade": mapeamento e caracterização dos movimentos de ocupação urbana em Parintins

The Struggle for Housing and the Right to the City: Mapping and Characterization of Urban Occupation Movements in Parintins

Renata Santos¹⁹

Sandra Damasceno da Rocha²⁰

Resumo

A ocupação de áreas urbanas que não cumprem sua função social e é prática recorrente dos movimentos de moradia, com impactos no ordenamento das cidades e na formulação de políticas habitacionais no Brasil. A “forma-ocupação”, vinculada ao projeto político do “direito à cidade”, constitui instrumento essencial para evidenciar o déficit habitacional e reivindicar a regularização fundiária. Em Parintins, o processo migratório campo-cidade, sem respaldo de políticas habitacionais adequadas, resultou em crescimento urbano marcado pela precariedade de moradias e de serviços básicos de infraestrutura. Nesse cenário, as ocupações urbanas se consolidaram historicamente como alternativa, em meio a ciclos de conflitos fundiários que deram origem a diversos bairros residenciais e loteamentos do município. Diante da escassez de estudos sobre essa problemática, esta pesquisa teve como objetivo mapear e caracterizar os movimentos de ocupação em Parintins, identificando as áreas formadas e o perfil dos atores sociais. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, análise documental (relatórios da SEMASTH, documentos oficiais e

¹⁹ Acadêmica do curso de Serviço Social, 6º período, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ). E-mail: rsp.ufam2235@gmail.com

²⁰ Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Unidade Acadêmica de Parintins/AM. E-mail: sandra_pin@ufam.edu.br

reportagens locais), observação direta, contato com moradores e participação em audiências públicas. Os resultados indicaram a existência de 15 áreas ocupadas, envolvendo 2.816 famílias cadastradas, em sua maioria jovens parintinenses em situação de vulnerabilidade, com predominância de trabalho informal (57%) e de chefia feminina (66%). Embora represente um esforço inicial diante da ausência de bases consolidadas, este estudo fornece diagnóstico preliminar capaz de subsidiar pesquisas futuras e orientar políticas públicas, evidenciando a capacidade de mobilização e pressão social desses movimentos.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas, Direito à Cidade, Movimentos sociais, Políticas Públicas, Parintins/Amazonas/Brasil.

Abstract

The occupation of urban areas that do not fulfill their social function is a recurring practice of housing movements, impacting city planning and the development of housing policies in Brazil. The “occupation form,” linked to the political project of the “right to the city,” has become an essential instrument to highlight the housing deficit and demand land regularization. In Parintins, the rural-to-urban migration process, without adequate housing policies, resulted in urban growth marked by precarious housing and lack of basic infrastructure. In this context, urban occupations historically consolidated as an alternative, amid cycles of land conflicts that gave rise to several neighborhoods and subdivisions in the city. Given the scarcity of studies addressing this issue, this research aimed to map and characterize the occupation movements in Parintins, identifying the areas formed and outlining the profile of the social actors involved. The methodology included bibliographical research, document analysis (SEMASTH reports, official documents, and local news), direct observation, contact with residents, and participation in public hearings. The

results revealed the existence of 15 occupied areas, involving 2,816 registered families, mostly young residents of Parintins in vulnerable situations, with predominance of informal work (57%) and female-headed households (66%). Although this represents an initial effort in the absence of consolidated data, the study provides a preliminary diagnosis to support future research and guide public policy planning, highlighting the mobilization capacity and political pressure of these movements.

Keywords: Urban occupations, Right to the city, Social movements, Public policies, Parintins/Amazonas/Brazil.

Introdução

Em Parintins, muitas famílias que chegam em busca de oportunidades, sem recursos para alugar ou comprar moradia, recorrem à ocupação de terrenos como única alternativa diante da especulação imobiliária e da ausência de políticas habitacionais consistentes. Essas ocupações, embora precárias, evidenciam o déficit habitacional histórico da cidade e funcionam como forma de protesto visível e luta pelo direito à moradia e à permanência na cidade. O rápido crescimento urbano, resultado do intenso êxodo rural nas últimas décadas, ocorreu sem a implementação de programas habitacionais adequados, gerando moradias improvisadas, falta de infraestrutura básica como água tratada, esgoto e coleta de lixo, além de construções em áreas de risco. Estudos históricos sobre o desenvolvimento urbano do município mostram que a formação dos bairros de Parintins está intimamente ligada a esses movimentos de ocupação (GONÇALVES, 2016; BARTOLI, 2022). Bairros como Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro da União nasceram de ocupações que, com muita luta, conseguiram aos poucos a regularização e a oferta de serviços urbanos. As ocupações evidenciam as falhas do poder público e, ao mesmo tempo, se tornam palco de uma disputa pelo território, colocando em cheque o direito de

propriedade e o direito humano à moradia. Os moradores dessas áreas adquirem capacidade de organização e associativismo, fazem mutirões para limpar a área e dividir os lotes, e se mobilizam para resistir a ordens de restituição de posse das áreas. Esses territórios ocupados se constituem como espaços de autogestão: a comunidade se organizando por conta própria para suprir as necessidades básicas que o Estado não fornece.

Esta pesquisa foi pensada em meio à escassez de trabalhos acadêmicos sobre ocupações urbanas e movimentos de moradia em Parintins, bem como pela completa falta de um mapeamento atualizado dessas áreas, uma lacuna crítica conceitual que nossa pesquisa se propôs a, dentro dos limites de um trabalho de iniciação científica, preencher. Sem saber onde elas estão, quantas são, quantas pessoas vivem lá e como elas se organizam, fica impossível para o poder público e para a sociedade criar soluções efetivas. Os conceitos centrais que orientam esta investigação incluem: ocupações urbanas, déficit habitacional, políticas habitacionais, movimentos de moradia e direito à cidade. Um desafio central enfrentado foi a necessidade de iniciar o trabalho sem bases consolidadas prévias. Não foram identificados, na instituição ou em outras fontes locais, estudos sistemáticos, bancos de dados estruturados ou mapeamentos anteriores que pudessem servir como referência para nossa investigação. Esta carência de material de partida, somada às nossas limitações, impediu que a pesquisa alcançasse a abrangência e profundidade ideais inicialmente planejadas.

Apesar das limitações enfrentadas, este estudo representa uma contribuição pioneira ao apresentar o primeiro levantamento sistêmico das ocupações urbanas em Parintins, abrangendo o período de 2017 a 2024. Ao quebrar o ciclo de invisibilidade do fenômeno, a pesquisa fornece uma base inicial para futuras investigações e busca inserir o tema na agenda acadêmica local. O relatório, estruturado em cinco seções, detalha os objetivos da pesquisa, a metodologia empregada, os resultados do mapeamento e caracterização das ocupações,

além das considerações finais com as principais conclusões. Embora a elaboração de uma cartografia detalhada tenha sido inviável devido à falta de bases de dados consolidadas e à complexidade dinâmica do fenômeno, os quadros e mapas produzidos oferecem uma visão espacial preliminar essencial para compreender o problema. Este estudo visa não apenas à divulgação acadêmica, mas também à formulação de políticas públicas e ao empoderamento das comunidades, proporcionando visibilidade à sua luta e organização.

E é neste sentido que esta pesquisa tem como objetivo contribuir para preencher essa lacuna nos estudos dos conflitos urbanos por moradia na Amazônia, e em especial no município de Parintins, trazendo a discussão das ocupações urbanas e seus desdobramentos para a área de ciências sociais e serviço social. Assim, nossa pesquisa tem a intenção de mapear e caracterizar os movimentos de ocupação da cidade de Parintins, identificando áreas de formação de ocupações urbanas que estão em curso na cidade de Parintins, bem como traçar um perfil dos atores e formas de organização dessas organizações. Como resultado desse empreendimento de pesquisa, será elaborado um mapa de conflitos fundiários do município para divulgação acadêmica e para formulação de políticas pública na região. Nossa compreensão é de que o movimento de moradia é, como dissemos, um ator central da reforma urbana, no enfretamento do déficit habitacional dos centros urbanos da Amazônia e nas políticas habitacionais, demonstrando uma grande capacidade de mobilização, pressão e resistência.

No fim das contas, esta pesquisa é sobre entender a cidade real, permeada por antagonismos e contradições, uma cidade disputada onde os espaços não são neutros, são resultados de feixes de forças, relações de poder, interesses econômicos e luta de classes. O déficit habitacional revela-se como um termômetro das desigualdades que permeiam a sociedade brasileira e exige um olhar atento para as suas causas, bem como para as soluções integradas e

sustentáveis que podem ser adotadas a longo prazo.

A análise do direito à moradia é essencial para compreender a complexidade do déficit habitacional como expressão da questão social. A Constituição Federal de 1988 reconhece a moradia como um direito social garantido a todos os cidadãos. Entretanto, a realidade de muitas famílias demonstra que esse direito ainda está longe de ser plenamente assegurado. Nas cidades-pólo das microrregiões do Amazonas, o rápido inchaço populacional, combinado com a ausência de planejamento urbano e a mercantilização da moradia, intensificaram o surgimento de habitações informais e a precarização das condições de vida urbana.

Em cidades como Manaus e Parintins, o déficit habitacional revela uma complexa intersecção entre políticas públicas, crescimento urbano desordenado e a luta por direitos. Como sugere Cavalcante (2016):

Manaus além de apresentar esse número elevado de déficit habitacional, outro problema é a questão de moradias inadequadas, que é apontado como problema social que se configura a partir do “inchaço urbano” ressaltado nesse trabalho. Percebe-se com essa análise que nessa dinâmica o processo de desenvolvimento econômico que não acompanha as necessidades sociais da população, no que diz respeito aos acessos básicos inclusos, o direito à moradia (CALVACANTE 2016, p. 40).

Mastrodi e Zaccara (2016) destacam que políticas habitacionais no Brasil tem historicamente sido caracterizadas pela predominância do setor privado de grandes construtoras e conglomerados da construção civil que define aspectos fundamentais, como a escolha dos terrenos e a entrega dos imóveis, relegando o Estado a um papel secundário no processo. Mastrodi e Zaccara ainda ressaltam que embora programas atuais como o Minha Casa Minha Vida tenham ampliado o acesso ao financiamento habitacional, a produção de moradias voltadas para famílias com renda inferior a três salários mínimos é insuficiente, perpetuando o déficit habitacional entre as populações que mais dependem de políticas públicas para assegurar seu direito fundamental à moradia. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), embora tenha representado um esforço para mitigar

o déficit habitacional, enfrentou dificuldades relacionadas à localização e à qualidade das moradias, contribuindo pouco para o enfrentamento da segregação socioespacial nas cidades no Brasil.

O crescimento de favelas e ocupações informais é um indicativo da falha do Estado em garantir políticas que promovam o acesso à moradia digna, refletindo a incapacidade de enfrentar as necessidades habitacionais da população mais vulnerável. Esse cenário gera uma situação em que a luta pela moradia se torna uma questão de sobrevivência, em que famílias são forçadas a ocupar terrenos e construir suas próprias moradias em áreas de mais afastadas, como encostas e beiras de rios que são chamadas de palafitas. Essa realidade não só expõe essas populações a condições de vida insalubres, mas também as coloca em situações de vulnerabilidade frente a desastres naturais e à violência urbana, como destaca Assad (2006):

A forma desordenada de urbanização da cidade também traz prejuízos ao meio ambiente, como a moradia nas margens de igarapés, como é o caso do igarapé do 40, ou de destruição quase que total de áreas verdes, como é o caso de invasões como Jesus me Deu, Nova Vitória e outras. Mas esses danos causados ao meio ambiente são por total falta de oportunidade econômica, em decorrência do capitalismo crescente, que leva famílias inteiras a se submeterem a habitar locais impróprios para moradia causando riscos à própria vida e ao meio ambiente (ASSAD, 2006 p.12).

Movimentos de Moradia e ocupações urbanas em contexto Amazônico

Os movimentos sociais são conceituados como fenômenos sociopolíticos de conflito, identidade coletiva e construção de mudanças que têm desempenhado um papel crucial na luta por justiça e direitos sociais. Segundo Gohn (2011, p. 336), no enfrentamento do déficit habitacional, as lutas relacionadas à moradia envolvem não apenas a reivindicação por imóveis urbanos, mas também melhorias nas condições de infraestrutura urbana, como saneamento, transporte, urbanização e outros serviços públicos. Além disso, o déficit habitacional no Brasil é um reflexo de múltiplas dimensões, incluindo construções precárias, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel, fatores

que afetam milhões de pessoas (MOTTA, 2024),

Historicamente no Brasil, os movimentos sociais urbanos começaram a se organizar ainda durante o período da ditadura militar, durante a década de 1970, mobilizando-se em torno de lutas por moradia, regularização fundiária, saúde e saneamento básico e tendo o Estado brasileiro como seu principal opositor. Os movimentos de moradia, como todos os movimentos sociais do período, mergulharam em um contexto de forte repressão política e marcado por uma política urbana ligada ao incentivo a empreendimentos imobiliários ao gosto do sistema financeiro internacional e pela remoção compulsória e violenta de favelas e habitações periféricas com graves consequências sócio espaciais nas cidades (FERREIRA, 2012). Foi somente durante o processo de redemocratização, nos anos 1980, que os movimentos de moradia ampliaram seu campo de mobilização, articulando-se politicamente à outras organizações da sociedade civil como sindicatos, universidades e organizações não governamentais. Essas parcerias fortaleceram a luta pelo direito à moradia, que passou a ser integrada ao direito à cidade, culminando na formação de uma rede de reforma urbana articulada no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) (Ferreira, 2012). Mas nesse mesmo período, os historiadores destacam que o aumento no movimento migratório ao longo da década de 80, a especulação imobiliária, o desemprego, a inflação e a precarização das moradias urbanas transformam as cidades em um palco de grave conflitos sociais e exige dos movimentos de moradia uma redefinição de suas estratégias de mobilização (FERREIRA, 2012).

Para entender o campo de ação do movimento de moradia, Motta (2024) classifica os conflitos habitacionais em dois principais tipos: o primeiro relacionado ao direito de acesso à moradia e o segundo à permanência nas áreas ocupadas. No caso do acesso, os movimentos realizam atos de ocupações de terrenos ou prédios urbanos em desuso, além de estratégias de participação na construção de políticas habitacionais e urbanas, com participação

institucional, como conselhos e conferências, a fim de viabilizar habitações populares e melhorias nos equipamentos urbanos. As ocupações são um ato de enfrentamento não só no Amazonas, mas em todo o Brasil.

O ato da ocupação revela que o direito à moradia não está sendo garantido para muitas pessoas, o que as leva os movimentos a buscarem alternativas para ocupar espaços e, assim, pressionar o Estado e dando visibilidade às suas negligências na garantia do direito a uma cidade para todas as pessoas. O movimento, ao conquistar legitimidade junto à sociedade, viu o número de ocupações crescer de forma incontrolável, especialmente a partir de 1987.

Nesse contexto, as lideranças do movimento começaram a assumir papéis mais claros e organizados. A atuação foi além de auxiliar em ocupações, passando a planejá-las, mobilizar a população, definir estratégias de ação, lutar pelo direito à moradia e questionar a distribuição desigual da propriedade da terra e a especulação urbana. Esse avanço deveu-se tanto à influência dos partidos políticos de esquerda quanto a uma conjuntura política e social favorável ao fortalecimento de movimentos dessa natureza (SANTOS, 2001 p.222).

Já na luta pela permanência, destacam-se ações de regularização fundiária e resistências contra remoções forçadas, especialmente em favelas, loteamentos clandestinos e áreas ocupadas. Santos, (2001) analisa que a relação estabelecida entre o Estado e o movimento de moradia consistia predominantemente em repressão policial e por milícias particulares. O processo de remoção, frequentemente determinado pela justiça em favor do proprietário da terra, era o que prevalecia. A resistência ao despejo, inicialmente, era a única arma disponível para o movimento (SANTOS, 2001, p.221). Assim, o movimento de moradia se apresenta como uma força coletiva que não apenas reivindica o direito à habitação digna — ainda negado a milhões de brasileiros (CAVALCANTE, 2020) — mas atuando também como resistência às exclusões estruturais e promotor de inclusão e pertencimento social.

Cavalcante (2020) destaca que, além da insuficiência de moradias para a população de baixa renda, a ausência de políticas públicas eficazes contribui para a marginalização contínua desses grupos. O direito à moradia é frequentemente tratado como uma questão secundária, e as intervenções estatais, quando ocorrem, costumam ser limitadas ou ineficazes, agravando ainda mais a situação. A falta de uma abordagem inclusiva e proativa intensifica as desigualdades no acesso às condições habitacionais adequadas, reforçando a negligência em relação às demandas dessas populações, mesmo diante de suas necessidades urgentes.

Maricato (2001) também enfatiza que a escassez de moradia sempre foi uma realidade para as camadas de menor poder aquisitivo. Para esses grupos, a habitação era vista como um "sonho", já que o direito lhes era negado e suas reivindicações frequentemente distorcidas, sendo tratadas como queixas irrelevantes. Segundo a autora, o Estado apenas demonstrava preocupação em situações de grande calamidade, relegando a habitação a um problema secundário. O direito à moradia é uma garantia fundamental prevista pela Constituição Federal de 1988. Contudo, esse direito não tem sido assegurado para uma parcela significativa da população brasileira, particularmente em cidades do interior como Parintins. Nesse contexto, o ato da ocupação emerge como uma alternativa extrema para aqueles que se veem excluídos do acesso formal à habitação, revelando que o direito à moradia não está sendo garantido para muitas pessoas, o que as leva a buscar alternativas para ocupar espaços.

Do ponto de vista dos estudos da luta pela moradia na Amazônia, o movimento de moradia enfrenta desafios específicos, dado o contexto socioeconômico e cultural da região. Manaus, como uma das maiores metrópoles da Amazônia, é um exemplo da complexa dinâmica urbana que permeia a luta por moradia na região e lócus empírico das principais pesquisas sobre movimentos de moradia na Amazônia. Mas o fenômeno do inchamento das cidades, a partir de êxodo

rural, do consequente déficit habitacional, formação das ocupações urbanas e movimentos de moradia é recorrente em todos os espaços urbanos, inclusive no interior dos estados da região. O município de Parintins, como sede da microrregião do Baixo Amazonas, é um claro exemplo da “interiorização dos movimentos de moradia” na Amazônia.

No Amazonas, apesar de as ocupações urbanas serem amplamente discutidas nas áreas de História e Geografia, elas são pouco abordadas no campo das ciências sociais da região. Isso gera uma lacuna no entendimento sobre as implicações sociais desse fenômeno considerando a complexidade da questão urbana nas cidades da Amazônia.

A atuação dos movimentos de moradia no Amazonas é fundamental na luta por direitos habitacionais, estruturando-se a partir da solidariedade e no enfrentamento do déficit habitacional e suas consequências. Esses movimentos têm mobilizado a população para reivindicar políticas mais inclusivas e pressionar por abordagens que priorizem a dignidade humana e o direito à cidade. De acordo com Santos (2001), essa luta foi desenvolvida em diálogo com entidades da sociedade civil e do campo político progressista, mas enfrentou desafios, como o impacto da institucionalização e a inversão da perspectiva de luta por direitos.

Lima (2020) destaca que o direito à moradia não deve ser entendido de forma restrita, como apenas um abrigo com um teto sobre a cabeça, mas como o direito de viver com segurança, dignidade, paz e acesso a uma infraestrutura urbana completa. Isso inclui a disponibilidade de serviços essenciais como água potável, energia elétrica, saneamento básico, armazenamento de alimentos, gestão de resíduos, drenagem ambiental e serviços de emergência. Além disso, a moradia deve estar integrada ao planejamento urbano, garantindo conforto, saúde e acesso sustentável aos recursos naturais. Para Lima, é imprescindível que as políticas habitacionais estejam articuladas com a política urbana da cidade. O direito à moradia está vinculado ao conceito de direito à cidade, e

uma política habitacional eficiente deve incluir medidas fundiário-urbanísticas que enfrentem os altos preços da terra (LIMA, 2020). Instrumentos como o parcelamento ou edificação compulsórios e o IPTU progressivo no tempo podem ser aplicados para democratizar o acesso à terra urbanizada e bem localizada, combatendo a ociosidade de imóveis e promovendo a função social da propriedade.

Lima (2020) ainda enfatiza que o poder público deve considerar a diversidade das necessidades habitacionais ao formular políticas. Não se pode focar exclusivamente na propriedade privada como solução única. Se faz necessário promover diferentes modalidades de moradia que contemplem variadas faixas de preços, localizações e qualidades, de acordo com o perfil socioeconômico de cada família. Por fim, o autor ressalta que o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), predominante durante a segunda década do século XXI, não foi acompanhado por uma política urbana capaz de democratizar o acesso à terra, resultando no aprofundamento das desigualdades socioespaciais ao priorizar a propriedade privada como solução central para a moradia.

Para enfrentar de maneira profunda a questão do déficit habitacional, é imprescindível que as políticas públicas habitacionais sejam repensadas e reestruturadas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e participativa. Somente assim será possível garantir o direito à moradia como um direito fundamental, contribuindo para a construção de cidades mais justas e equitativas, onde todos possam usufruir de uma vida digna. E os movimentos de moradia são protagonistas nesse processo como veremos na seção que se segue.

Objetivos (geral e específicos)

- ✓ **Geral:** Mapear e caracterizar as ocupações urbanas do município de Parintins nos últimos 5(cinco) anos, identificando padrões de mobilização, conflitos entre atores envolvidos e dinâmicas de organização autogestionária

Específicos:

- Mapear e sistematizar a bibliografia sobre movimento de moradia no Brasil e seus desdobramentos na realidade amazônica;
- Elaborar modelo de análise e mapeamento a partir dos conceitos de “movimento de moradia”, “ocupações urbanas”, “conflitos urbanos”, “direito à cidade” e “regularização fundiária”;
- Empreender levantamento de dados secundários oficiais acerca dos histórico, abrangência e tramite jurídico das ocupações no Município;
- Sistematizar a caracterização de atores, formas de ação e organização coletiva das ocupações;
- Elaborar uma “cartografia das ocupações urbanas de Parintins (2019-2024)” para apresentação de relatório final;

Metodologia

Os elementos metodológicos que alicerçam a pesquisa estão organizados em três momentos, a saber:

- 1) Revisão bibliográfica a partir do mapeamento e sistematização da bibliografia sobre movimento de moradia no Brasil e seus desdobramentos na realidade amazônica, dos conceitos de “movimento de moradia”, “ocupações urbanas”, “conflitos urbanos”, “direito à cidade” e “regularização fundiária”.
- 2) Coleta e montagem de banco de dados a partir de pesquisa documental sobre regularização e conflitos fundiários urbanos na cidade de Parintins: para isso, elegeu-se um procedimento operacional do tipo quali-quantitativo, tendo em dados secundários as principais fontes de informação, materializadas por documentos históricos, oficiais, dados estatísticos e observação direta;
- 3) Sistematização e elaboração do Mapeamento (Cartografia Política das ocupações em Parintins) a partir da convergência de variáveis, a opção foi a

de adotar uma sistematização simples que fornecesse dados diretos e claros para compor um panorama dos conflitos fundiários no município. Entendendo ser a construção do panorama de conflitos fundiários urbanos um processo progressivo de articulação de redes e coleta de dados, que parte de um alinhamento metodológico que permita a leitura em escala nacional do quadro dos conflitos fundiários no Brasil, na perspectiva de avançar no seu monitoramento.

Para construir um panorama atualizado das ocupações urbanas em Parintins esta pesquisa adotou uma metodologia flexível, predominantemente qualitativa com componentes quantitativos, seguindo uma estratégia exploratória e descritiva. A pesquisa documental constituiu a espinha dorsal do processo de identificação e caracterização inicial. Diante da ausência de um banco de dados públicos unificados e confiáveis, o documento interno Informativo sobre as Ocupações 2017-2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH, 2025) tornou-se a fonte primária de dados quantitativos, fornecendo informações cruciais sobre localização, número de famílias cadastradas e status de regularização fundiária. Buscou-se também a validação e triangulação dessas informações através de múltiplas fontes e técnicas, incluindo:

1. Análise de registros jornalísticos de veículos locais (cruciais para precisar a cronologia das ocupações);
2. Consulta a documentos oficiais, atlas urbanos e bases cartográficas históricas;
3. Trabalho de campo com observação direta.

O componente de observação direta foi implementado através de visitas de campo realizadas entre junho e agosto de 2024. As ocupações Lago Verde e Nossa Senhora das Graças (Recanto da Paz) foram selecionadas para um estudo piloto, onde se utilizou a técnica de observação não participante, sistemática e focada nas características físicas e dinâmicas sociais das áreas.

Resultados/Discussão

As ocupações urbanas de Parintins

Os movimentos sociais em Parintins enfrentaram ao longo do tempo uma série de desafios estruturais e socioeconômicos, que demandaram estratégias criativas e articuladas para superar as adversidades do contexto urbano e rural da cidade. Como nos apontam Medeiros e Barbosa, “ao longo dos anos, o movimento de luta por moradia em Parintins teve que lidar com diferentes contextos políticos e sociais, bem como diferentes governos” (MEDEIROS e BARBOSA, 2021, p.13).

A luta pela moradia é um exemplo emblemático de mobilização popular no contexto dos grandes conflitos urbanos. Na região do Baixo Amazonas, em especial no município de Parintins, os movimentos sociais também atuam em outras frentes, como a busca por melhores condições de trabalho, infraestrutura urbana e a garantia de direitos básicos para as populações mais vulneráveis.

No caso específico do movimento de moradia, a formação das ocupações urbanas surge como o principal meio de expansão urbana na região amazônica num contexto de forte êxodo rural, inchamento dos centros urbanos e da mais completa ausência de políticas habitacionais (GONÇALVES, 2023). Cidades como Parintins cresceram comprovadamente a partir dos movimentos de ocupação de imóveis e conflitos com o poder público e os proprietários de imóveis do município. Boa parte dos bairros da cidade de Parintins nasce da luta por moradia e ocupação forçada, sob graves ameaças de reintegração de posse e violências das mais diversas. As ocupações de terra em Parintins, especialmente na área da antiga Fazenda Itaúna, são um exemplo claro de como os movimentos sociais enfrentam a falta de moradia. Desde os anos 1990, essas ocupações se tornaram um ponto focal da luta pela regularização fundiária na cidade, como destaca Gonçalves, 2023:

Ocupar tem sido uma das formas de acesso à moradia na cidade de

Parintins, tal prática é identificada desde as décadas de 1990 e 2000 com a formação de quatro ocupações urbanas que posteriormente deram origem aos bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro da União (GONÇALVES, 2023, p.322, destaques nossos).

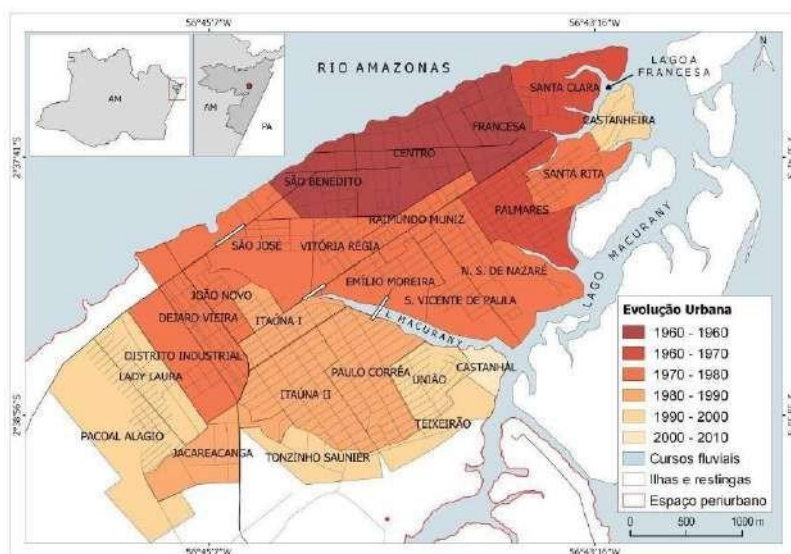
No início, os moradores das ocupações enfrentaram resistência tanto do poder público quanto de proprietários de terra, como o caso importante da disputa pela Fazenda Itaúna em Parintins. Através de organização política, manifestações públicas e negociações mediadas pelas lideranças dos movimentos, o poder público tem se visto pressionado a garantir distribuição de lotes de terra, estabelecendo as famílias na área (GONÇALVES, 2023, p.323). Nesse processo os desafios de garantir a documentação formal dessas terras, bem como a oferta de serviços públicos básicos como água, energia elétrica e saneamento básico tem exigido uma alta capacidade de organização e autogestão das ocupações urbanas:

Nos seus primeiros anos, os bairros sofriam com a falta de infraestruturas básicas, no entanto, foi a partir dos anos 2000 que os programas de intervenção estatal, modificaram essa realidade como instalação de água encanada, luz elétrica, asfaltamento das ruas e criação de postos de saúde e escolas (MARINHO e SCHOR, 2009 apud GONÇALVES, 2023 p.324).

Mapeamento das ocupações urbanas em Parintins

O Mapa 1 (BARTOLI e PINHEIRO) apresentou uma visão geral de Parintins, identificando 25 bairros, incluindo áreas ainda não regularizadas, destacando o aumento das ocupações. Mapas digitais mostram apenas bairros regularizados, dificultando a localização completa e evidenciando a invisibilidade e exclusão de muitas comunidades do acesso a políticas públicas.

Mapa 1 - Bairros e loteamentos do Município de Parintins



Fonte: Estevan Bartoli e Heitor Pinheiro

Em Parintins, os processos morosos de regularização fundiária tem sido uma preocupação constante, especialmente em áreas com ocupações consolidadas há muitos anos. A média para regularização das ocupações no município, como é o caso da Ocupação Pascoal Alágio, tem sido aproximadamente de oito anos para a conclusão do processo, entre ameaças e operações de reintegração de posse.

Em agosto de 2024, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas articulou com órgãos competentes para avançar na entrega de títulos definitivos aos moradores dessa área (PANTOJA,2024). A lentidão torna muitos bairros 'invisíveis' nos mapas digitais, com algumas áreas até parcialmente representadas, mas sem nomeação oficial. Apesar disso, essas localidades ainda podem ser encontradas no Mapa 1, onde sua presença e importância como parte integrante do município ficam evidentes. Essa discrepância evidencia o impacto da falta de regularização na representatividade territorial e no reconhecimento das populações que habitam essas áreas.

Recentemente, algumas iniciativas têm buscado acelerar esse processo em Parintins que foram fundamentais e havendo uma grande conquista para a população. Em maio de 2024, a Secretaria das Cidades e Territórios (SECT) anunciou a emissão de aproximadamente 120 títulos definitivos para famílias

de áreas urbanas e rurais (SECRETARIA DAS CIDADES E TERRITÓRIOS, 2024). Já em março de 2023, o governador Wilson Lima assinou a desapropriação de uma área no bairro Paschoal Allágio, beneficiando mais de quatro mil famílias residentes no local desde 2016, como parte de um esforço para implementar saneamento básico e infraestrutura na região (SEGUNDO A SEGUNDO, 2023).

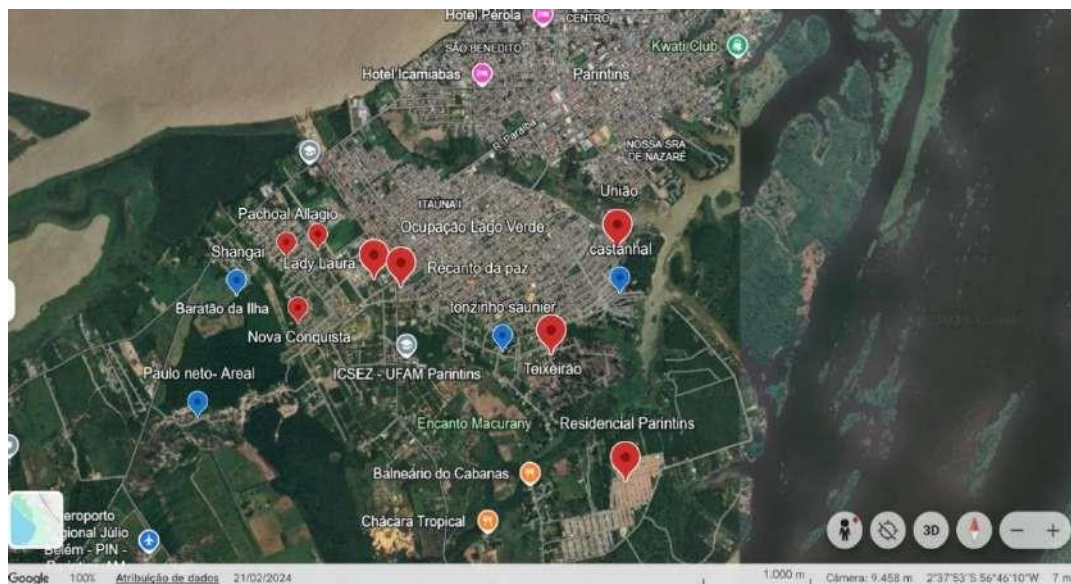
A Defensoria Pública do Estado do Amazonas também desempenha um papel importante nesse cenário. Em agosto de 2024, a instituição articulou a conclusão da regularização fundiária no Paschoal Alággio, visando garantir que todas as famílias da área recebam seus títulos definitivos devidamente registrados (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2024). Essas ações são cruciais para assegurar o direito à moradia e promover o desenvolvimento local. No entanto, a continuidade dessas iniciativas é essencial para reduzir a exclusão e integrar plenamente todas as áreas de Parintins ao planejamento urbano oficial.

A ausência de regularização fundiária não apenas dificulta o reconhecimento oficial desses bairros, mas também afeta diretamente as condições de vida, o acesso a serviços públicos e a identidade das populações que ali vivem. Assim, a regularização fundiária deve ser vista como um caminho para fortalecer a representatividade, promover justiça social e consolidar a integração territorial no município.

Como primeiro passo para o mapeamento e caracterização das ocupações no município, localizamos nos mapas abaixo as oito ocupações urbanas que serão objetos de nossa pesquisa. Ressaltamos que essa localização foi feita manualmente nos aplicativos de GPS, tendo em vista a falta de trabalhos acadêmicos e documentos oficiais do poder público que pudessem nos fornecer essas informações. A saber:

Mapa 2 - Bairros e Ocupações em Parintins

(Os pontos vermelhos e azuis mostram as ocupações irregulares ou em regularização, detalhadas no quadro abaixo.



Fonte: Google Earth, 2025.

As mais recentes ocupações Lago Verde e Nossa Senhora das Graças, surgidas em 2023 em Parintins, refletem os desafios urbanos e sociais significativos na região. A cidade, conhecida por seu famoso festival folclórico, enfrenta problemas relacionados à urbanização desordenada e à falta de infraestrutura adequada, especialmente em áreas resultantes de ocupações informais. Estudos sobre ocupações anteriores em Parintins, como as de Castanhal e Nova Conquista, indicam que a expansão urbana sem planejamento adequado resulta em moradias precárias, muitas vezes construídas em áreas alagadiças ou ambientalmente sensíveis. Essas áreas carecem de serviços básicos, como saneamento e drenagem, agravando as condições de vida dos moradores.

Na ocupação Nossa Senhora das Graças, os moradores enfrentaram resistência durante o processo de assentamento, incluindo várias tentativas de remoção. A trajetória de nomeação dessa ocupação é reveladora de seu processo de formação identitária. Inicialmente, em 2023, a comunidade não havia consolidado um nome para si, um indício de sua recente formação. Em um segundo momento, em 2024, os moradores passaram a se referir ao local como

"Ocupação Nossa Senhora das Graças", demonstrando a emergência de uma identidade coletiva. No entanto, a consulta aos registros da SEMASTH expôs uma nomenclatura paralela, "Recanto da Paz", utilizada pela administração municipal. Esta dualidade de nomes ilustra a complexa dinâmica de reconhecimento entre a comunidade e o Estado. Ressalta-se, por fim, que a pesquisa de campo não foi reiterada para verificar uma possível nova mudança ou a consolidação de uma das nomenclaturas, ficando este registro limitado àquele momento específico da interação.

No entanto, a comunidade se mobilizou, promovendo a limpeza da área e a divisão provisória de lotes. A menor incidência de problemas relacionados ao lixo pode ser atribuída a essa mobilização e aos esforços de organização interna. Contudo, a questão do esgoto, especialmente em frente a algumas casas, e o mau cheiro persistente na área – que já existia antes da ocupação – continuam sendo um risco de contaminação para os moradores.

A Ocupação Lago Verde, segundo relatos de moradores em pesquisa de campo, ocorreu em uma área anteriormente coberta por vegetação nativa. Com o desmatamento para a instalação das moradias, o lago diminuiu sendo o morador, tem menos água. Além disso, o aumento do descarte inadequado de resíduos sólidos intensificou a poluição local, afetando a qualidade de vida dos residentes.

Figura 1 - Moradia da ocupação Nossa Senhora das Graças



Fonte: autora (2024)



Fonte: repórter Parintins (2022)



Fonte: repórter Parintins (2022)

Ambas as ocupações enfrentam problemas com a irregularidade no fornecimento de energia elétrica e água. As construções foram feitas de forma improvisada, utilizando varas. Essa situação expõe a fragilidade das condições de vida e a necessidade urgente de políticas públicas que garantam serviços essenciais e seguros à população.

Os dados da SEMASTH (2025) revelam um panorama robusto e inédito do fenômeno das ocupações em Parintins. Conforme demonstrado na Tabela 1, entre 2017 e 2025, a Prefeitura cadastrou 2.816 famílias residentes em 15 áreas ocupadas identificadas, oferecendo a primeira visão sistêmica da escala do problema habitacional no município. O quadro abaixo apresenta os nomes dessas ocupações e suas respectivas localizações, destacando que a maioria está situada em áreas periféricas e afastadas do centro da cidade. Esse padrão reforça a relação entre as ocupações e a exclusão socioespacial, evidenciando desafios como acesso a infraestrutura e serviços básicos. Além disso, o mapa 02 foi incluído para auxiliar na análise territorial e direcionar o nosso trabalho de caracterização.

Tabela 1: Ocupações urbanas mapeadas e famílias cadastradas pela SEMASTH (2017-2025)

Ano	Denominação Área	Quantitativo Famílias	Status	Localização
2017	Área Conquista - Pascoal Alágio	15	Regularizado	Localização oeste do município, faz divisa com Pascoal Alágio e Idy Laura
2017	Pascoal Alágio	15	Regularizado	Localizado à entrada do Bairro Pascoal Alágio
2017	Pascoal Alágio - Idy Laura	15	-	Localizado ao bairro Pascoal Alágio
2017	Idy Laura	15	Regularizados	Localizado ao bairro Pascoal Alágio, nas proximidades da JEA e da lixeira
2017	Parintins	15	Regularizados	Localizado no sul da cidade, nas proximidades do Bairro da União
2017	Área Caixa d'Água	15	-	Localização posterior ao Bairro da União, Itaúna Paulo Corrêa
2017	Área da União	15	-	Localização posterior ao Bairro da União, Itaúna Paulo Corrêa
2017	Área do Município	15	-	-
2025	Residencial Parintins	15	Ocupação	-

3	nde Vitória ina II	-		ião posterior a ros União, Itaúna Paulo Corrêa
3	kada menguista ão	-		ião posterior a ros União, Itaúna Paulo Corrêa
3	areacanga / Lago de		pação	Atuana, próximo a pe de Cabos e Soldado Polícia Militar
3	anto da Paz/ sa Senhora das Graças		pação	ximo ao LUX Motel
5	zinho Saunier		ularizado	
5	lo Neto - Areal		pação	
5	ngai		pação	alizado ao lado do ro Tonzinho Saunier

Fonte: SEMASTH/Parintins, 2025

Nesta fase da pesquisa, o objetivo é organizar e sistematizar essas informações, enquanto a caracterização detalhada das ocupações, considerando aspectos sociais, econômicos e estruturais, será realizada nas próximas etapas do estudo.

Caracterização das ocupações: resultados preliminares

Nossa caracterização se estruturou em dois eixos analíticos complementares para capturar a multidimensionalidade do fenômeno. O primeiro eixo dedicou-se à construção de um perfil socioeconômico detalhado, abrangendo variáveis como composição familiar, faixa etária, naturalidade, escolaridade, situação de emprego e renda, acesso a programas de transferência de renda, condições de moradia anterior e tipo de construção, o que permitiu identificar padrões de vulnerabilidade e traçar o perfil predominante do ocupante. O segundo eixo analisou a dimensão política, abordando organização coletiva, atuação das associações, estratégias de mobilização e resistência, relações com o poder

público, Igreja e imprensa, e participação em espaços de deliberação urbana, com foco em entender como os moradores se organizam politicamente para defender direitos e manter suas comunidades.

Além de organizar as famílias para enfrentar as dificuldades cotidianas, como a busca por água e eletricidade, as mulheres também desempenham um papel fundamental na resistência contra as ordens de reintegração de posse e despejo. Em muitas situações, elas lideraram ações de enfrentamento contra a repressão policial e de pressão sobre os poderes públicos para garantir o direito à moradia (MEDEIROS, BARBOSA, 2021 p.2). Além disso, as mulheres têm sido fundamentais para a mobilização comunitária, utilizando as rádios locais e outras formas de comunicação para mobilizar a população sobre as ocupações. (GONÇALVES, 2023. p.326).

A precariedade das moradias, a insegurança alimentar nas ocupações, o desemprego generalizado e a falta de acesso às políticas de saúde e educação caracterizam as ocupações e serão destacados também nas próximas etapas desta pesquisa. Como Barbosa e Medeiros (2021, p.3) apontam, muitos moradores dependem de trabalhos informais, como a limpeza de quintais, pequenas reformas e artesanato, ou estão empregados em serviços terceirizados em repartições públicas. O trabalho informal, embora uma forma de sobrevivência, não oferece garantias de direitos trabalhistas, enquanto os trabalhadores terceirizados enfrentam problemas como atrasos no pagamento, acidentes de trabalho e assédio moral. Neste sentido Lima ainda evidencia que: Os moradores das ocupações em Parintins estão particularmente expostos ao trabalho precário, e as mulheres enfrentam desafios ainda maiores, vivendo a realidade da informalidade e da terceirização. Além disso, lidam com a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade das famílias e, especialmente, das mulheres (LIMA, 2019, p. 2) A Igreja Católica tem sido um importante apoio para os movimentos sociais em Parintins, não apenas no fornecimento de assistência básica, como alimentos e

remédios, mas também no fortalecimento das redes de solidariedade. A igreja tem desempenhado um papel de articulação entre os movimentos e as autoridades locais, ajudando a legitimar as demandas da população e a proporcionar um espaço de diálogo (GONÇALVES, 2023 p.323). Além disso, ela tem sido fundamental na organização de eventos e ações comunitárias que buscam promover a justiça social e a inclusão de populações marginalizadas nas políticas públicas da cidade.

A infraestrutura urbana em Parintins continua a ser uma preocupação central. A cidade enfrenta problemas relacionados à precariedade nas ocupações, que frequentemente se tornam intransitáveis em épocas de chuva, e à falta de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, saneamento e transporte público eficiente.

Além da moradia e infraestrutura, os movimentos de moradia em Parintins também enfrentam o desafio de garantir a participação política da população nas decisões que afetam suas vidas. Muitas vezes, os moradores das ocupações são excluídos das discussões sobre o planejamento urbano e as políticas públicas, o que os coloca em uma posição de vulnerabilidade contínua. Para enfrentar essa exclusão, os movimentos têm buscado maior representação nas câmaras municipais e em outras instâncias de decisão política, reivindicando maior voz nas questões relacionadas ao urbanismo, ao meio ambiente e às políticas sociais. É neste sentido que Souza nos lembra que o Estatuto da Cidade nos capítulos I, II (seção XII), III e IV estabelece critérios para o parcelamento do solo; define padrões e normas de planejamento urbano; reconhece o município como unidade de planejamento do espaço e propulsor de gestão coletiva; estabelece critérios e a obrigatoriedade para a elaboração do Plano Diretor para os municípios com população acima de 20 mil habitantes; e inclui a obrigatoriedade de participação da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor Municipal (SOUZA, 2013 p.76). Esses exemplos ilustram a complexidade da luta dos movimentos sociais em Parintins, que enfrentam

desafios que vão desde a busca por moradia digna até questões estruturais de trabalho, infraestrutura e direitos civis. A mobilização continua sendo uma ferramenta essencial para enfrentar essas adversidades, e a colaboração entre a comunidade, os movimentos sociais e as instituições como a Igreja Católica e as autoridades locais tem sido crucial para avançar na conquista de melhores condições de vida para os habitantes da cidade.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é uma das principais políticas públicas voltadas para a habitação dos país, mas com impactos ainda pouco expressivos na nossa região. Como discutido por (Menezes, 2014 p.11-12), a implementação do programa enfrenta barreiras significativas, como a burocracia e a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo. O programa Minha Casa Minha Vida busca reduzir o déficit habitacional no Brasil, proporcionando moradias dignas para famílias de baixa renda. O nome oficial do programa remete a uma forte carga publicitária, com a ideia de aquisição da “casa própria” como um objetivo de vida. Essa aquisição se torna, assim, acessível a parcelas da população de baixa renda, dando concretude a um sonho de muitos brasileiros. (MENEZES, 2014 p.2 Apesar das críticas e limitações identificadas, é importante destacar que o cadastro para o programa Minha Casa Minha Vida ainda ocorre no município como a única alternativa formal de acesso à moradia. Conforme informações prestadas pelo Secretário Municipal de Projetos e Convênios durante a pesquisa, o processo se mostra burocrático, lento e insuficiente para atender à demanda existente. O secretário confirmou que a prefeitura regularmente envia projetos ao governo federal, porém estes frequentemente não são aprovados devido a exigências técnicas e à falta de adequação aos critérios estabelecidos pelas instâncias federais. Esta situação revela uma desconexão entre as necessidades locais urgentes e os requisitos dos programas nacionais. Além disso, é crucial ressaltar que atualmente não existem projetos ou iniciativas concretas por parte do poder público municipal para viabilizar efetivamente a construção de novas unidades habitacionais,

mantendo o programa como uma política distante da realidade vivenciada pelas famílias em situação de ocupação.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico consolidado das ocupações Shangai, Areal (Paulo Neto) e Tonzinho Saunier

Indicador	Shangai	Areal (Paulo Neto)	Tonzinho Saunier	Média consolidada
Idade Média (18-29 anos)	%	%	%	%
Estado Civil (Solteiros)	%	%	%	%
Escolaridade (Médio Compl.)	%	%	%	%
Ocupação (Autônomos)	%	%	%	%
Ocupação (Desempregados)	%	%	%	%
Renda (<1 SM)	%	[D]	%	%
Radiação (Cedida)	%	%	%	%
Benef. Bolsa Família	%	%	%	%
Deficiência Feminina	%	%	%	%

Fonte: SEMASTH/Parintins, 2025

A partir da ação judicial (Processo nº 0001804-80459.2025.8.04.6300) que demandou do município um diagnóstico das famílias em áreas de ocupação irregular, a SEMASTH realizou, em março de 2025, um cadastro socioeconômico das três ocupações mais recentes: Shangai, Areal (Paulo Neto) e Tonzinho Saunier (SEMASTH, 2025b). Apesar da baixa adesão inicial - apenas 282 cadastros efetivados de um universo estimado muito maior -, os dados coletados oferecem um retrato preliminar inédito e crucial do perfil dos ocupantes, permitindo uma primeira análise das condições de vulnerabilidade que motivam a luta por moradia.

A consolidação dos dados, apresentada na Tabela 2, revela um perfil homogêneo e alarmante entre as três áreas, sugerindo que se trata de um

fenômeno social estrutural e não de casos isolados. A análise da Tabela 2 permite traçar o seguinte perfil predominante do ocupante em Parintins:

- Faixa etária e naturalidade: O ocupante típico é um jovem parintinense (56% entre 18-29 anos), majoritariamente solteiro (51%), com um nível educacional relativamente alto para o contexto de vulnerabilidade (53% com ensino médio completo).
- Condições socioeconômicas: a esmagadora maioria sobrevive de trabalhos autônomos informais (57%) ou está desempregada (35%), com renda familiar abaixo de um salário mínimo (67%). A dependência de programas de transferência de renda é massiva (69% são beneficiários do Bolsa Família).
- Insegurança Habitacional e chefia feminina: Não possui moradia própria, vivendo de favor em habitações cedidas (52%) ou alugadas, configurando um cenário de insegurança habitacional absoluta que motiva a busca por um lote próprio. É notável e crucial o altíssimo percentual de chefia feminina (66%), confirmando o protagonismo das mulheres não apenas na organização comunitária, mas também no sustento dessas famílias.

Estes dados preliminares pintam um quadro claro: as ocupações não são compostas por migrantes ou pessoas com baixa escolaridade, mas sim por jovens locais, com certo capital educacional, porém completamente excluídos do mercado formal de trabalho e do acesso à moradia digna pela via do mercado. A ocupação surge, portanto, como a única alternativa concreta para que essa parcela da população realize o direito constitucional à moradia.

A disponibilidade de dados socioeconômicos detalhados para as ocupações de 2017 (SEMASTH, 2017) permite uma análise comparativa crucial com o perfil das ocupações de 2025, revelando a persistência e a profundidade do problema habitacional em Parintins. A consolidação dos dados de 2017 (Tabela 3) e sua comparação com os de 2025 (Tabela 2) evidenciam que as motivações e o perfil dos ocupantes permanecem estruturalmente os mesmos, indicando a incapacidade das políticas públicas em reverter o ciclo de vulnerabilidade e

Tabela 3: Perfil socioeconômico consolidado das ocupações de 2017 (SAAE, Orla União, Castanhal, P. Alágio, Lady Laura)

Indicador	2017	2025	Variação / Tendência
Dependência (Parintins)	72%	90%	Aumento (18%)
Casado Civil (União/Solteiros)	4%	1%	Estável
Graduação Anterior (Desempregada/Alugada)	0%	0%	Estável
Ocupação Autônomos/Desempregados	89%	92%	Estável (+3%)
Renda (<1 SM)	4%	0%	Estável (Alta)
Benef. Bolsa Família	2%	0%	Estável (Alta)
Violência Feminina	[D]	0%	Novo Dado

Fonte: SEMASTH/Parintins, 2025

A comparação entre os dados aponta para as seguintes conclusões:

- O significativo aumento de 18% na naturalidade parintinense (de ~72% para 90%) sugere que o problema deixou de ser majoritariamente alimentado por fluxos migratórios do interior ou de outros estados e passou a ser gerado internamente pela própria dinâmica excludente da cidade de Parintins. A incapacidade da economia local em absorver os jovens e a falta de políticas habitacionais criam uma "geração perdida" de parintinenses sem acesso à moradia.
- Os indicadores de precariedade econômica permanecem alarmantemente estáveis e altos ao longo de 8 anos. A esmagadora maioria dos ocupantes continua dependendo de trabalhos autônomos informais ou está desempregada (~89% em 2017 vs. 92% em 2025), com renda abaixo de um salário mínimo e alta dependência do Bolsa Família. Embora não capturado

diretamente pelos dados, é possível inferir que a insegurança alimentar seja uma realidade grave e constante nestas comunidades, dado o desafio quase impossível de garantir alimentação adequada e nutritiva com rendas abaixo de um salário mínimo. A combinação entre desemprego, informalidade e valores insuficientes do Bolsa Família cria um cenário de vulnerabilidade alimentar extrema, onde as famílias precisam fazer escolhas difíceis entre alimentação, moradia e outras necessidades básicas. Isso demonstra a estagnação econômica e a inércia das políticas de geração de renda no município.

Insegurança habitacional: O dado de 2017 é ainda mais revelador: cerca de 90% dos ocupantes moravam anteriormente de favor (cedido) ou em casas alugadas. Isso confirma que a ocupação não é a primeira opção, mas a única saída para famílias que já viviam em situação de insegurança habitacional extrema, sem condições de entrar ou se manter no mercado formal de terras e imóveis.

➤ **Protagonismo feminino:** O dado sobre chefia feminina, ausente no relatório de 2017 mas marcante em 2025 (66%), sugere uma face de gênero crucial na crise. São as mulheres, muitas vezes jovens e com filhos, que estão na linha de frente da luta por um teto, gerenciando a dupla jornada de provedora do lar e militante pelo direito à moradia. Conclui-se que o perfil do ocupante em Parintins é o de um jovem local, economicamente vulnerável e socialmente excluído. A comparação temporal 2017-2025 não mostra evolução, mas sim a cristalização de uma rota de exclusão onde a ocupação se tornou a única alternativa perpetuada para uma parcela significativa da população. As políticas públicas existentes mostram-se, portanto, insuficientes para frear essa dinâmica e oferecer soluções efetivas e dignas.

Perfil de atuação política das ocupações

A coleta de dados sobre o perfil político das ocupações foi feita por meio de diferentes estratégias metodológicas, como participação em audiência pública,

análise de produções acadêmicas locais e pesquisa documental. A audiência pública, realizada em 26 de abril de 2025, no Auditório Dom Arcângelo Cerqua, presidida pelo juiz Dr. Nilo da Rocha Marinho, foi a principal fonte de informações, permitindo captar in loco discursos, contradições e relações de poder entre moradores, movimentos sociais e representantes do Estado. O encontro expôs uma crise humanitária, a ineficiência do poder público e a urgência de soluções integradas para habitação e meio ambiente. Reunindo judiciário, ministério público, secretarias municipais e comunidade, o magistrado mediou o debate e reforçou que o objetivo não era criminalizar, mas buscar “soluções integradas e sustentáveis” para um problema que envolve direito à moradia, preservação ambiental, ordenamento urbano e saúde pública.

A primeira manifestação serviu para expor a realidade vivida por famílias em extrema vulnerabilidade. A oradora, uma cidadã, iniciou atribuindo sua presença à luta por moradia digna, declarando: *"O que me trouxe aqui foi a causa das famílias carentes da minha cidade, que ainda não têm moradia digna"* (Audiência Pública Ocupações, 2025). Sua fala centralizou-se na crítica severa ao processo de cadastro habitacional, apresentado como um símbolo da ineficiência e do descompromisso do poder público.

Ela relatou a experiência de acompanhar uma gestante, onde a única resposta obtida foi a de que "vamos apenas pegar os dados", uma frase que sintetiza, em sua percepção, a falta de garantias e a esperança negada às famílias que buscam auxílio oficial. Para além da crítica, a cidadã defendeu as ocupações como ações de necessidade, afirmando que a comunidade *"transformamos uma área abandonada num espaço digno"*, e contestou veementemente a criminalização dessas ações. Sua fala concluiu com um apelo por efetividade, ecoando o sentimento de que "as pessoas estão cansadas de esperar por respostas que nunca chegam".

A fala mais contundente partiu de um representante da sociedade civil

organizada, que traduziu números e leis em dor e luta cotidianas. Ele denunciou a criminalização da pobreza e a omissão do poder público: *"Enquanto não há ação pública efetiva, o povo continua sofrendo. Infelizmente, as pessoas em situação de ocupação acabam sendo criminalizadas por um ato que é, antes de tudo, um protesto legítimo. Um grito: 'Precisamos de atenção. Façam algo. Cumpram a Constituição'"* (Audiência Pública Ocupações, 2025). Ele argumentou, com base no artigo 6º da Constituição, que o município tem o dever de identificar e desapropriar propriedades abandonadas para destinação à habitação pública, uma função que não vem sendo cumprida, forçando a população a buscar alternativas à margem da lei por pura necessidade extrema. Um segundo relato, dirigido ao Ministério Público e à Prefeitura, apresentou uma agenda urgente para Parintins baseada em três pilares: ordenamento jurídico da cidade, função social da terra e da moradia, e políticas públicas alinhadas à realidade. O professor aposentado criticou a visão simplista da propriedade "Só ter uma escritura não resolve — é preciso que o uso dessa terra cumpra um papel social", destacando milhares de jovens desempregados e terrenos vazios, e alertou para a "crescente desordem urbana" causada pela falta de atualização dos planos diretores e decisões sem dados reais. Prevê crescimento caótico da cidade, podendo atingir 200 mil habitantes em 10 ou 20 anos. Finalizou defendendo um "marco regulatório urbano", diálogo entre poderes e respeito aos territórios consolidados, lembrando que "não se trata apenas de ocupações. Trata-se de famílias, de vidas humanas... Elas são parte da solução".

Um terceiro depoimento defendeu que "trabalhar por um pedaço de terra não é crime, é um direito legítimo", citando um caso de vulnerabilidade para ilustrar a realidade de muitas famílias. Reconheceu os direitos dos proprietários, mas reforçou que o Estado "pode e deve atuar com instrumentos como a desapropriação". Concluiu que enfrentar a "irregularidade fundiária de forma séria" e "investir em moradia digna" é também investir em paz social e

cidadania.

A Secretaria Municipal de Projetos afirmou que "a prefeitura em nenhum momento negou ou ignorou o problema habitacional da cidade", ressaltando limitações legais e técnicas e atribuindo a lentidão às exigências federais, como a necessidade de equipamentos públicos no entorno das novas construções. Para demonstrar ações, citou o "envio de projetos ao Governo Federal e articulação com outras esferas de poder" e a "solicitação de recursos para a construção de mais 500 unidades habitacionais", reafirmando o compromisso com "transparência e diálogo". Outra representante da Secretaria reforçou a seriedade do cadastro habitacional ("sim, esse processo existe, e é sério") e destacou a complexidade de casos específicos, como o Residencial Parintins, alegando que a "responsabilidade foi da Superintendência da Caixa, que solicitou que os imóveis fossem entregues a essas pessoas, sem que o município pudesse intervir diretamente", transferindo ao ente federal a responsabilidade pelo fracasso do programa. Sua argumentação foi marcada por um tom de exasperação frente às críticas. Ela defendeu a atuação passada da pasta, declarando: "Já fizemos sim nosso trabalho!" e listando territórios adquiridos e organizados pelo município. Para ela, o grande obstáculo são os agentes oportunistas, culminando em uma afirmação moral perante as autoridades: "Quero deixar claro, diante de todos e das autoridades aqui presentes, que o que é certo é certo, e o que é errado é errado". Sua fala final reafirmou um compromisso de lutar por recursos, mas também deixou claro que "A responsabilidade da habitação não é apenas da assistência social", distribuindo a culpa pelos anos de inércia.

Os discursos, proferidos por uma cidadã e por representantes da administração municipal, revelam uma clara dicotomia entre a percepção da população, marcada pela urgência e frustração, e a resposta institucional, que alega atuar dentro de limites jurídicos e orçamentários.

Os relatos evidenciam um profundo abismo entre a percepção da população e a

autodefesa da gestão municipal. De um lado, a vivência do cidadão é resumida na frase "apenas pegar os dados", que representa a burocracia vazia e a falta de esperança. Do outro, a administração pública justifica-se com "limites jurídicos e orçamentários" e "portarias federais", apresentando-se como vítima de um sistema complexo e de terceiros. A audiência cumpriu seu papel de trazer ambos os lados à tona, porém, a resolução efetiva do problema da moradia em Parintins permanece como um desafio colossal, com a confiança da população ainda por ser restaurada.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou mapear e caracterizar as ocupações urbanas em Parintins, revelando a complexidade deste fenômeno que emerge da combinação entre intenso êxodo rural, políticas habitacionais insuficientes e precariedade econômica estrutural. Os resultados demonstram que as ocupações representam a principal estratégia de acesso à moradia para a população de baixa renda no município, constituindo-se não apenas como alternativa habitacional, mas como forma de protesto político e reivindicação pelo direito à cidade.

A análise dos dados permitiu identificar padrões críticos que delineiam a dinâmica fundiária local:

1. Ciclos de ocupação: o ano de 2017 emerge como um período de intensa eclosão de conflitos fundiários, com o cadastro de 1.873 famílias em 8 áreas distintas. Um segundo ciclo significativo inicia-se em 2019/2020 com o Residencial Parintins (763 famílias) e intensifica-se a partir de 2023, indicando uma recrudescência contínua da pressão por moradia, possivelmente agravada pelos impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19.

2. Morosidade na regularização e criminalização do movimento de moradia no município: apesar de terem origem no mesmo ano (2017), o status de regularização varia drasticamente. Apenas três áreas estão totalmente regularizadas e uma parcialmente (Castanhal), enquanto a maioria permanece

em situação irregular, o que evidencia a lentidão e as dificuldades intrínsecas aos processos de regularização fundiária no município.

3. Perfil das ocupações recentes: as ocupações pós-2020 tendem a ser numericamente menores (entre 31 e 238 famílias) se comparadas aos grandes conglomerados de 2017, mas são mais numerosas, sugerindo uma pulverização do fenômeno em novas frentes de expansão urbana periférica.

A pesquisa qualitativa mostrou que as ocupações são muito diferentes umas das outras. Algumas estão quase regularizadas e bem organizadas, conseguindo acesso a programas da prefeitura. Outras nem começaram o processo e estão totalmente excluídas, demonstrando que o nível de organização da comunidade é um fator crítico para o seu sucesso.

A presença de mulheres jovens, muitas delas mães e empreendedoras informais, é marcante nessas ocupações. Elas desempenham um papel crucial na economia local, atuando na venda de produtos como roupas, semijoias e cosméticos. Muitas dessas famílias dependem de programas sociais, como o Bolsa Família, para complementar sua renda. Essas ocupações evidenciam a necessidade de políticas públicas que promovam a regularização fundiária, a melhoria da infraestrutura urbana e o acesso a serviços básicos. A experiência de Parintins demonstra que a urbanização sem planejamento adequado resulta em desafios significativos para a gestão municipal e para a qualidade de vida de seus habitantes.

Este estudo constitui a base diagnóstica inicial para uma pesquisa mais ampla. É importante salientar que, ao final do período de coleta e análise dos dados, decidiu-se pela renovação de nossa pesquisa pelo período de 2025-2026 em função da necessidade de avançar na caracterização das ocupações urbanas.

No próximo estágio da investigação, pretende-se superar as limitações aqui identificadas através de: (1) realização de uma cartografia social detalhada com georreferenciamento preciso de todas as 15 ocupações; (2) identificação e caracterização das lideranças comunitárias em cada área, mapeando suas redes

de atuação e estratégias de organização; (3) aprofundamento da análise das condições de vida através de pesquisa domiciliar completa; e (4) documentação dos processos históricos de formação de cada ocupação. Esta continuidade será fundamental para completar a caracterização aqui iniciada e produzir subsídios concretos para políticas públicas efetivas de regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas.

Referências

ASSAD, Tâmera Maciel. A problemática das “invasões” na cidade de Manaus: Perspectivas de legalização fundiária à luz do estatuto da cidade. In: Anais XV Congresso Nacional do CONPED, Manaus/AM. 2006.

BARTOLI; PINHEIRO (Orgs). Atlas de Parintins e Microrregião: planejamento territorial e urbano. Embu das Artes, São Paulo - SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022 CAVALCANTE, Mariza Souza C376d Direito a Moradia e à Questão da Inclusão das Instituições Sociais/ONGs no Programa Minha Casa, Minha Vida em Manaus. 2016 104 f.: il.; 31 cm.

DE MEDEIROS, Mônica Xavier; BARBOSA, Tatiana. GÊNERO, TRABALHO E DIREITO À CIDADE EM PARINTINS/AM (1990-. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-09/1726041600_e36b5834f2ff7bd463fa049d9e2cfc31.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Defensoria Pública articula conclusão de regularização fundiária no Paschoal Allágio em Parintins. Disponível em: <https://defensoria.am.def.br/2024/08/02/defensoria-publica-articula-conclusao-de-regularizacao-fundiaria-no-pascoal-alaggio-em-parintins/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GONÇALVES, Ianna Paula Batista. A busca por moradia em ocupações de terras

na cidade de Parintins em 2016: uma etnografia. *Manduarisawa*, v. 7, n. 1, p. 321-338, 2023.

LIMA, M. F. V. O direito à moradia e as políticas públicas habitacionais brasileiras da segunda década do século XXI. Rio de Janeiro: Geo UERJ, 2020.

LIMA, Rômulo Viana de. História e Memória da Terceirização: perspectivas sociais de trabalhadores terceirizados no município de Parintins/AM. (TCC). Licenciatura em História. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2019.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. Direito à moradia na cidade de Manaus. *Ser Social*, n. 8, p. 209-234, 2001.

SECRETARIA DAS CIDADES E TERRITÓRIOS. Em Parintins, SECT realiza ação para processo de regularização na área urbana e rural. Disponível em: <https://www.sect.am.gov.br/em-parintins-sect-realiza-acao-para-processo-de-regularizacao-na-area-urbana-e-rural/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

O Serviço Social e o ABC do SUS: história, memória e mecanismos de defesa e ampliação da política de saúde

Social Work and the ABCs of the Unified Health System (SUS): History, Memory, and Mechanisms for Advocating and Expanding Health Policy

Karla Cristina Amazonas Reis²¹

Miriane Oliveira de Vasconcelos²²

Gladson Rosas Hauradou²³

Resumo

Apresenta-se um relato de experiência relativo à Atividade Curricular de Extensão (ACE) O Serviço Social e o ABC do SUS: história, memória e mecanismos de defesa e ampliação da política de saúde cujo objetivo geral visou refletir junto à comunidade escolar da Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka sobre a história, a memória e os mecanismos de defesa e ampliação da Política Nacional de Saúde (PNS) na Gleba Vila Amazônia (área rural do município de Parintins no estado Amazonas (Brasil). Para alcançar esse objetivo, enfocou-se o público infanto-juvenil numa articulação entre profissionais de saúde do município de Parintins, o Curso de Serviço Social (ICSEZ/UFAM/PRODECA^[1]) e a escola supracitada, sobre a importância de se conhecer a história da Política Nacional de Saúde e os aspectos afeitos ao direito à saúde do público infanto-juvenil e demais segmentos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social, Política de Saúde, Controle Social, Infância e Adolescência.

Abstract

²¹ Discente do oitavo período do Curso de Serviço Social (ICSEZ/UFAM/BRASIL). E-mail: karlareis140@gmail.com

²² Discente do oitavo período do Curso de Serviço Social (ICSEZ/UFAM/BRASIL). E-mail: miriany237@gmail.com

²³ Docente do Curso de Serviço Social (ICSEZ/UFAM/BRASIL). E-mail: gladson@ufamedu.br

This is an experience report related to the Curricular Extension Activity (ACE) Social Service and the ABC of SUS: history, memory and mechanisms of defense and expansion of health policy. The general objective was to reflect with the school community of the Tsukasa Uyetsuka Municipal School on the history, memory and mechanisms of defense and expansion of the National Health Policy (PNS) in Gleba Vila Amazônia (rural area of the municipality of Parintins in the state of Amazonas (Brazil)). To achieve this objective, the focus was on the child and youth audience in an articulation between health professionals from the municipality of Parintins, the Social Service Course (ICSEZ / UFAM / PRODECA) and the aforementioned school, on the importance of knowing the history of the National Health Policy and the aspects affected by the right to health of children and youth and other social segments.

Keywords: Keywords: Social Work. Health Policy. Social Control. Childhood and Adolescence.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 é clara em seu Artigo 196 acerca do direito à saúde. Trata-se de uma política pública, portanto dever do Estado e direito de cidadania. Com base nestes pressupostos evidencia-se o empenho de docentes, discentes, profissionais e educadores no sentido de se efetivar projetos destinados a potencializar o conhecimento sobre o direito à saúde no sentido de sua defesa e ampliação.

Nessa perspectiva, elaborou-se uma Atividade Curricular de Extensão (ACE) ligada à Pró-Reitoria de Extensão (Proext) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tendo em vista estabelecer uma discussão acerca das proposições do SUS (enquanto política para a infância e juventude) de modo a ampliar a compreensão desta política, de seu real significado junto à

comunidade escolar com reflexos na sociedade mediante a realização de oficinas socioeducativas, palestras e exibição de vídeos didáticos abarcando o tema. Além de permitir ao Serviço Social uma maior aproximação com a população usuária de seus serviços, estreitando cada vez mais os laços de compromisso com a qualificação destes conforme as determinações da Política Nacional de Saúde brasileira.

Para tanto, elencou-se como objetivo geral *refletir com os discentes do Ensino Médio da Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka, sobre a importância de se conhecer a Política Nacional de Saúde numa perspectiva de fortalecimento e ampliação, bem como, a atuação do Serviço Social neste âmbito*. Os objetivos específicos foram: 1) Promover oficinas que abarquem os princípios doutrinários e organizativos do SUS e o ECA, possibilitando maior compreensão no que se refere à Política Nacional de Saúde e a população infanto-juvenil; 2) Oportunizar à comunidade escolar perceber o amplo âmbito de intervenção profissional do Serviço Social, dentre os quais se destaca a área da saúde e área da infância e juventude; 3) Exibir vídeos didáticos que destaquem a construção da Política Nacional de Saúde com o protagonismo social de modo suscitar reflexões no que se refere às políticas públicas; 4) Propiciar aos acadêmicos envolvidos nesta ACE, juntamente a egressos, articular teoria e prática de modo que desenvolvam relatos de experiência das atividades realizadas, considerando o íntimo vínculo da profissão com os/as trabalhadores.

Ademais, as ações estiveram ligadas ao projeto de iniciação científica intitulado *O Trabalho do/a Assistente Social no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)* como forma de aprofundar a articulação ensino, pesquisa e extensão universitária somadas a outras atividades como destacaremos a seguir.

Em síntese, apresenta-se um panorama da atividade de extensão com foco no direito à saúde de Crianças e Adolescentes no município de Parintins/Amazonas

Desenvolvimento

Mediações teórico-práticas

As discussões acerca dos direitos dos usuários da saúde ganharam maior dimensão em razão do ano de 2023 ter sido o ano de realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde, a qual ocorreu em julho do referido ano. Ano em que o Sistema Único de Saúde (SUS), também, completou 35 anos de permanente conquista e da necessidade de avanços e da defesa da saúde pública com a qualidade postulada por seus idealizadores, como direito de cidadania e dever do Estado Brasileiro, tendo em vista sua consolidação, ainda que diante das limitações advindas com o Teto de Gastos Públicos (EC n. 95) em 2016.

Bravo (2008) destaca a história da edificação da Política Nacional de Saúde, bem como a emergência do Sistema Único de Saúde (SUS) e do papel da classe trabalhadora nesse processo.

Reforça-se que o SUS foi concebido a partir das mobilizações sociais dos trabalhadores, dentre as quais pode-se destacar o Movimento da Reforma Sanitária que imergiu em meados dos anos 1970 do século XX. Com a Constituição Federal de 1988, cria-se a Lei Orgânica da Saúde (Leis 8080/90 e 8142/90) assentada no conceito abrangente de saúde. Destaca-se, ainda, que este conceito foi construído na medida em que a sociedade brasileira empreendeu vários esforços no sentido de se criar uma política comprometida com o direito do cidadão, isto é, como dever do Estado.

O conceito abrangente de saúde difundido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e incorporado pela Constituição Federal de 1988 - regulamentado pelas Leis 8080/90 (SUS) e 8142/90 (Controle Social do SUS) - relaciona-se a vários determinantes, tais como: o meio físico, o meio sócio-econômico e cultural, os fatores biológicos e a oportunidade de acesso aos serviços que visem à

promoção, proteção e recuperação da saúde.

Nessa perspectiva, O SUS, na condição de política pública, demanda a defesa da saúde como um direito básico, que em hipótese alguma pode ser negado e/ou negligenciado, e apresenta as competências quanto o papel de cada sujeito na construção permanente desta política de interesse coletivo. O Artigo 2º da Lei 8.080/90, postula a saúde como direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Isso expressa a grandeza dessa política para uma sociedade caracterizada por profundas desigualdades socioeconômicas agravadas entre 2016-2022. Esse quadro demanda a elaboração de instrumentos de enfrentamento a essa problemática e o conhecimento acerca das políticas públicas apresenta-se como uma das ferramentas para tal.

Nesse sentido, a democratização de informações e/ou conhecimentos quanto ao real significado desta política para as comunidades locais com um olhar para a sua história e as ferramentas imprescindíveis à sua concretização, mostra-se como potência a ser considerada no conjunto da sociedade, sobretudo, nos espaços escolares.

A relevância desse debate no âmbito escolar ancora-se na ideia de criação de multiplicadores, de um lado. De outro, para propiciar uma prévia discussão em sintonia com a as Conferências de Saúde, onde se avalia e constroem propostas e diretrizes além de se discutir os rumos da Saúde Pública Brasileira, ou seja, sua permanente construção.

Ademais, afirma-se que o agudizamento da *questão social* na atualidade, atinge inevitavelmente o segmento infanto-juvenil no Brasil, o que reforça a necessidade de intensificar a luta pelo cumprimento e consolidação de políticas públicas para a área da infância e juventude.

Dos inúmeros desafios postos, é vital refletir acerca das políticas para a infância e juventude, tomando-se como referência o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/90, o que remete, dentre outras, à questão

do controle social, resvalando nas formas de atuação dos Conselhos de Direitos e em especial dos Conselhos Tutelares, concebidos como guardiões dos direitos de crianças e adolescentes. Ciente de tal questão, é vital efetivar propostas que contribuam para a ampliação dos conhecimentos sobre estes equipamentos públicos de controle social e a importância de sua atuação para as políticas destinadas à infância e juventude (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZÔNIA. PRODECA/ECAM. PRODECA, 2023).

Resultados e discussões

O projeto de extensão desenvolveu-se em articulação com a disciplina *Trabalho e Contemporaneidade* e com o projeto de iniciação científica *O Trabalho do/a Assistente Social no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)* (com subsídios da Fundação Universidade do Amazonas - FUA e Proext) sob a coordenação do professor Gladson Rosas Hauradou. Destaca-se que as atividades aqui apresentadas, relacionam-se ainda com o Programa de Extensão Universitária *Observatório dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes*, ligado à Proext da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) cujo foco é o comprometido com a defesa e a promoção dos direitos fundamentais da infância e juventude.

Como em outras atividades de extensão, lançamos mão das referências técnicas e bibliográficas relativas aos documentos normativos sobre as Política Pública de Saúde, bem como papel crucial da participação social no Controle Social na área da saúde.

A Atividade Curricular de Extensão *O Serviço Social e o ABC do SUS: história, memória e mecanismos de defesa e ampliação da política de saúde*, desenvolveu-se durante os meses de março, abril, maio, junho e julho de 2023. As referências para a materialização do referido projeto, foram os documentos técnicos *ABC do SUS*, elaborado pela Secretaria Nacional de Assistência à Saúde - SNAS onde estão dispostos a doutrina, diretrizes e os princípios do SUS; a

Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde - nº 8.080/90 e 8.142/90. Somou-se ao debate a perspectiva da doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 e demais referenciais teóricos imprescindíveis ao trabalho almejado.

Os encontros iniciais da ACE ocorreram aos sábados nos meses de março, abril, maio e junho de 2023 na sala 19 do ICSEZ/UFAM. As discussões sobre o aprofundamento teórico, elaboração de fichamentos e resumos se processavam no turno vespertino. Buscava-se, nesses encontros, esclarecer aspectos das propostas das oficinas e demais ações a serem realizadas junto à comunidade.

Durante as reuniões discutiu-se sobre quais temáticas seriam apresentadas por grupos/equipes de estudantes sob a supervisão do professor coordenador e vice. Destacam-se, a seguir, os seguintes tópicos e equipes: 1º equipe: ABC do SUS; 2º equipe: Serviço Social e a Política Nacional de Saúde e; 3º equipe: Dialogando sobre o ECA.

No processo de elaboração das atividades, houve discussões sobre as dúvidas mais recorrentes como: quais instrumentos e procedimentos seriam adotados quando do trabalho com a comunidade; o que deveria ser enfatizado; quais políticas e quais mecanismos de participação e controle social a comunidade (público infanto-juvenil incluído), nas abordagens a serem realizadas, deveriam lançar mão.

Os debates limitaram-se, inicialmente, aos acadêmicos envolvidos com a ACE; posteriormente, com a participação dos comunitários, com a apresentação do projeto e discussão sobre se as questões apresentadas tinham relação com a vida e as demandas e necessidades dos comunitários do Assentamento Gleba Vila Amazônia onde localizam-se as escolas com as quais o projeto foi levado a cabo. Dentre as referências utilizadas destacam-se: Bravo (2008); Políticas De Saúde No Brasil... (2010); Nogueira e Miotto (2007); Carvalho (2007) entre outros.

Dentre as atividades, citam-se:

Reuniões com discentes:

- 15 de abril de 2023; reunião para tratar da apresentação do projeto, metodologias e demais dúvidas pertinentes; conformação de equipes/comissões com definição de atividades/responsabilidades (coordenação, membros);
- 22 de abril de 2023; reunião para tratar das atividades do projeto junto à comunidade (metodologias e demais recursos a serem utilizados); confirmação das equipes/comissões: nome da coordenação, membro responsável pelos registros; membro responsável pela coleta de relatos de experiência da comunidade; membro responsável pela elaboração das memórias da equipe; membro responsável pela coleta da avaliação das atividades do projeto junto à comunidade); apresentação parcial das elaborações dos trabalhos (fichamentos e resumos sobre as temáticas/atividades a serem desenvolvidas junto à comunidade);
- 13 de maio de 2023; reunião para apresentação das atividades a serem realizadas junto à comunidade (metodologias e demais recursos a serem utilizados); confecção dos materiais; entrega de resumos e fichamentos.

Reunião com a comunidade:

- 20 de maio de 2023; Primeiro encontro dos discentes e professor com os comunitários no Assentamento da Gleba de Vila Amazônia (saída de Parintins às 07h00 da manhã; chegada ao porto da Vila Amazônia por volta de 07h31min - Transporte/Balsa; reunião para tomar café da manhã na residência da Sra. Maria do Carmo da Silva Penha, membro da comunidade local. O encontro realizou-se na quadra da Creche Claudir Carvalho e contou com a participação de dona Maria e do presidente da comunidade seu Glacênildo Freitas para a apresentação do projeto e familiaridade com o local.

Reunião com discentes e egressos do curso de Serviço Social/ICSEZ/UFAM:

161

- 14 de junho de 2023; realização da palestra intitulada: “O papel da extensão universitária em áreas rurais: contribuições para a formação e o trabalho profissional em Serviço Social”, proferida por Rafael Alexandre Penha Silva, egresso do Curso de Serviço Social do ICSEZ e estudante de mestrado em Antropologia Social/UFAM, no âmbito do Projeto de Extensão (modalidade PACE): *O Serviço Social e o ABC do SUS: história, memória e mecanismos de defesa e ampliação da política de saúde*. Esta atividade extensionista/formativa foi uma iniciativa do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Trabalho, Saúde e Serviço Social - NEPTRASS/ICSEZ/UFAM, realizada de forma remota, no dia 14 de junho de 2023, das 09h00 às 12h00, sob a coordenação do Prof. Dr. Gladson Rosas Hauradou e Prof. Dr. Patrício Azevedo Ribeiro, do Colegiado do Curso de Serviço Social, com um total de 03 horas. Essa atividade contou com a participação de outros egressos do curso de Serviço Social.

Reunião com a comunidade:

- 17 de junho de 2023; Segundo encontro dos discentes e professor com os comunitários no Assentamento da Gleba de Vila Amazônia (saída de Parintins às 07h00 da manhã; chegada ao porto da Vila Amazônia por volta de 07h31min - Transporte/Balsa. Novamente, o encontro realizou-se na quadra da Creche Claudir Carvalho e contou com a participação de dona Maria e do presidente da comunidade seu Glacenildo Freitas para a apresentação das atividades junto aos demais comunitários.
- A primeira oficina, apresentada pela equipe 1, teve como título “ABC do SUS: um diálogo necessário com a comunidade”. Nessa atividade, explanou-se sobre as questões voltadas às políticas de saúde como direito de todos, ressaltando os princípios doutrinários do SUS: universalidade, integralidade e equidade. Além

dessa abordagem, salientou-se os direitos dos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) tendo como base a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde e refletindo-se sobre como esses direitos devem ser materializados.

- A segunda equipe destacou o tema *O Serviço Social e a Política Nacional de Saúde*, com o desenvolvimento da atividade em formato de roda de conversa, abordando detidamente a política de saúde e como se processa a viabilização da mesma no Estado do Amazonas, em especial em Parintins e suas comunidades vizinhas (zonas rurais). A ideia inicial era de instigar a participação do comunitários presentes, assim como levantar indagações acerca das informações que estes podiam ou não saber acerca de seus direitos, bem como sobre o papel do Serviço Social na mediação do acesso ao direito à saúde: quais instrumentos técnicos e operacionais são utilizados pelos profissionais, quais legislações lançam mão pra viabilizar o acesso à Política de Saúde bem como quais os mecanismos de controle social com destaque para a participação social nos conselhos de saúde, da ouvidoria, da auditoria e das conferências de saúde. Além dos instrumentos destinados à defesa da saúde pública.

- A terceira e última equipe destacou o tema *Dialogando sobre o ECA* com enfoque no público presente. Tratou da necessidade da atenção ao direito à saúde de crianças e adolescentes e das mães grávidas, bem como o trabalho do Serviço Social junto nas políticas destinadas às crianças e adolescentes. Abordou-se ainda, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) entre outras informações inerentes ao público infanto-juvenil. Ao término das apresentações, houve a realização de dinâmicas sobre os temas tratados durante a atividade. Após as ações, abriu-se espaço para a manifestação dos comunitários sobre o trabalho apresentado. Destacou-se alguns pontos importantes como a dificuldade que enfrentam para ter acesso a essas políticas e o pouco conhecimento sobre os direitos das crianças e adolescentes, bem como sobre o trabalho do Serviço Social nas políticas públicas e sociais. Ademais, percebeu-se, a constituição de vínculos entre os

comunitários do Assentamento da Gleba Vila Amazônia e maior interesse do público presente em relação aos assuntos enfatizados durante as oficinas.

Métodos e técnicas

A realização deste projeto envolveu momentos distintos, mas bem articulados entre si. Assim, destacam-se três momentos neste processo, a saber:

ETAPA 1 - Preparação

Objetivos: O estudo das temáticas, com fichamento, para aprofundamento do conhecimento sobre as mesmas; O planejamento para a realização das palestras, oficinas e apresentação de vídeos didáticos contemplando os temas abordados; abril de 2023.

Atividade: Leitura, discussão e fichamento de textos; Organização do cronograma das palestras, oficinas, exibição de vídeos didáticos e seus respectivos responsáveis; abril de 2023.

ETAPA 2 - Desenvolvimento

Objetivo: Realizar quinzenalmente, de forma intercalada, as oficinas, palestras e exibição de vídeos didáticos.

Atividades: Confeção do material didático a ser utilizado nas atividades; Realização de oficinas sócio-educativas; Aplicação de instrumentos de avaliação das atividades;

Registro das atividades realizadas. Abril, maio e junho de 2023.

ETAPA 3 - Conclusão

Objetivo: Organizar e sistematizar o trabalho realizado; Junho/julho de 2023.

Atividade: Elaboração de Cartilha com os temas abordados; Elaboração dos relatos de experiência das atividades realizadas;

Elaboração do relatório final da ACE.

Considerações finais

A condução da ACE, com os discentes e egressos do curso, profissionais de Serviço Social, atendeu às expectativas e aos objetivos pretendidos. O debate acerca do direito à saúde, sobretudo de crianças e adolescentes em contexto rural, é um potencial para a constituição de multiplicadores sobre os direitos de cidadania desse segmento social.

A participação comunitária, durante as ações, revela a relevância de atividades dessa natureza junto aos cidadãos e cidadãs das áreas rurais amazônicas reiterando a importância do papel da universidade pública na região.

Referências

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Escala, 2007.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: ambiência / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- _____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS. Brasília/DF: CONASS, 2007.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. ABC do SUS: Doutrinas e Princípios. Brasília/DF, 1990. Disponível em <<http://www.geosc.ufsc.br/babcsus.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2011.
- _____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- _____. Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências.

_____. Cartilha da PNH: o acolhimento com classificação de risco. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.

_____. Carta dos direitos dos usuários da saúde. - Brasília, Ministério da Saúde, 2006.

_____. Política Nacional de Humanização (PNH): HumanizaSUS - Documento - Base. Brasília, 2004.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete... [et al.] (Orgs). 2. Cortez: São Paulo, 2008. p. 88-110.

POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: Um século de luta pelo direito à saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa M/S. Direção: Renato Tapajós, 2006, 60 min, color. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 02 mai. 2010.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Desafios Atuais do Sistema Único de Saúde - SUS e as Exigências para os Assistentes Sociais. In:_ MOTA, Ana Elizabete... [et al.] (Orgs). 2. Cortez: São Paulo, 2007, p. 218-241.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZÔNIA. PRODECA/ECAM. PRODECA realiza o I Seminário Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes: 33 anos do ECA. Disponível em: < <https://www.prodeca.ufam.edu.br/ultimas-noticias/101-prodeca-realiza-o-i-seminario-estadual-dos-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes-33-anos-do-eca.html>>. Acesso em: 25 set. 2023.

Resumos Simples

A contribuição da Teologia Feminista na Promoção da Equidade/igualdade do Género

Zaida Augusto Chuva²⁴

Resumo

Ao longo dos tempos as desigualdades perpetuam a subordinação das mulheres no mundo. Portanto, com este estudo intitulado “Contribuição da Teologia Feminista na promoção de equidade/igualdade do género”, pretende-se analisar a contribuição da teologia feminista na promoção da equidade/igualdade do género em Moçambique. Por causa das desigualdades do género e das classes sociais, as mulheres sentem-se excluídas no campo religioso e na sociedade. O estudo é predominantemente qualitativo, uma vez que, visa compreender os significados, experiências, crenças, valores e atitudes de um grupo ou indivíduos, relacionados aos factores a ser analisados, alias, usa-se dados descritivos, entrevistas, observação. Assim pretende-se pesquisar: Até que ponto a teologia feminista contribui para a equidade /igualdade do género? Os resultados esperados fundem-se no papel da teologia feminista para o combate à violência de género e outras formas de discriminação contra as mulheres.

Palavras-chave: Teologia, Feminismo e Equidade.

²⁴Estudante finalista do curso de Teologia na Universidade Metodista Unida de Moçambique

O papel da avaliação na educação escolar: influência dos instrumentos da avaliação na garantia da qualidade no Processo de ensino- aprendizagem - Caso da Escola Secundária de Chókwe.

Albertina André Quive²⁵

Resumo

A avaliação na educação escolar demanda o uso correcto dos instrumentos de avaliação para que esta contribua para a melhoria da qualidade de aprendizagem dos alunos. O presente trabalho de pesquisa tem como objectivo analisar o papel da avaliação na educação escolar destacando a influência dos instrumentos de avaliação na garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na Escola Secundária de Chókwe. Como recurso metodológico aplicamos o estudo de caso, utilizando uma abordagem mista, que engloba simultaneamente método quantitativo através da aplicação de um inquérito por questionário aos alunos e professores e qualitativo através da realização de entrevista à direcção da escola; quanto aos objectivos recorremos a pesquisa exploratória e descritiva com procedimentos bibliográficos e de campo. Expectamos que o estudo auxilie o aprofundamento teórico sobre avaliação educacional, ampliando as discussões sobre práticas avaliativas no contexto moçambicano e em países com realidades semelhantes. Para mais, permitirá identificar desafios concretos e propor estratégias de melhoria no uso dos instrumentos de avaliação, oferecendo orientações para professores, gestores escolares e formuladores de políticas educativas, com impacto directo na qualidade de aprendizagem dos alunos.

Palavras-Chave: Avaliação, Qualidade de Ensino, Processo de Ensino-Aprendizagem, Instrumentos de Avaliação.

²⁵ Mestrando em Pedagogia e Didáctica na Universidade Metodista Unida de Moçambique

Resumo

Stélio Mbanze Kelvia Chipanela

Este presente artigo científico, intitulado “impacto da contabilidade e gestão na redução de falências de pequenas, medias e grandes empresas em Moçambique” justifica-se pela necessidade de compreender o impacto real da contabilidade e da gestão empresarial na prevenção de falências nas empresas moçambicanas. O presente trabalho é orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: até que ponto a aplicação adequada da contabilidade e de práticas sólidas de gestão empresarial pode influenciar a redução da falência entre pequenas, médias e grandes empresas em Moçambique? com o recurso de revisão bibliográfica associada a uma pesquisa de abordagem qualitativa os resultados mostram a necessidade de aprimorar cada vez mais o sector contabilidade na gestão financeiras das empresas.

Palavras-chave: Contabilidade, Gestão, Empresas.

Mineração Artesanal De Ouro No Distrito De Manica: Um Olhar Sobre Os Principais Desafios Para A Sua Sustentabilidade

170

Zacarias Estefane Miquire²⁶

Resumo

A mineração artesanal constitui uma importante actividade de subsistência das populações rurais, no entanto a sua sustentabilidade tem sido uma das grandes preocupações tanto dos estudiosos da área como dos tomadores de decisão sobre o sector. Este trabalho objectivou explorar os principais desafios para a sustentabilidade da mineração artesanal no distrito de Manica centro de Moçambique. Com base na abordagem qualitativa, os dados foram obtidos através de observação directa nas áreas de mineração, análise documental e entrevistas semi- estruturadas a oito (8) informantes chaves de tres povoados nomeadamente da localidade de Maridza, nomeadamente Nhamaxato, Chua e Mutsinza. Os resultados obtidos mostraram que para além de a actividade continuar a ser marginalizada pelas entidades que dão mais prioridade aos projectos de grande escala, a falta de uso de equipamento adequado, capacidade técnico-financeira limitada e inobservancia das regras básicas de extracção mineira torna a actividade insustentável. O estudo constatou que apesar da abertura do governo para legalizar o sector, a burocracia excessiva e a cobrança de valores exorbitantes no processo de legalização constituem entraves para os operadores artesanais. Contudo este estudo conclui que a formalização da actividade constitui a peça fundamental para a sua sustentabilidade pois é a partir dela que podem ser viabilizados outros aspectos como apoio institucional, técnico-financeiro como também a fiscalização.

Palavras-Chave: Mineração Artesanal, Ouro, Legalização, Sustentabilidade, Manica.

²⁶ Mestrando em Geografia e Gestão de Recursos Naturais Universidade Metodista Unida de Moçambique

Zacarias Estefane Miquire²⁷

Resumo

Apesar de a morte ser um evento natural, a forma como é encarada e interpretada na sociedade tem variado de acordo com a cultura ou religião. O presente trabalho procurou compreender o significado que se dá a morte no contexto cultural do distrito de Manica, a partir da análise dos rituais fúnebres. Para tal foi adoptada a abordagem qualitativa sendo os dados colectados através de observação participante de alguns rituais fúnebres e entrevistas semi-estruturadas levadas a cabo em 4 localidades; uma em cada um dos quatro postos administrativos que compõem o distrito. Os resultados obtidos permitiram constatar que os waManyika, grupo étnico predominante no distrito de Manica, concebem a morte como um momento de transição do mundo dos vivos, considerado inferior, para o mundo dos mortos que é superior. Para eles os mortos transcendem para o estado de imortalidade coletiva e existem na companhia dos espíritos ancestrais e cuidam da família dos vivos. E para se efectivar esta transição, dois rituais são considerados importantes: Chenura também denominado Mupwa tem objectivo principal purificar o espírito do defunto e torná-lo feliz para que possa ser recebido pelos ancestrais e comece a desempenhar o seu papel de cuidar a família. E Tsvitsa ritual final depois da morte, que consiste em trazer o espírito do defunto já purificado a casa (aos ancestrais) e permitir que o falecido se relacione com os vivos adequadamente.

Palavras-chave: Morte, Rituais Fúnebres, Cultura Imaterial.

²⁷ Mestrando em Geografia e Gestão de Recursos Naturais Universidade Metodista Unida de Moçambique

Contribuição da Escola na Educação Financeira das comunidades: análise das estratégias de transformação social usada pela Escola Secundária de Cambine.

Feliciano Inácio Cumbe²⁸

Resumo

A escola desempenha um papel fundamental na educação financeira para o desenvolvimento social e económico das comunidades. É neste âmbito que o presente estudo enquadra-se com objectivo enaltecer a educação financeira como uma estratégia de transformação na comunidade de Cambine. Para isso, foram colectados dados a 126 indivíduos como amostra do estudo, dos quais, 115 alunos, 6 professores, 3 membros da direcção e 2 funcionários não docentes. Os resultados mostram que a maioria dos alunos reconhece a importância da educação financeira, relatando mudanças positivas em seus hábitos financeiros após o contacto com os conteúdos abordados durante as aulas. A posição dos alunos foi igualmente corroborada pela comunidade ao reconhecer a relevância da educação financeira como princípio indispensável para o desenvolvimento comunitário. Contudo, os professores e a direcção da Escola Secundária de Cambine apontam a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas, como a capacitação de docentes, a criação de clubes de educação financeira e o fortalecimento de parcerias com instituições bancárias, concursos sobre a educação financeira visando proporcionar oportunidade para os alunos tanto como a comunidade aplicar no seu dia-a-dia.

Palavras-chave: Comunidade, Educação Financeira, Escola, Transformação Social.

²⁸ Pastor, licenciado pela Universidade Metodista Unida de Moçambique

Análise de factores que influenciam a fraca contribuição do dízimo: Caso Cargo Pastoral de Cumbana (2021-2023).

173

Azélia Portugal²⁹

Resumo

Esta pesquisa intitulada "Análise de factores que influenciam a fraca contribuição do dízimo: Caso Cargo Pastoral de Cumbana (2021-2023)" busca analisar factores que influenciam a fraca contribuição do dízimo no Cargo Pastoral de Cumbana, propondo deste modo, estratégias educativas conducentes a melhoria do nível de contribuição do dízimo. No entanto, para o alcance deste objectivo, partimos com a seguinte pergunta: Que factores influenciam a fraca contribuição do dízimo no Cargo Pastoral de Cumbana? Metodologicamente, recorreremos a pesquisa mista, isto é, a qualitativa, que por sua vez, permitiu a codificação e categorização de dados obtidos nas entrevistas e observações, revelando temas frequentes relacionado á prática do dízimo e sua influência na sustentabilidade pastoral e a quantitativa, que auxiliou na mensuração da regularidade das contribuições do dízimo e identificar variações durante o período em estudo, por meio de questionários aplicados aos membros e pastores do Cargo.

Palavras-chave: Cargo Pastoral, Fraca Contribuição, Dízimo.

²⁹ ³Estudante do 4º ano do curso de Teologia.

José da Silva Rodrigues Soares

Resumo

Moçambique atravessa uma conjuntura de elevada instabilidade económica, marcada pelo aumento do custo de vida, o que limita a capacidade de resposta governamental que afecta desproporcionalmente a juventude, desprovida de recursos e acesso a oportunidades. É neste contexto, que presente estudo visa analisar criticamente os efeitos da instabilidade económica em Moçambique, destacando a relação entre a deficiente gestão da despesa pública, crise cambial e a precarização das condições de vida da juventude. A investigação assenta numa abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios de organismos nacionais e internacionais, privilegiando a interpretação crítica das dinâmicas económicas e sociais actuais. A análise evidencia que a actual configuração da economia moçambicana, a pressão inflacionária, dependência externa e gestão ineficiente da despesa pública, restringe as oportunidades de mobilidade social da juventude e amplia desigualdades socioeconómicas. Observa-se ainda que, a escassez de divisas acentua a vulnerabilidade do país, agravando o custo de vida e limitando a capacidade de resposta governamental. Conclui-se que, sem reformas estruturais na política fiscal, maior disciplina orçamental e estratégias de inclusão orientadas para a juventude, Moçambique continuará exposto a instabilidades económicas e sociais que comprometem a sustentabilidade do crescimento e a coesão social.

Palavras-chave: Instabilidade Económica, Despesa Pública, Escassez de Divisas, Juventude.

Transferência de calor e a eficiência térmica de um protótipo de fogão à gás

175

Albino Afonso Cumbe

Resumo

Este trabalho apresenta um estudo experimental sobre a transferência de calor e a eficiência térmica de um protótipo de fogão à gás. A experiência consiste em medir a energia libertada pela combustão do gás, que transforma a energia química do combustível em energia térmica, e avaliar quanto desse calor é realmente absorvido por um recipiente com água. São analisados os principais mecanismos de transmissão de calor - condução (do queimador para a panela), convecção (movimento do ar aquecido) e radiação (emissão de energia pela chama). Com base nas medições de temperatura, massa de água e tempo de aquecimento, calcula-se a eficiência energética do protótipo e discutem-se as perdas de calor para o ambiente, relacionando os resultados com os princípios da Termodinâmica.

Palavras-chave: Fogão a Gás, Energia, Eficiência Energética.

Análise dos desafios do Pastor na Mitigação da Influência dos Usos e Costumes Durante a Celebração do Culto Fúnebre- caso do Distrito Eclesiástico de Combine (2023-2025)

Olga Jorge Nhaguilunguana³⁰

Resumo

Este Projecto de investigação Científico intitulado " Análise dos desafios do Pastor na Mitigação da Influência dos Usos e Costumes Durante a Celebração do Culto Fúnebre - caso do Distrito Eclesiástico de Combine (2023-2025), tem como objectivo analisar os desafios enfrentados pelos pastores na mitigação da influência de usos e costumes tradicionais durante a celebração do culto fúnebre. Especificamente, pretende-se identificar os principais usos e costumes tradicionais que influenciam as cerimónias fúnebres, explicando como esses usos e costumes entram em conflitos com os ensinamentos cristãos durante os cultos fúnebres. O fim último desta investigação é propor soluções pastorais, que permitem a promoção da coexistência sábia entre os usos e costumes e ensinamentos cristãos. Para tal, a pesquisa é conduzida pela seguinte questão central: Que desafios os pastores enfrentam na mitigação da influência dos usos e costumes tradicionais durante a celebração do culto fúnebre? Neste trabalho recorre-se ao método indutivo auxiliado pela abordagem mista. Resultado esperado incluem a identificação dos principais usos e costumes tradicionais que influenciam as cerimónias fúnebres e propor soluções pastorais para reverter essa situação.

Palavras-chave: Pastor, Mitigação, Costumes e Culto Fúnebre.

³⁰ Estudante finalista do curso de Teologia na Universidade Metodista Unida de Moçambique

André Augusto Júnior
Anselma Tibúrcio
Anselmo Dora Bistiro
Aquilívio Maria
Edilson Ricardo Cuamba
Edson Guambe
Isidro Helder Guiamba
Shelton Cremildo F. Tomás

Resumo

O iAgroMoz é uma plataforma digital inovadora, concebida como uma ferramenta educativa e interactiva para capacitar pequenos agricultores em Moçambique, com ênfase em comunidades rurais com acesso limitado a recursos e conhecimentos técnicos. A plataforma oferece orientações práticas e detalhadas, estruturadas passo a passo, cobrindo todas as fases do ciclo agrícola, isto é, desde a selecção de culturas, preparação do solo, plantio, manejo de pragas e doenças, até a colheita e pós-colheita. O foco está em culturas alimentares básicas, como milho, mandioca, feijão e hortaliças seleccionadas por sua relevância no contexto agro- ecológico e socioeconómico moçambicano, adaptadas às condições climáticas, tipos de solo e práticas agrícolas locais. A interface da plataforma será projectada para ser simples, intuitiva e acessível, considerando o baixo letramento digital de muitos utilizadores-alvo. Funciona como um assistente agrícola virtual, oferecendo recomendações personalizadas e conteúdo educativo em linguagem clara, voltada para iniciantes no cultivo. Além disso, o IAgroMoz busca promover a inclusão, visando especialmente jovens e famílias rurais, grupos muitas vezes marginalizados no acesso a informações agrícolas actualizadas. A plataforma tem como objectivo principal democratizar o conhecimento agrícola, reduzindo barreiras de acesso à educação e tecnologia, contribuindo directamente para o combate à fome e a insegurança alimentar em Moçambique. O projecto planeia incorporar funcionalidades avançadas, como suporte a línguas locais (por exemplo, changana, macua e outras línguas regionais) para maior acessibilidade cultural, e acesso offline para atender áreas com conectividade limitada. Além disso, há a intenção de integrar inteligência artificial para fornecer recomendações personalizadas baseadas em dados locais de clima, solo e padrões sazonais, maximizando a produtividade e a sustentabilidade das práticas agrícolas.

Motivação como variável estratégica no desempenho organizacional: caso de estudo do Hotel Casa do Capitão - Inhambane

Milton Baptista Gove³¹

Resumo

O presente estudo, analisa de forma crítica a relação entre os factores motivacionais e a produtividade no sector hoteleiro, evidenciando que a motivação constitui um elemento estratégico para o alcance dos objectivos organizacionais. Esta investigação, de carácter exploratório e assente em abordagens qualitativa e quantitativa, envolveu a totalidade dos 41 colaboradores do HCC, tendo como principais instrumentos de recolha de dados questionários e análise documental. Os resultados revelaram que 56% dos colaboradores são motivados monetariamente, 27% por reconhecimento e promoções, enquanto factores como benefícios sociais e outros incentivos representaram menor relevância. Contudo, verificou-se que a motivação intrínseca, relacionada com o crescimento, reconhecimento e identidade cultural com a organização, exerce maior impacto na satisfação e desempenho. A avaliação de desempenho, realizada anualmente, mostrou que 83% dos avaliados alcançaram resultados entre satisfatórios e bons, refletindo a relação directa entre motivação e eficiência organizacional, conforme sustentam Steers e Porter (1991). Por outro lado, emergiram limitações, como conflitos interpessoais (37%), falta de clareza nos critérios de promoção predominantemente associados à familiaridade (37%) em detrimento das competências (27%) e percepção de desequilíbrio entre salário e carga laboral para 45% dos colaboradores, corroborando a teoria da equidade de Adams (1965). Conclui-se que, apesar de o HCC apresentar índices de motivação satisfatório, persistem desafios relacionados com a transparência dos processos de reconhecimento, promoção e gestão das relações humanas, razão pela qual, sugere-se a adoção de critérios equitativos na atribuição de incentivos e a promoção de um ambiente de trabalho cooperativo.

³¹ Docente e director de Garantia de Qualidade interna na Universidade Metodista Unida de Moçambique

Palavras-Chave: Motivação; Desempenho Organizacional, Casa Capitão.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Uma abordagem imprescindível no contexto do desenvolvimento sustentável das comunidades no Distrito de Morrumbene

Justino Moisés³²

Resumo

O desenvolvimento das comunidades está ligado ao uso dos recursos naturais disponíveis localmente, estes que necessitam de ser racionalmente usados para que cumpram o seu papel de componente integrantes do desenvolvimento local. Num momento em que sentimos o impacto das mudanças climáticas, os comportamentos humanos em relação à exploração dos recursos naturais vêm contribuindo para uma cada vez mais situação degradante da natureza, causando consequências graves no modo de vida dos cidadãos no nosso planeta. O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Distrito de Morrumbene, nos Postos Administrativos da Localidade Sede e de Mucodoene com o objectivo de perceber de que maneira as comunidades fazem a exploração dos recursos existentes e qual o grau de sustentabilidade das suas acções de uso dos recursos. A pesquisa incidiu sobre grupos de pescadores, produtores de carvão vegetal e outros combustíveis lenhosos assim como comunidades residentes ao longo da faixa costeira onde se desenvolve o mangal. Da pesquisa concluiu-se que maior parte dos entrevistados estão conscientes da necessidade do uso sustentável dos recursos, no entanto pouco sabem sobre a importância dessa acção e, despertou por isso, a necessidade de se massificar a educação para o desenvolvimento sustentável nas escolas (através da introdução desta temática no currículo e de uma definição clara de como a mesma deve ser abordada) assim como de intensificação de acções de sensibilização das comunidades no sentido de garantir que a exploração dos recursos naturais seja benéfica não para as gerações actuais como também para as gerações futuras.

Palavras-chave: Educação, desenvolvimento sustentável, e sustentabilidade.

³² Mestrando em Pedagogia e Didáctica na Universidade Metodista Unida de Moçambique

Implementação do projecto “Simplifica +”

Crédson de Sousa Mateve

Cristêncio Cristiano Muvale

Eduardo Manuel Guambe Fernando

Bambo Júnior

Resumo

O presente projecto propõe a criação de uma plataforma digital, denominada "Conservatória Online", para modernizar e tornar mais acessíveis os serviços de registo civil e notariado na cidade de Maxixe, Moçambique. A iniciativa visa superar os desafios actuais, como processos morosos e burocráticos, através da digitalização de serviços essenciais, incluindo a solicitação de certidões (nascimento, casamento, óbito) e o agendamento de atendimentos. A metodologia de pesquisa-acção utilizada foca na análise de requisitos, prototipagem e validação da plataforma. Os resultados esperados incluem a redução de filas, a aceleração dos processos, a promoção da transparência com um sistema de acompanhamento em tempo real, e a facilitação de pagamentos digitais. A plataforma também oferece suporte multilingue, promovendo a inclusão. O cronograma de implementação de 6 meses detalha as etapas de planeamento, desenvolvimento e lançamento, demonstrando a viabilidade técnica e operacional do projeto. Conclui-se que a "Conservatória Online" representa uma solução eficaz para melhorar a eficiência do serviço público e serve como um modelo para a digitalização em outras áreas governamentais em Moçambique.

Palavras-chave: Governo Eletrónico, Serviços Públicos Digitais, Inclusão Digital, Desburocratização, Transformação Digital.

Aquilívio Maria Cumbe³³

Resumo

O presente estudo, analisa de forma crítica a relação entre os factores motivacionais e a produtividade no sector hoteleiro, evidenciando que a motivação constitui um elemento estratégico para o alcance dos objectivos organizacionais. Esta investigação, de carácter exploratório e assente em abordagens qualitativa e quantitativa, envolveu a totalidade dos 41 colaboradores do HCC, tendo como principais instrumentos de recolha de dados questionários e análise documental. Os resultados revelaram que 56% dos colaboradores são motivados monetariamente, 27% por reconhecimento e promoções, enquanto factores como benefícios sociais e outros incentivos representaram menor relevância. Contudo, verificou-se que a motivação intrínseca, relacionada com o crescimento, reconhecimento e identidade cultural com a organização, exerce maior impacto na satisfação e desempenho. A avaliação de desempenho, realizada anualmente, mostrou que 83% dos avaliados alcançaram resultados entre satisfatórios e bons, refletindo a relação directa entre motivação e eficiência organizacional, conforme sustentam Steers e Porter (1991). Por outro lado, emergiram limitações, como conflitos interpessoais (37%), falta de clareza nos critérios de promoção predominantemente associados à familiaridade (37%) em detrimento das competências (27%) e percepção de desequilíbrio entre salário e carga laboral para 45% dos colaboradores, corroborando a teoria da equidade de Adams (1965). Conclui-se que, apesar de o HCC apresentar índices de motivação satisfatório, persistem desafios relacionados com a transparência dos processos de reconhecimento, promoção e gestão das relações humanas, razão pela qual, sugere-se a adoção de critérios equitativos na atribuição de incentivos e a promoção de um ambiente de trabalho cooperativo.

Palavras-Chave: Motivação Desempenho Organizacional, Casa Capitão.

³³ Estudante do Curso de Engenharia na Universidade Metodista Unida de Moçambique.

Alan Da Paz**Eunice Giamba****Edilson João****Maura Baptista****Silíndia Vilanculo****Will Chau****Resumo**

O presente trabalho teve como objecto de estudo a construção de um protótipo de motor eléctrico simples, elaborado com materiais acessíveis, com a finalidade de demonstrar os princípios fundamentais do electromagnetismo. O estudo procurou evidenciar a interacção entre a corrente eléctrica e o campo magnético, mostrando, de forma prática, a conversão de energia eléctrica em energia mecânica. A metodologia adoptada consistiu na montagem prática de um protótipo assente sobre uma base de madeira, que garantiu estabilidade e isolamento. Recorreu-se a fio de alumínio revestido a cobre, moldado em espiras, para a criação da bobina, componente central do sistema. A bobina, ao ser percorrida pela corrente eléctrica, intensifica o campo magnético, permitindo a conversão energética. O circuito foi alimentado por uma pilha recarregável de 9V, ligada a um interruptor fixado na estrutura, possibilitando o controlo manual do fluxo de corrente e reforçando o carácter didáctico do dispositivo. Os resultados esperados centram-se na transformação da bobina em electroímã quando percorrida pela corrente, interagindo com o campo de um ímã permanente e gerando forças de atracção e repulsão. Estas forças promovem a rotação contínua da bobina, reproduzindo o funcionamento elementar de um motor eléctrico. A experiência permite observar de forma clara conceitos como campo eléctrico, linhas de força, electroímã e interacções magnéticas, proporcionando uma aprendizagem mais concreta e significativa. Conclui-se que a construção do protótipo possibilitou consolidar a compreensão da relação entre electricidade e magnetismo, demonstrando que a aplicação dos conceitos físicos ultrapassa o plano teórico e encontra utilidade em diversas tecnologias modernas. O trabalho destacou ainda a importância das

práticas experimentais acessíveis no ensino das ciências, uma vez que estas favorecem a superação de dificuldades de abstracção e tornam o estudante sujeito activo do processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Electromagnetismo, Motor Eléctrico, Demonstração Prática.

Projecto de Sistemas de Informação com CMS (MozBeats no Odoo)

Alladin Dinis

Edilson João

Nelson Peres

Silendia Egidio Braz Vilanculo

Resumo

Este trabalho apresenta o desenvolvimento de um sistema de informação baseado em um Sistema de Gestão de Conteúdo (CMS), tendo como exemplo a plataforma MozBeats, criada para valorizar e promover a música moçambicana. Mais do que um site, a MozBeats representa um espaço digital de apoio à cultura, oferecendo ferramentas que aproximam artistas, produtores e público num ambiente integrado e transparente. No cenário actual, músicos independentes enfrentam vários obstáculos: a dispersão das suas músicas em múltiplas plataformas, a falta de visibilidade, as dificuldades de organizar catálogos e a ausência de meios justos de monetização. A MozBeats surge como resposta a esses desafios, reunindo num só espaço o que antes estava fragmentado. O site oferece uma loja online, onde faixas e álbuns podem ser adquiridos com facilidade, além de uma secção de eventos, que permite a divulgação e venda de ingressos para concertos e lançamentos. Outro ponto de destaque é a possibilidade de criação de perfis de artistas, permitindo maior interação com os ouvintes e uma identidade digital própria. Para além disso, a plataforma garante gestão de royalties e pagamentos de forma transparente, incentivando a produção artística com retorno financeiro mais justo. Durante os testes, utilizadores elogiaram a interface intuitiva, a rapidez no processo de compra e o design responsivo, adequado a qualquer dispositivo. Também foram sugeridas melhorias, como filtros de busca mais detalhados e maior rapidez no carregamento de páginas. A MozBeats vai além de um simples site musical: ela é um ecossistema digital que fortalece a indústria cultural moçambicana, conecta criadores e ouvintes, e contribui para a preservação e expansão da música nacional no cenário digital.

Palavras-Chave:

Música,

Cultura,

Divulgação

186

Alladin Dinis**Edilson João****Nelson Peres****Silendia Egidio Braz Vilanculo****Resumo**

Este trabalho apresenta o desenvolvimento de uma Caneta Elétrica, um protótipo inovador que utiliza o movimento de dínamos para gerar energia e transformar a escrita em um processo automatizado de marcação por pontinhos. Mais do que um simples instrumento de escrita, a caneta representa a junção entre mecânica e criatividade, oferecendo novas possibilidades para a aprendizagem, a prática artística e a demonstração de conceitos físicos. A proposta nasce da necessidade de explorar dispositivos que, ao mesmo tempo, sejam educativos e funcionais. O uso dos dínamos como fonte de movimento e energia elimina a dependência de baterias ou eletricidade externa, permitindo que o próprio gesto do utilizador alimente o mecanismo interno. Assim, ao deslizar a caneta sobre o papel, pequenos pontos vão sendo marcados, formando padrões e linhas que simulam a escrita ou desenhos. Do ponto de vista pedagógico, a Caneta Elétrica contribui para a compreensão prática de princípios de física, como geração de energia mecânica, conversão em movimento e repetição de padrões. Além disso, demonstra como soluções simples podem transformar atividades rotineiras em experiências mais interativas e criativas. O protótipo foi testado em contextos de escrita e desenho, mostrando-se intuitivo e funcional. Os utilizadores destacaram a originalidade da ideia, a leveza do dispositivo e a possibilidade de explorar novas formas de expressão gráfica. Foram também sugeridas melhorias, como ajuste da intensidade dos pontos e maior controle de velocidade no movimento. Em conclusão, a Caneta Elétrica não é apenas um objeto experimental, mas um exemplo de como a inovação pode surgir da combinação entre ciência e prática cotidiana. Ela simboliza a criatividade aplicada à tecnologia e pode inspirar projetos educativos e artísticos em diferentes contextos.

Palavras-chave: Automaca, Praticidade, Reciclagem.

Sobre os organizadores

A Comissão Científica das Jornadas Científicas 2025 da Universidade Metodista Unida de Moçambique foi composta por docentes, investigadores e especialistas de diferentes áreas do conhecimento, responsáveis pela avaliação, seleção e organização dos trabalhos submetidos.

O objectivo desta comissão foi garantir a qualidade científica dos resumos, promover a pluralidade de temas e assegurar a relevância das pesquisas apresentadas durante o evento.

Comissão organizadora:

Lic. Milton Baptista Gove
Lic. Sebastiao Shedon Pereira Jose Cardoso
PhD Fernando Andre Muzime
Msc. Filipe Augusto Hoguana •
PhD Jerónimo Teixeira
PhD Gladson Rosas Hauradou

Organizadores e Parceiros:

